



**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE PEDAGOGIA
(modalidade presencial)**

LAVRAS, 2017

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA
(modalidade presencial)**

LAVRAS, 2017

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	13
1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	13
1.2 CONTEXTO GEOGRÁFICO DA UNIVERSIDADE.....	14
1.3 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS.....	15
2. PERFIL INSTITUCIONAL.....	18
2.1 MISSÃO INSTITUCIONAL.....	18
2.2 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS: VISÃO E VALORES.....	19
2.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	19
2.4 INSERÇÃO REGIONAL.....	19
2.5 RELAÇÕES E PARCERIAS INSTITUCIONAIS: REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.....	20
2.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UFLA.....	22
2.7 OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO.....	23
2.8 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA UFLA.....	23
2.9 ORGANOGAMA DA UNIVERSIDADE.....	25
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	27
3.1 CONTEXTO EDUCACIONAL E PERFIL DO CURSO.....	27
3.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	28
3.2.1 Política institucional para o ensino na graduação.....	29
3.2.2 Política de Pesquisa.....	30
3.2.3 Política de extensão e cultura.....	32
3.3 OBJETIVOS DO CURSO.....	34
3.3.1 Objetivos específicos do curso prescrevem as seguintes ações e comportamentos	35
3.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	36
3.5 ESTRUTURA CURRICULAR	37
3.6 CONTEÚDOS CURRICULARES.....	40
3.6.1 Tópicos de estudo abordados conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso em questão (Conteúdos Básicos e Conteúdos Específicos)	43
3.6.2 Núcleo de Formação Geral.....	43
3.6.3 Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional.....	49
3.7 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR.....	52
3.8 METODOLOGIA.....	52
3.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	55
3.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	58
3.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	60
3.12 APOIO AO DISCENTE.....	61
3.13 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	70
3.14 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	72
3.15 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO- APRENDIZAGEM.....	74
3.16 NÚMERO DE VAGAS.....	77

3.17 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO.....	77
3.17.1 Programa de Estágios obrigatórios e não-obrigatórios.....	77
3.17.2 Programa de Iniciação à Docência.....	78
3.17.3 Unidade de Educação Infantil.....	79
3.18 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS.....	80
3.19 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC.....	80
4 DIMENSÃO: CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	83
4.1 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO DOCENTE.....	83
4.2 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	84
4.3 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA.....	86
4.4 ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO.....	87
4.5 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE.....	90
5. DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA.....	91
5.1 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL – TI.....	91
5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO E PARA OS SERVIÇOS ACADÊMICOS.....	92
5.3 SALAS DE AULA.....	93
5.4 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	94
5.5 BIBLIOGRAFIA BÁSICA.....	94
5.6 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	96
5.7 PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS.....	98
5.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: Brinquedoteca.....	99
5.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: Laboratório de Práticas Pedagógicas.....	101
5.10 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: Laboratório de Práticas Pedagógicas Inovadoras.....	101
5.11 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	102
6. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	104
6.1 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	104
6.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA.....	105
6.3 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	106
6.4 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	107
6.5 DISCIPLINA DE LIBRAS.....	109
6.6 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	110
6.7 DOCENTES POR DISCIPLINAS.....	112
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXOS.....	118
Matriz curricular (atual e anteriores), Ementário, Regulamentos (TCC, Estágio, Atividades complementares, outros)	

APRESENTAÇÃO

O PPC - Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade presencial, ora proposto, fundamenta-se nas determinações da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9394/96, dos documentos orientadores produzidos pelo Ministério da Educação (MEC), que compõem as bases legais e as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação e, de modo mais específico, para o curso de Pedagogia. O PPC também apresenta suas bases assentadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e nas normas institucionais que regulamentam a oferta de cursos de graduação e de licenciaturas da Universidade Federal de Lavras. Nesse sentido, este documento visa a atender às demandas estruturais e funcionais que caracterizam a identidade do curso de Pedagogia, em busca da sistematização de estratégias que contribuam para a qualidade do ensino de graduação, para a garantia de uma profissionalização dos egressos, para a integração entre ensino, pesquisa e extensão e para a formação para a cidadania.

Assim, é objetivo precípuo deste projeto apresentar indicadores que assegurem uma identidade para o Curso ofertado, de modo a garantir a articulação de objetivos, de políticas e práticas de ensino, de iniciação científica e de extensão emanados da proposta de trabalho da Instituição. Este projeto contém as principais diretrizes pedagógicas, a organização básica e as condições institucionais da Universidade Federal de Lavras. Somam-se a essas questões, dados sobre a organização e o funcionamento do Curso de Pedagogia, tais como: a justificativa social e institucional, os objetivos do curso, o perfil profissional, as áreas de atuação, a qualificação e o desenvolvimento do corpo docente, a estrutura curricular, as atividades curriculares e extracurriculares, a infraestrutura acadêmica e logística, os estágios supervisionados, a política de aperfeiçoamento e qualificação dos recursos humanos envolvidos, entre outros.

O Projeto de Criação do Curso de Pedagogia na modalidade presencial foi discutido desde 2005, a partir do desejo e empenho do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras (DED/UFLA), pela implantação do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Presencial.

Em 2014, diante da mudança do cenário institucional e da possibilidade real de criação do curso de Pedagogia, constituiu-se, então, uma comissão que ficou responsável por elaborar o projeto inicial do curso de Pedagogia.

A elaboração do projeto de criação do curso de Pedagogia Presencial parte das discussões e de *práxis* anteriores, como os cursos de graduação a Distância Consórcio Pró-Formar, criado no ano de 2005, em parceria com outras instituições federais, para oferta do curso de Pedagogia para Educação Infantil e o curso de Pedagogia na modalidade a Distância, criado em 2012, pelo Centro de Educação a Distância, atualmente, Diretoria de Educação a Distância (DIREDD), as quais se tornaram experiências revistas e repensadas, considerando a relevância de adequação do projeto às Diretrizes Curriculares Nacionais e às outras resoluções.

As discussões retomaram questões temáticas sobre o que se entende por Curso de Licenciatura no interior da temática educacional, desencadeou outras questões como o que se entende por “licenciado”, que de acordo com (WEBER, 2000), pode ser entendido como aquela pessoa que recebe título universitário atribuindo-lhe o direito ao ato de lecionar. Tais questões têm atravessado a construção histórica da Educação Brasileira, seja no âmbito formal das legislações, nas suas mais diversas expressões – portarias, normativas, instruções, seja em outras instâncias não normativas, com uma marca que lhe é bastante peculiar, qual seja a da “premência”.

Na prática, isto significava dizer que, desde que surgiu, junto com o curso de Pedagogia, na antiga Faculdade de Filosofia, da então Universidade do Brasil em 1939¹, o curso de Licenciatura já foi instituído com o sentido de formar docentes que se dedicariam às salas de aula em face de uma demanda crescente por profissionais dessa área, já sabidamente insuficiente.

A “premência”, acima citada, se fez traduzir pela “fórmula 3 + 1” em que “disciplinas de natureza pedagógica, cuja duração prevista era de um ano, justapunham-se às disciplinas de conteúdo, com duração de três anos” (PEREIRA, 1999, p. 111), o que, nesses termos, deu um sentido de “aligeiramento” à formação humanística.

Tal “sentido” da formação docente atravessou os anos 30, chegou a ser trazido para o interior da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/EN)² nos anos 60, reproduzindo-se na “LDB do Ensino Médio” já nos anos 70, apresentando também na Lei 9394/96, nossa mais recente legislação do ensino. Com graus de intensidade diferenciados, este sentido da formação para a docência tem perpassado – legal e praticamente – os processos formativos.

¹ Decreto-Lei 1 190. A “Universidade do Brasil” corresponde hoje à UFRJ na cidade do Rio de Janeiro.

² Lei 5.692/1971, considerada a Segunda LDB da Educação Brasileira.

Para que se possa compreender devidamente a questão da formação docente, o contexto histórico e político tem de ser levado em consideração. Há que se observar, ainda, a constituição dessa discussão no interior dos movimentos sociais organizados e das demais instituições que refletem e vivem esta temática. Instituições que, conforme sua política de atuação, constroem caminhos os mais diversos e adotam referenciais teórico-metodológicos em consonância com suas políticas norteadoras.

Em relação especificamente aos cursos de Pedagogia, apesar das sucessivas “crises” pelas quais vêm atravessando – “crises” não apenas dos cursos de Pedagogia, mas da própria Educação Brasileira – não resta dúvida de que, a partir dos anos 90, esse curso, de acordo com o editorial da revista Educação e Sociedade, de 2005, “emergiu como o principal *locus* da formação docente dos educadores para atuarem na Educação Básica, principalmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental”. (EDITORIAL, 2005, p. 7).

Portanto, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia está pautado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96, em especial nos artigos 61 a 64, que dispõem sobre a formação de profissionais da Educação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior da Resolução n. 2 de 1 de julho de 2015, nas legislações institucionais como o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e na Resolução CEPE n. 042 de março de 2007, como também nas legislações em vigor que se seguem:

- Resolução n. 1 CNE/CP, de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de Licenciatura, de Graduação Plena;
- Resolução n. 2 CNE/CP, de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior;
- Resolução n. 1 CNE/CP, de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;
- Resolução n. 2 CNE 2/2015, de 1 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Direcionado pela ótica dos documentos oficiais, o curso de Pedagogia presencial apresenta as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão como funções articuladas e

essenciais à formação profissional, e em proximidade às propostas do Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Lavras.

Para o curso de Pedagogia presencial e noturno, proposto neste projeto, a docência se apresenta como princípio e eixo do ato educativo intencional, tendo os Estágios Obrigatórios como espaços que propiciem essa vivência e relação entre Universidade e Instituições de Educação Básica formal e ou não-formal.

Nesse sentido, a Universidade Federal de Lavras se apresenta como instância formadora, cuja principal responsabilidade social acena para o desenvolvimento do efetivo compromisso de formação docente para atuar não apenas na Educação Básica, mas também em outras instâncias educativas.

Assim, a pertinência desta proposta de um curso de formação inicial relaciona-se a este quadro específico de inserção da Universidade Pública Brasileira de propiciar a educação e a formação profissional de qualidade, com intuito de atender às demandas de educação formal e não-formal da população.

O Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia caracteriza-se como o resultado de um trabalho de mais de cinco anos não apenas de discussões, mas também de projetos anteriores de formação continuada de educadores no país, em especial de profissionais que atuaram na Educação Básica.

O Departamento de Educação da UFLA acumulou experiência no trabalho de formação inicial e continuada desde a participação, em 2005, do Consórcio Pró-Formar e no curso de Pedagogia na modalidade a distância, em 2012. O projeto Pedagógico do curso de Pedagogia, porém, foi readequado às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – DCN Pedagogia (BRASIL, 2006), na Resolução n.º 2 de julho de 2015 – CNE 2/2015 – e a outros documentos oficiais de regulamentação e avaliação de cursos de graduação.

O Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia mantém sob o propósito de uma formação que valorize a articulação entre teoria e prática, proporcionando aos estudantes um aprofundamento nos estudos entre as próprias práticas, fosse por meio de estágios ou pela própria experiência como docente, e as teorias que as alicerçavam.

Assim como outrora os cursos que se propuseram à formação docente, o projeto Pedagógico do curso de Pedagogia apresenta como foco a formação do pedagogo para atuar, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais CNE/2006 e a Resolução n. 2 de 1 de julho de 2015, CNE 2/2015, na docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino

Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, ainda existentes, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Com a criação do curso de Pedagogia Presencial o Departamento de Educação assume o compromisso de realizar a integração das matrizes curriculares entre os dois cursos. Esse processo será conduzido pelas coordenações de cursos, juntamente com Núcleos Docentes Estruturantes (DCE) instituídos, que desenvolverão estudos e análises para processar as reorganizações necessárias e darão suporte para a atuação docente.

A sintonia de funcionamento e a organização das atividades curriculares entre os cursos de Pedagogia Presencial e a Distância tem por finalidade atender necessidades e prioridades dos discentes, como também potencializar as possibilidades de ação docente em relação ao processo didático-pedagógico já que, na maioria, serão os mesmos professores que atuarão nos dois cursos. A articulação e a complementaridade curricular permitirão ainda mais oportunidades de realização de atividades ou eventos acadêmicos entre os discentes e docentes dos cursos de Pedagogia da UFLA.

Deste modo, movido pela necessidade de readaptação do projeto que se reorganiza e se reestrutura a proposta do Curso de Pedagogia Presencial, amparando nos pressupostos teórico, político e metodológico dos projetos pedagógicos do Curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância (UFLA, 2012) e do Curso de Licenciatura em Pedagogia para a Educação Infantil, do Consórcio Pró-Formar (UFOP, 2005), que se coloca o desafio de conseguir uma estrutura curricular flexível e uma articulação entre docência e gestão, tendo como eixo a formação para a pesquisa.

O Projeto Pedagógico de criação do curso de Pedagogia contou com a participação e atuação dos e das docentes do Departamento de Educação (DED), com a articulação, a reestruturação e a reescrita coordenada por uma comissão formada por seis professores.

Quadro 1 – Comissão de Elaboração do Projeto

Docente	Departamento	Responsabilidade
Carolina Faria Alvarenga	DED	Presidente da Comissão
Cláudia Maria Ribeiro	DED	Membro da Comissão
Vanderlei Barbosa	DED	Membro da Comissão

Luciana de Azevedo Rodrigues	DED	Membro da Comissão
Rosana Vieira Ramos	DED	Membro da Comissão
Carlos Betlinski	DED	Membro da Comissão
Ilsa do Carmo Vieira Goulart*	DED	Membro da Comissão

*A professora passou a integrar a Comissão a partir de setembro de 2014.

Com a criação do curso de Pedagogia, prevista e regulamentada para o primeiro semestre de 2015, foi negociada com a Diretoria Executiva da UFLA a contratação de docentes para o DED. No mês de agosto de 2014, o departamento recebeu três novas professoras concursadas para atuarem, dentre outras atividades, no curso de Pedagogia. As professoras: Luciana Soares da Silva, Dalva de Souza Lobo e Ilsa do Carmo Vieira Goulart passaram, a partir de então, a colaborar na escrita do projeto de criação do curso.

Deste modo, o presente PPC foi desenvolvido por intermédio de um trabalho colaborativo, que contou com a ação integrada dos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE), do Colegiado do Curso de Pedagogia e da participação de docentes do Curso. Além disso, o referido projeto contou, ainda, com a assessoria da Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE/PRG), da Diretoria de Gestão e Planejamento Acadêmico (DGPA/PRG) e uma comissão designada para análise da aderência deste projeto aos princípios basilares da Instituição e às determinações legais.

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Mantenedora: Ministério da Educação

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Mantida: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

CNPJ: 22.078.679/0001-74

Telefone: (35) 3829- 1546 / 3829-1113

Fax: (35) 3829- 1990 / 3829- 1113

E-mail: reitoria@reitoria.UFLA.br

Home Page: www.UFLA.br

Endereço: Campus Universitário - Prédio da Reitoria, Caixa Postal 3037 –
Lavras, MG, CEP 37200-000

Administração Superior da Universidade:

Reitor: José Roberto Soares Scolforo

Vice-Reitora: Édila Vilela de Resende Von Pinho

Pró-Reitor de Graduação: Ronei Ximenes Martins

Pró-Reitor de Planejamento e Gestão: João Chrysostomo de Resende Júnior

Pró-Reitor de Pesquisa: Teodorico de Castro Ramalho

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Rafael Pio

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: João José Granate de Sá e Melo Marques

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários: Ana Paula Piovesan Melchiori

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas: Débora Cristina de Carvalho

Pró-Reitor de Infraestrutura e Logística: Jackson Antônio Barbosa

1.2 CONTEXTO GEOGRÁFICO DA UNIVERSIDADE

A Universidade está situada na cidade de Lavras (Minas Gerais), a 230 km de Belo Horizonte, 370 km de São Paulo e 420km do Rio de Janeiro, no entroncamento dos três principais grandes centros do país. A microrregião de Lavras é composta por 8 municípios, mas a atuação das ações extrapola a dimensão regional.

No recenseamento de 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Lavras contava com 92.200 habitantes, com previsão de 102.124 (para 2017), sem contar a população rotativa (estudantes de outras localidades). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é de 0,782. Lavras é um município brasileiro da região do Campo das Vertentes, no sul do estado de Minas Gerais e possui uma área de 564,5 km². Lavras está ligada a grandes capitais por duas rodovias principais: pela Fernão Dias, conectando-a a Belo Horizonte, a 230 quilômetros, e a São Paulo, a 370 quilômetros, e pela BR 265 chega-se a BR 040 que dá acesso ao Rio de Janeiro, a 420 quilômetros. A produção agropecuária se destaca especialmente pelo café e pelo gado leiteiro, apesar de constarem diversas culturas agrícolas.

O setor industrial se encontra em desenvolvimento. Os setores agroindustrial e metalúrgico são os principais ramos industriais de Lavras. A cidade é sede do 8.º Batalhão da Polícia Militar (8.º BPM) e do 6.º Comando Regional da Polícia Militar (6.º CRPM), contendo também uma unidade da Polícia Federal. Lavras tem sido destaque no cenário educacional. Lavras possui cerca de 65 estabelecimentos de ensino, entre os quais quatro de nível superior: a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o Centro Universitário de Lavras (Unilavras), a Faculdade Adventista de Minas Gerais (FAD-MINAS) e a Faculdade Presbiteriana Gammon (FAGAM), além de vários polos de Educação Superior na modalidade a Distância. Entre os principais museus de Lavras destacam-se o Museu Bi Moreira, onde se podem encontrar vários objetos como móveis, fotos, documentos e utensílios em geral relacionados com a história da cidade, e o Museu Sacro de Lavras, igreja com várias obras sacras do século XVIII, quando a igreja foi construída. A cidade conta com a Casa da Cultura, instalada desde 1984 em prédio do início do século XX, tem por finalidade abrigar diversas atividades artístico-culturais do povo lavrense.

1.3 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

A Universidade Federal de Lavras foi fundada em 1908. Inicialmente recebeu a denominação de Escola Agrícola de Lavras e, em 1938, tornou-se Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL). Em 1994, a ESAL foi federalizada pela lei n. 4307/64 e transformada em Universidade Federal de Lavras (UFLA) pela Lei n. 8956/94.

A UFLA oferece cursos de graduação e pós-graduação e tem se inserido nas mais diversas áreas do conhecimento. Com forte tradição agrária, a Universidade preparou-se para garantir uma expansão de qualidade, assegurando, primeiramente, a consolidação dos cursos que a tornaram reconhecida no cenário das pesquisas em ciências agrárias. A posterior criação de vários cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento evidenciou a solidez da Universidade e a necessidade de se continuar o processo de expansão a fim de garantir a democratização do acesso ao ensino superior.

Neste cenário, que se concretiza de criação do Curso de Licenciatura em Pedagogia presencial foi proposta pelo Departamento de Educação (DED/UFLA), e oficializada pela Portaria de n. 1338 de 14 de novembro de 2014, representa o compromisso social, político e ético em relação à formação de profissionais da educação. As políticas públicas de atendimento, especialmente da demanda por Educação Infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental, exigem cada vez mais docentes com um perfil inovador e preparados para os desafios que a realidade educacional brasileira apresenta.

Atualmente, a UFLA conta com 29 cursos de graduação na modalidade presencial, 05 cursos na modalidade de ensino a distância (EAD), cursos de pós-graduação *Lato Sensu* (especialização), programas de pós-graduação *Stricto Sensu* (28 cursos de mestrado acadêmico, 7 cursos de mestrado profissional e 23 cursos de doutorado). A Universidade conta com uma ampla estrutura, formada por 23 departamentos didático-científicos, 162 laboratórios setoriais, uma Biblioteca Central e um Centro de Educação a Distância que viabiliza e fomenta o uso de tecnologias inovadoras no processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os cursos e Pró-Reitorias possam utilizar todo um aparato tecnológico no processo de formação dos estudantes e nas atividades de formação docente.

A UFLA é reconhecida pela geração de conhecimentos científicos e tecnológicos e pelo ensino de qualidade ofertado. Para tal, busca firmar parcerias com vários órgãos dos setores público e privado e conta com convênios internacionais que ampliam as possibilidades de formação dos estudantes, bem como a realização de atividades de pesquisa e extensão.

A Universidade busca também formar profissionais qualificados e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da produção e da disseminação de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, evidenciando seu comprometimento com os princípios éticos e humanistas.

Convém ressaltar ainda que a Universidade Federal de Lavras permanece, desde 2012, como a instituição de ensino superior mais verde do Brasil. No *ranking GreenMetric* referente a 2015 ela aparece como a primeira instituição brasileira e a 39.^a entre todas as participantes do mundo. Em 2014, obteve a 26.^a posição geral; na edição de 2013, conquistou a 42.^a colocação; e em 2012, ocupou a 70.^a posição entre todas as participantes. Ainda no *ranking GreenMetric* UFLA, em 2015, obteve tanto no quesito uso quanto no quesito tratamento de água a 26.^a colocação geral. No quesito atividades acadêmicas relacionadas ao meio ambiente a Instituição obteve a 14.^a posição geral. Considerando-se a estrutura do campus e áreas verdes, a pontuação obtida a colocou na 37.^a posição entre todas as instituições pesquisadas. Para a UFLA, o ponto mais importante dos resultados deste ranking é a contribuição para a formação de profissionais comprometidos com a preservação ambiental por meio de ações vivenciadas dentro da Universidade. Além disso, esses resultados demonstram a preocupação que a Instituição manifesta com a gestão ambiental, aspecto integrado com o processo de expansão da Universidade.

Nos últimos anos, a UFLA permanece como uma das universidades federais entre as mais qualificadas do país, demonstrando uma qualidade consolidada. Em 2007, quando o IGC (Índice Geral de Cursos das Instituições) foi lançado, a UFLA ocupava a 15ª posição. Esse indicador considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação. No ano de 2009, a UFLA ficou classificada em 4º lugar entre as universidades públicas e privadas do país. Em 2010, foi classificada em 3.º lugar do Brasil e 1.º lugar em Minas Gerais, pelo mesmo índice. Entre 2010 e 2015, ficou sempre entre os três primeiros lugares. Tal desempenho reflete o trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito estrutural e pedagógico da instituição.

No âmbito pedagógico, a UFLA tem investido fortemente na implementação de reformulação dos currículos, de modo a garantir uma formação humana e profissional sólida. A partir do ano de 2014, várias inovações pedagógicas foram implementadas, considerando conceitos modernos como o uso de metodologias ativas e incentivo à interdisciplinaridade na formação dos estudantes, priorizando o aprender a aprender, o aprender a fazer e o aprender a

ser, desde os primeiros períodos do curso. Projetos realizados nas diversas áreas objetivam desenvolver a autonomia do estudante com enfoque no “aprender a fazer”. Os projetos, juntamente com o estágio curricular obrigatório e o trabalho de conclusão de curso, têm caráter de síntese e integração de conhecimentos construídos no decorrer do curso. Essas atividades têm foco na prática da atividade profissional ou cidadã, envolvendo a elaboração e o desenvolvimento de projetos sociais, artísticos, culturais e experiência no mundo do trabalho. Tais ações vêm permitindo a mudança de paradigmas educacionais na instituição, a flexibilização da estrutura curricular e um novo perfil dos egressos da UFLA.

2. PERFIL INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) adota como princípio basilar em suas diretrizes legais e pedagógicas e em suas ações institucionais o compromisso ético com a sociedade. Nesse sentido, a Universidade adota como fundamento de sua atuação social a geração, o desenvolvimento, a socialização e a aplicação de conhecimentos e de valores por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos. Além disso, há uma preocupação precípua com a responsabilidade social e com a difusão de produções artístico-culturais e tecnológicas. Para consolidar as metas e as ações, a UFLA mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em instituição propulsora do desenvolvimento regional, nacional e mundial, com atuação reconhecida internacionalmente em várias áreas do conhecimento.

2.1 MISSÃO INSTITUCIONAL

Em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2016-2020), a Universidade Federal de Lavras - UFLA - tem por missão “manter e promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, produzindo e disseminando o conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade na sociedade, contribuindo para formação do ser humano e profissional criativo, competente, crítico reflexivo e comprometido com a ética para uma sociedade mais justa e democrática”. Essa missão pauta-se em princípios éticos e humanistas, de modo a estimular a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Em outras palavras, a UFLA compromete-se a formar cidadãos e profissionais qualificados, capazes de produzir e disseminar conhecimento científico, tecnológico e cultura de alta qualidade na sociedade. Nesse sentido, as ações que concretizam a missão institucional se pautam e se fundamentam na gestão democrática, na autonomia administrativa, didático-científica e gestão financeira, na defesa do ensino de qualidade, público e gratuito, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão interligados com sua responsabilidade social, no desenvolvimento sustentável, na igualdade de condições de acesso e permanência do discente na Instituição e no fortalecimento dos convênios, acordos de mútua cooperação, contratos e diálogos com a sociedade urbana e rural. Enfim, a missão institucional se encontra consubstanciada nos objetivos, nas estratégias e nas ações que viabilizam a inserção da

Universidade em sua área de atuação, na gestão institucional, na construção da historicidade e do perfil institucional, na proposição de ações que viabilizem a excelência acadêmica.

2.2 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS: VISÃO E VALORES

A UFLA, com vistas a efetivar a sua missão institucional, busca ser referência nacional e internacional como universidade sócio e ambientalmente correta, integrada à sociedade, como centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural. Para tal, defende uma educação pautada em valores éticos-estéticos-políticos da formação humana, fundamentada em autonomia, universalidade, excelência, ética, sustentabilidade, transparência, saúde e qualidade de vida, trabalho em equipe, compromisso social e sensibilidade.

2.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A UFLA atua no ensino de graduação e de pós-graduação, na pesquisa e na extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em várias áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística/Literatura.

2.4 INSERÇÃO REGIONAL

A inserção, nos âmbitos regional, estadual, nacional e internacional, da UFLA é orientada pela sua missão, pela visão e pelos valores anteriormente definidos. O papel sociopolítico da UFLA é proporcionar oportunidades de acesso à educação superior, por meio do ensino público, gratuito e de qualidade tanto no que se refere aos cursos presenciais como nos à distância. O compromisso institucional perpassa pela formação científica e tecnológica, embasada em resultados de suas pesquisas e tecnologias, difundidas aos brasileiros, sem discriminação religiosa, racial, de cor, de orientação sexual e de classe social. A UFLA compromete-se, ainda, com o papel de formar pessoas que sejam cidadãos, profissionais, pesquisadores e docentes qualificados e comprometidos com o desenvolvimento amplo da nação, respeitando a Constituição Federal e os princípios democráticos e da administração pública.

Nessa dimensão, destaca-se, também, o estabelecimento formal de contratos, acordos, convênios e termos de parceria com organizações públicas, privadas e do terceiro setor, observando-se as legislações vigentes.

No âmbito internacional, as parcerias são formalizadas por meio de acordos, convênios, termos e protocolo de intenções, que constituem uma forma de a UFLA desenvolver projetos de amplo alcance, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, do ensino e da extensão universitária.

No âmbito regional, estadual e nacional, a extensão universitária da UFLA cumpre um papel de destaque nessa dimensão sociopolítica, ao estabelecer meios de interação com as organizações sociais e com as organizações do mercado. Nesse sentido, a UFLA desenvolve todos os esforços para manter e ampliar a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão de excelência.

Destacam-se, ainda, o apoio das duas Fundações, a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Faepe), criada em 1976, e a Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural (Fundecc), criada em 2006. Essas fundações de apoio atuam como gestoras de recursos públicos e privados provenientes de projetos, convênios, acordos de cooperação e contratos de prestação de serviços técnicos, científicos e educacionais.

Por um lado, a Faepe vem prestando seus serviços em prol da comunidade acadêmica da UFLA, por meio de programas, projetos e atividades nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão, especificamente, em atividades de treinamentos, cursos de extensão e de pós-graduação lato sensu. Por outro lado, a Fundecc vem atuando na gestão de projetos de pesquisa, de extensão e de prestação de serviços.

A relação entre as fundações de apoio e a instituição de ensino, pesquisa e extensão apoiada é regida pela Lei n. 8.958/1994, com as alterações feitas pela Medida Provisória n. 495/2010, regulamentada pelo Decreto n. 5.205/2004; Lei n. 12.349/2010 e regulamentada pelo Decreto n. 7.423/2010.

2.5 RELAÇÕES E PARCERIAS INSTITUCIONAIS: REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

A UFLA tem parcerias formalmente estabelecidas com várias universidades nacionais e internacionais, empresas, órgãos de governo municipais, estaduais e federais e, até mesmo, com pessoas físicas, que formalizam ações relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Além disso, professores, servidores e alunos da UFLA também participam de órgãos consultivos de um conjunto de entidades governamentais e profissionais em que atuam como representantes da Academia, bem como de eventos, projetos e ações de naturezas diversas. No âmbito regional, a instituição tem celebrado várias parcerias com empresas e prefeituras/secretarias municipais.

A UFLA também possui parcerias com instituições de governo, particularmente o de Minas Gerais, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, (SEE-MG), a Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais (SES-MG), entre outras.

Essas parcerias visam à execução de projetos de grande alcance e de importância estratégica para o governo do Estado, entre os quais se destaca o Zoneamento Ecológico Econômico. Parcerias também são efetivadas com instituições representantes do governo federal, como Ministério do Meio Ambiente (ex.: Cadastro Ambiental Rural), Ministério da Educação (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, **Programa Institucional Residência Pedagógica**, Universidade Aberta do Brasil – UAB), Ministério da Saúde (Programa Mais Médicos), entre outros.

Convênios e contratos entre a UFLA e empresas, sejam públicas, sejam privadas, são também importantes para a consolidação da missão institucional, dar cobertura legal aos estagiários e para formalizar a prestação de serviços comunitários e as práticas de consultoria.

Entre as parcerias efetivadas, merece destaque a Agência de Inovação do Café (InovaCafé), que é um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e desenvolve estudos, pesquisas e inovações para promover o empreendedorismo no setor agroindustrial do café. A Agência tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento do conhecimento científico e apresentar soluções para problemas demandados por órgãos e instituições públicas ou privadas que sejam relacionados ao agronegócio do café. A Agência é fruto da articulação do Polo de Excelência do Café, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (Sectes), UFLA e Ministério da Educação (MEC), contando com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Também contribuem para a viabilização da Agência o Consórcio Pesquisa Café e INCT-Café.

Além disso, destacam-se a consolidação de dados georreferenciados sobre as 400 mil nascentes existentes no Estado e o projeto de recuperação das cerca de 1500 nascentes do município de Lavras, em parceria com a Prefeitura de Lavras e o Serviço Florestal Brasileiro.

No âmbito do curso de Pedagogia as parcerias estão instituídas com o Programa de Mobilidade Estudantil, com o intercâmbio interinstitucional (concessão de bolsista em 2017 à Universidade Nacional de La Plata); parcerias como agência de fomento, como Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) em projetos de pesquisas e bolsistas; parcerias com Ministério da Educação na consolidação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID (realização 2016-2017 e 2018-2020) e do Programa Institucional Residência Pedagógica (2018-2020), além de parcerias com a Superintendência Regional de Ensino e Secretarias Municipais de Educação.

2.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UFLA

A UFLA, especialmente no que se refere à inclusão social, é comprometida com o ensino público e gratuito de qualidade, com o desenvolvimento econômico e social, com a defesa do meio ambiente, da memória/do patrimônio cultural, da produção artística, da produção filosófica, do trato à diversidade.

Essa responsabilidade pauta-se tanto nas relações multidimensionais entre discentes, docentes e técnico-administrativos, nas instâncias de ensino, pesquisa, extensão e gestão, quanto nas relações que a universidade estabelece com a sociedade em geral, com a valorização da sua missão pública, promoção de valores democráticos, respeito à diferença e à diversidade, incluindo, conforme diretrizes federais, a implantação do acesso por cotas sociais e raciais.

No contexto da responsabilidade social, a UFLA reafirma a sua experiência de atuação na comunidade acadêmica, com ações relacionadas à coordenação, à promoção e ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades de assistência: estudantil, à saúde, psicossocial, ao esporte e ao lazer, à cultura, à inclusão social e acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

Assuntos estudantis compreendem o atendimento às demandas emanadas do corpo discente da UFLA, com ações que permitem o acesso, a permanência e a conclusão acadêmica com êxito, aos estudantes matriculados nos cursos oferecidos pela UFLA, abrangendo programas, projetos, atividades, prestação de serviços, estágios e outras

iniciativas. Assuntos Comunitários visam ao atendimento aos corpos docente e técnico administrativo, nas áreas psicossociais e de saúde, por meio do estabelecimento de redes de recursos internos e externos.

No contexto da responsabilidade social com a comunidade regional, nacional e internacional, em diversas áreas do conhecimento, a UFLA promove ações relacionadas à educação e qualificação profissional continuada, à inclusão social e digital, à qualidade de vida, à saúde pública e à prevenção de endemias, ao urbanismo e paisagismo, ao tratamento de água e esgoto, ao tratamento de resíduos químicos e biológicos, à reciclagem de lixo, ao desenvolvimento rural sustentável, à recuperação de áreas degradadas, ao uso racional da água, às produções artístico-culturais, entre outras. Nesse contexto, vale ressaltar o Plano Ambiental, que tem dado à UFLA uma visibilidade internacional, pela gestão dos recursos naturais de forma responsável e sustentável.

Na dimensão do curso de Pedagogia são desenvolvidos projetos de extensão que atendem a comunidade, são oferecidos cursos de extensão, minicursos e oficinas, atividades culturais que integram estudantes e familiares, prestação de serviços como palestras e atividades de formação, como também estágios, entre outras iniciativas, como eventos científicos e eventos culturais.

2.7 OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Ensino: formar e qualificar profissionais, docentes e pesquisadores comprometidos com a ética e a cidadania, por meio da oferta de ensino presencial e a distância de alta qualidade, na graduação, na pós-graduação lato sensu e na pós-graduação stricto sensu;

Pesquisa: gerar conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade e relevância; estimular e viabilizar a formação de grupos de pesquisa voltados para o desenvolvimento sustentável da sociedade, dentro dos mais elevados padrões éticos;

Extensão e Cultura: incrementar os processos de interação entre universidade, sociedade e mercado, com vistas a produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico gerado pela Academia, desde o âmbito local até o internacional, por meio de publicações e ações de extensão que promovam o desenvolvimento cultural, socioeconômico e ambiental.

2.8 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA UFLA

Como instituição que se ocupa dos processos educativos, a UFLA zela, de modo exponencial, pela proposição de estratégias que poderão influenciar qualitativamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. Tais estratégias se articulam com a filosofia de trabalho, com a missão a que se propõe, com as diretrizes pedagógicas que orientam as ações e com a sua estrutura organizacional/logística. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI/UFLA) explicita que o papel da Universidade se circunscreve na formação para a cidadania, no exercício profissional contemporâneo.

Assim, a política básica do ensino de graduação, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFLA), deve se pautar pela constante busca da excelência acadêmica, pela melhoria das condições do processo de ensino-aprendizagem, pela pluralidade, pela garantia do ensino público e gratuito e pela gestão democrática e colegiada. Com vistas a garantir uma maior explicitação das concepções e das práticas pedagógicas, o PPI/UFLA apresenta-se organizado em objetivos, estratégias e ações, de acordo com as várias áreas de atuação da Universidade, quais sejam: o ensino de graduação, o ensino de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, os projetos de pesquisa, as atividades de extensão, a gestão de recursos humanos, o compromisso social com o corpo discente, o diálogo com a sociedade, a infraestrutura física e logística, a busca de excelência, a inserção da Universidade em sua área de atuação, a gestão institucional, incluindo a estrutura organizacional, o histórico e o perfil institucionais.

Para os cursos de graduação, de modo mais específico, as diretrizes pedagógicas são delineadas pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG), que apresenta uma proposta de trabalho centrada na expansão da oferta de vagas na graduação, na busca de uma base real de qualidade, na promoção de estudos que apontem alternativas para criação de novos cursos, priorizando cursos noturnos e habilitações que envolvam os departamentos e promovam a inter e a transdisciplinaridade. Tais diretrizes defendem a prática da pesquisa como princípio formativo para a construção do conhecimento, com ênfase no ensino de graduação.

A PRG tem primado pela constante atualização de informações sobre normas acadêmicas, prazos, direitos e deveres de docentes e discentes, assessoramento didático-pedagógico a discentes e docentes, com vistas a garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

No plano de metas da PRG, buscam-se o aperfeiçoamento e a melhoria das condições de ensino por meio de ações, o aprimoramento do trabalho docente, a ampliação e a melhoria

das condições de infraestrutura e ambiência das salas de aula e laboratórios, a racionalização do uso dos espaços físicos disponíveis, a expansão do programa de incentivo à produção de materiais didáticos, a implantação de acesso a modernas tecnologias e de programas que objetivem a formação interdisciplinar e o trabalho em equipe, a capacitação da equipe de trabalho e dos docentes, oferecendo oportunidades de atualização, garantindo, assim, qualidade e confiabilidade na prestação de serviços. Nesse sentido, é assumida a posição de que uma prática pedagógica demanda uma organização sistemática de ações que possam garantir a obtenção de resultados mais profícuos.

Na política de inserção social, tem-se o reconhecimento da universidade como importante corpo social da comunidade interna e externa, objetivando o intercâmbio entre os atores dessa sociedade, identificando seus problemas e avaliando suas potencialidades.

Integra, ainda, esse conjunto de diretrizes apresentadas, o zelo pelo princípio da igualdade de condições de acesso e permanência para todo e qualquer estudante. Assim, são viabilizadas a qualificação e a implementação de programas de assistência estudantil, concebida como direito e como política de inclusão social dos diferentes segmentos da população, visando à universalidade da cidadania, estabelecendo, inclusive, um plano de acessibilidade às dependências do Campus para estudantes com necessidades especiais.

O sistema de educação da Universidade encontra-se fundamentado na relevância da educação, com ênfase na qualidade, no respeito às culturas, na proteção ao meio ambiente e nas necessidades sociais da região e do País. Em face do exposto, reitera-se que as diretrizes pedagógicas institucionais não se limitam ao fazer pedagógico *per si*, mas agregam elementos que subjazem o processo educativo.

2.9 ORGANOGRAMA DA UNIVERSIDADE

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) está ligada ao Ministério da Educação (MEC), seu mantenedor. A administração da UFLA é exercida pelos órgãos de administração superior que compreendem o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), o Conselho Universitário (CUNI), o Conselho de Curadores e a Ouvidoria. O Executivo da UFLA compõe-se da Reitoria, com seus órgãos associados, e das Pró-Reitorias: de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), de Extensão e Cultura (PROEC), de Graduação (PRG), de Planejamento e Gestão (PROPLAG), de Pesquisa (PRP), de Pós-graduação (PRPG) e de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PRGDP). A Pró-Reitoria de Graduação, responsável

diretamente pelos cursos de graduação, é composta pela Assessoria para Assuntos Acadêmicos, Procuradoria Educacional Institucional, DADE – Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino, DIPS – Diretoria de Processos Seletivos, DIREDE – Diretoria de Educação a Distância, DPGA – Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica, Secretaria dos Cursos de Graduação, DRCA – Diretoria de Registro e Controle Acadêmico e pelas Coordenadorias de Cursos. Cada coordenadoria é apoiada pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado de Curso.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 CONTEXTO EDUCACIONAL E PERFIL DO CURSO

- a) **Curso:** Licenciatura em Pedagogia (modalidade presencial)
- b) **Endereço de funcionamento do curso:** Departamento de Educação
- c) **Regulamentação da criação do curso:** Portaria de n.º 1338 de 14 de novembro de 2014
- d) **Número de vagas pretendidas:** 50 vagas
- e) **Turnos de funcionamento do curso:** noturno
- f) **Carga horária total do curso:** 3.366,5
- i) **Tempos mínimo e máximo para integralização:** Mínimo de 9 semestres e máximo de 14 semestres
- j) **Coordenador do curso:** Profa. Dra. Ilsa do Carmo Vieira Goulart
- h) **Formas de ingresso:**

- Processo Seletivo de Avaliação Seriada (PAS)

O Processo Seletivo de Avaliação Seriada (PAS) é um processo no qual o candidato é avaliado ao longo de três etapas consecutivas: uma ao final de cada ano do Ensino Médio, por meio de provas de múltipla escolha e redação. Na terceira etapa, é adotada a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizado durante o terceiro ano do Ensino Médio. A UFLA destina ao PAS 40% das vagas dos seus cursos de graduação presenciais, ofertadas para o primeiro semestre letivo de cada ano.

- Sistema de Seleção Unificada (Sisu)

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um sistema gerenciado pelo Ministério da Educação, por meio do qual as instituições públicas de educação superior participantes selecionam candidatos exclusivamente pela nota obtida no Enem. A Instituição destina ao Sisu 60% das vagas dos seus cursos de graduação presenciais, no primeiro semestre, e 100%, no segundo semestre. As inscrições são feitas diretamente no sistema, no endereço www.sisu.mec.gov.br.

- Mudança Interna

A possibilidade de mudança interna de curso é oferecida aos estudantes regularmente matriculados na UFLA, em cursos de graduação presenciais ou a distância, e que atendam aos requisitos estabelecidos em edital. A mudança interna de curso na UFLA é concedida uma

única vez por estudante. A classificação também é baseada nas notas obtidas no Enem, em exame realizado há, no máximo, cinco anos antes do processo seletivo.

- Transferência Externa

Poderão se candidatar à transferência externa, para os cursos de graduação da UFLA, estudantes regularmente matriculados em outras Instituições de Ensino Superior, em cursos presenciais ou a distância, devidamente autorizados, de acordo com a legislação específica em vigor, e que atendam aos requisitos estabelecidos em edital. A classificação será baseada nas notas obtidas no Enem, em exame realizado há, no máximo, cinco anos antes do processo seletivo. Os estudantes que ingressarem na Instituição por meio de transferência externa de curso não terão direito de concorrer às vagas ofertadas por meio de mudança interna de curso.

- Obtenção de Novo Título

Poderão se candidatar à obtenção de novo título os estudantes portadores de diploma de nível superior, em cursos presenciais ou a distância, desde que o seu curso de graduação seja reconhecido nos termos da legislação vigente. A classificação, assim como nas outras formas de ingresso, será baseada nas notas obtidas no Enem, em exame realizado há, no máximo, cinco anos antes do processo seletivo. Os estudantes que ingressarem na Instituição por meio de obtenção de novo título não terão direito de concorrer às vagas ofertadas por meio de mudança interna de curso.

- Programa de Estudantes – Convênio de Graduação

Anualmente, a UFLA oferece, à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, vagas para estudantes estrangeiros. De acordo com o número de vagas, a própria Secretaria seleciona, previamente, os candidatos e os encaminha à Universidade, por meio do Programa de Estudante-Convênio. Vale ressaltar que, para a permanência do estudante na condição de estudante convênio, ele deverá obedecer, integralmente, às exigências recomendadas no protocolo firmado entre o Ministério da Educação e o Ministério das Relações Exteriores, e também às demais normas estabelecidas pela UFLA.

3.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A política institucional para a graduação é orientada pelas diretrizes nacionais previstas pelo Ministério da Educação, pelos fundamentos disponíveis no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), pelos

norteamentos dispostos nos regulamentos dos diversos órgãos de gestão acadêmica, por meio dos princípios pedagógicos, concepções e diretrizes para o currículo e para o desenvolvimento da aprendizagem, conforme apresentadas a seguir.

3.2.1 Política institucional para o ensino na graduação

Os princípios pedagógicos adotados na UFLA se articulam com uma concepção de universidade “aberta”, “onde o conjunto de saberes científicos e culturais se articulam entre si com a perspectiva de inovar na solução dos problemas e necessidades que se apresentam como desafios aos pesquisadores e docentes desta instituição. Embora se considere a existência de um universo de conhecimentos científicos e culturais já constituídos, e que é função da universidade fazer a socialização deste patrimônio cultural, há também a produção de novos saberes e soluções para os problemas enfrentados pela sociedade”.

Nessa direção, a Instituição, de modo especial, por meio da Pró-Reitoria de Graduação, tem buscado pautar suas ações conceitualmente e pedagogicamente em uma política fundamentada na promoção de práticas para a garantia da excelência das atividades de ensino. Nesse sentido, tem-se investido:

- na articulação entre ensino de graduação/pós-graduação e entre ensino/pesquisa/extensão, entre universidade/sociedade,
- na implementação de projetos relacionados ao ensino,
- na iniciação profissional para ampliação das oportunidades formativas,
- na discussão sobre as demandas de reestruturação curricular,
- na flexibilização dos currículos,
- na ampliação/no aperfeiçoamento de recursos/ferramentas tecnológicos para a implementação de metodologias ativas em todas os componentes curriculares,
- nos investimentos específicos para a assistência estudantil para alunos com dificuldades de aprendizagem,
- na busca de inserção de práticas de avaliação dos processos formativos,
- na capacitação continuada de professores e gestores, no apoio para a realização de atividades extracurriculares,
- na viabilização de projetos que valorizem a interdisciplinaridade e a transversalidade, na busca de intercâmbios para a diversificação das experiências de formação,

- na ampliação do acervo bibliográfico,
- na realização de fóruns de graduação para que as ações institucionais e pedagógicas sejam constantemente analisadas e revisitadas,
- no atendimento às diretrizes legais para uma formação cidadã, por meio de componentes curriculares que contemplem a questão da sustentabilidade, da diversidade cultural, dos direitos humanos e de inclusão social,
- na discussão sobre inovação das práticas de ensino em que sejam consideradas as dimensões ética, estética e política em todas as práticas e atividades acadêmicas.

Dessa forma, os princípios pedagógicos norteiam-se pela autonomia dos estudantes e pela indissociabilidade entre a formação específica e a formação cidadã, de modo que as experiências acadêmicas, culturais, sociais, políticas e técnicas vivenciadas pelo aluno, na universidade, se constituam em um ambiente de formação para que ele seja, como cidadão, agente e sujeito de criação de uma sociedade mais justa e democrática.

3.2.2 Política de Pesquisa

A pesquisa e a inovação tecnológica na UFLA se consubstanciam a partir da concepção de que a produção e a socialização de conhecimento é um princípio basilar de toda universidade. Nesse sentido, a Instituição, de modo especial, por meio de Pró-reitoria de Pesquisa, em conjunto com várias entidades, agências de fomento e de órgãos setoriais, tem se pautado na busca de ações que visam a garantir a excelência na produção acadêmica, criação de produtos, na prestação de serviços, etc. Desse modo, além do incentivo para a ampliação das ações de pesquisa, há uma preocupação em relação à qualificação das produções. Para tal, inúmeros esforços têm sido empreendidos para:

- a criação/ampliação/manutenção de laboratórios estruturados e de fazendas experimentais,
- a regularidade de abertura de editais para a seleção de projetos de pesquisa e de submissão de textos acadêmicos para publicação,
- a reorganização dos grupos de pesquisa vinculados aos núcleos de estudo dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação da UFLA,
- a institucionalização do programa de apoio à publicação científica em periódicos portadores de fator de impacto,

- a celebração de convênios nacionais e internacionais para o avanço social, científico e tecnológico,
- a realização e/ou participação de/em eventos científicos,
- a informatização dos processos de gestão de projetos,
- a articulação com a Educação Básica, por meio de projetos juniores,
- o registro de patentes e contratos de transferência de tecnologias,
- a captação de recursos para fomento e bolsas de pesquisa,
- a implementação de projetos de iniciação científica para graduandos, financiados e voluntários,
- a capacitação de orientadores e de bolsistas para a melhoria dos processos de pesquisa e dos textos produzidos,
- o fortalecimento de programas de intercâmbio científico e dos acordos internacionais para a formação de pessoas e o desenvolvimento tecnológico,
- o incentivo ao aumento do fluxo de estudantes/pesquisadores com instituições internacionais, com vistas a troca de conhecimentos,
- a geração de conhecimentos e a transferência de tecnologias, atendendo às demandas socioeconômicas local, regional ou nacional.

Nesse sentido, a política de pesquisa busca promover a integração e a interação de docentes, pesquisadores, discentes e técnico-administrativos, para a realização de pesquisa de forma colaborativa e multidisciplinar, e estimular a busca por parcerias com organizações públicas e privadas, nacionais ou internacionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico e a promoção da inovação. Além desses aspectos, o empreendedorismo e a transferência de tecnologia devem representar o desfecho da atuação da universidade em ciência, tecnologia e inovação, para que a sociedade perceba os ganhos trazidos pelo conhecimento e o investimento nessa área.

O âmbito do curso de Pedagogia se insere nos seguintes projetos: PIVIC/UFLA (Programa Institucional Voluntário de Bolsas de Iniciação Científica), PIBIC/CNPq (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), PIBIC/FAPEMIG (Programa de Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica Institucional); PIBID/CAPES (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência); BIC JÚNIOR (Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior); Programa Jovens Talentos para a Ciência/CAPES.

Merecem destaque os projetos de pesquisas vinculados aos Grupos de Pesquisas e Núcleos de Estudos do Departamento de Educação, bem como bolsas de monitorias, com

apoio e incentivo à participação de alunos em projetos de iniciação científica (financiado e voluntário), promoção de cursos de formação de capacitação relacionadas às atividades de pesquisa, promoção do Congresso de Iniciação Científica (CIUFLA), etc.

3.2.3 Política de extensão e cultura

A Política Nacional de Extensão Universitária é materializada, na UFLA, por meio dos mais variados programas, projetos e ações. A Universidade Federal de Lavras, como uma instituição que produz conhecimento, formando profissionais e cidadãos nas áreas de ciências agrárias, de ciências biológicas, de ciências exatas, de ciências tecnológicas (engenharias), de ciências da saúde, de ciências humanas e de ciências sociais aplicadas, na área de Linguística/Literatura, possui grande potencial a oferecer em projetos de extensão, no âmbito da cooperação nacional e internacional. A UFLA conta, no campo da extensão universitária, com cerca de 170 núcleos de estudos, 14 empresas juniores, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Incubacoop), Incubadora Tecnológica de Empresas (Inbatec) e um Parque Tecnológico (Lavrastec), envolvendo servidores docentes e técnico-administrativos e discentes.

Nesse sentido, a Instituição, de modo especial, por meio de Pró-Reitoria de Extensão, em conjunto com várias entidades, agências de fomento e de órgãos setoriais, tem se pautado na busca de ações que visam a garantir a excelência nas interações com a comunidade e na socialização dos conhecimentos produzidos, na prestação de serviços etc. Para tal, inúmeros ações têm sido fomentadas e implementadas, entre as quais se destacam:

- projeto UFLA de Portas Abertas, que trata da apresentação dos cursos e das profissões da UFLA para estudantes de ensino médio da região,
- reorganização do estágio, obrigatório e não obrigatório, nacional e internacional,
- implementação de ações relacionadas à Atividade Vivencial na UFLA, que se trata de acompanhamento das atividades de campo, laboratórios, Hospital Veterinário, dentre outras, que os estudantes não vinculados aos programas de iniciação científica podem desenvolver,
- projetos e eventos relacionados à valorização da diversidade cultural, com vistas à promoção de interações culturais e artísticas entre membros da comunidade acadêmica e local,

- investimento em obras, como o Centro de Cultura que é utilizado para apresentação de espetáculos de música erudita, dança, circo e teatro, bem como para exposições fotográficas, cinematográficas e de artes plásticas,
- manutenção de programas de rádio e TV, visando a mostrar os agentes culturais, bem como estimular e alavancar iniciativas da comunidade artística local, divulgando-as, de forma ampla e abrangente, em toda a região de influência da UFLA,
- democratização das atividades e dos conhecimentos acadêmicos,
- formulação de programas articulados de extensão e pesquisa,
- manutenção de espaços museológicos: o Museu Bi Moreira (MBM/UFLA) e o Museu de História Natural (MHN-UFLA), destinados à preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural e científico local,
- investimento na idealização e construção do Parque Tecnológico e Incubadora de Empresas de Base Tecnológica com vistas a elaboração de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico,
- incentivo à promoção de eventos científicos e/ou profissionais em diferentes áreas do conhecimento, ofertados para públicos diversos,
- realização de projetos voltados à prática de esportes e incentivo à participação em competições,
- sistematização das ações extensionistas promovidas pela UFLA, por meio de eventos como UFLA faz Extensão, Congresso de Extensão (CONEX) etc.

A extensão precisa, assim, favorecer a troca de informações e promover a aliança com os diferentes setores da sociedade, sem pré-direcionamentos ideológicos, a fim de difundir conhecimentos orientados ao bem comum de toda a sociedade. Nessa direção, ela também deve favorecer a interprofissionalidade. Além disso, as atividades de extensão devem favorecer o aprendizado com atuação prática, de modo a garantir tanto a aquisição dos conhecimentos requeridos por sua formação quanto a aquisição de uma consciência cidadã, capaz de respeitar e de agir conjunta e democraticamente com os diversos setores sociais. Nesse sentido, as atividades de extensão devem fomentar a flexibilização do currículo escolar, de modo a ampliá-lo e, ao mesmo tempo, permitir a superação de suas eventuais lacunas ou limitações. As atividades de extensão devem, nesse sentido, contribuir para a formação cidadã e a realização da democracia plena e de uma sociedade com justiça social.

No que tange à extensão, no curso de Pedagogia, as atividades representam o canal de interlocução entre o curso e os segmentos externos da comunidade acadêmica a fim de efetivar sua função social. Inicialmente, o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) tem a expectativa de garantir por excelência este papel integrador entre a UFLA e a sociedade, pois é um canal de promoção e de divulgação das atividades extensionistas do Curso. Há outras iniciativas igualmente importantes vinculadas às ações do Curso, tais como: PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência; os Núcleos de estudos, como: o Núcleo de Estudos em Linguagens, Leitura e escrita (NELLE), que tem por finalidade congrega profissionais, pesquisadores e estudantes da graduação e pós-graduação na área de Linguagem, Leitura e Escrita, tendo por finalidade oferecendo cursos, palestras, debates e eventos que possam contribuir para a elevação dos conhecimentos desta área. O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Infâncias e Educação Infantil (Nepi), que tem por intuito constituir-se como um espaço de investigação das temáticas relacionadas às infâncias e à Educação Infantil, numa perspectiva histórica e contemporânea, dentro do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras.

Entre outras atividades de extensão, destacam-se: o Fórum Sul Mineiro de Educação Infantil, um movimento suprapartidário, gerido pelo Departamento de Educação e articulado com diversas instituições, órgãos e entidades comprometidas com a melhoria da qualidade na Educação Infantil e também com a futura Unidade de Educação Infantil da Universidade Federal de Lavras, que se encontra em processo de implementação na universidade. O projeto de extensão conhecido por "Cinema com Vida", apoiado pela FAPEMIG desde 2008, busca ser um espaço e um tempo individual e coletivo para ler, reler textos e imagens que ajudem a pensar a formação de professores numa perspectiva ampliada e crítica em nosso presente.

As atividades de extensão também envolvem palestras, cursos e mini-cursos de extensão, oficinas, saraus culturais, simpósios, colóquios, encontros, jornadas, entre outras atividades, mostram-se possibilidades de atuação dos estudantes de modo diversificado fora do ambiente de sala de aula como espaço de formação.

3.3 OBJETIVOS DO CURSO

O objetivo geral do curso é formar profissionais com fundamentações teóricas, práticas e de investigação científica nas áreas de conhecimento das ciências pedagógicas, históricas,

sociais, econômicas, políticas e culturais para atuarem na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, modalidade Normal, na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, com autonomia para propor soluções aos problemas do cotidiano, à luz de realidades diversificadas.

3.3.1 Objetivos específicos do curso prescrevem as seguintes ações e comportamentos

- Compreender a natureza das relações e inter-relações sociais, econômicas, políticas e culturais na constituição da realidade da educação brasileira e regional, bem como a importância do processo de atendimento às crianças, adolescentes e adultos;
- Compreender o processo de desenvolvimento e aprendizagem humana na construção de suas relações com o mundo e com os outros, em seus aspectos cognitivo, biológico, físico, motor, social, afetivo e moral;
- Refletir sobre a concepção de criança como sujeito criador, capaz de estabelecer múltiplas relações, como um sujeito de direitos, um ser sócio-histórico, produtor de cultura e nela inserido.
- Compreender criticamente os fundamentos das teorias do conhecimento que sustentam as propostas metodológicas do processo de desenvolvimento e aprendizagem;
- Desenvolver postura investigativa que possibilite a problematização das múltiplas realidades do contexto escolar e a reflexão sobre a prática profissional em toda sua complexidade e dinamicidade, meio da dialogicidade e interdiscursividade;
- Refletir sobre as propostas educacionais que discorrem os diversos documentos oficiais, com vista a estabelecer relações, possibilitar questionamentos e aguçar a criticidade com as condições reais de ensino nas escolas públicas.
- Desenvolver competências para participar e desenvolver projetos pedagógicos, de modo colaborativo e com dialogicidade, para subsidiar a formação integral dos estudantes em seu processo de construção dos conhecimentos sociais e culturais, no campo das múltiplas linguagens, do pensamento lógico matemático, da reflexão crítica sobre a realidade natural e artificial do contexto escolar e do mundo social como diversidade cultural, geográfica, histórica e linguística.

3.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso de Pedagogia forma um profissional cuja base de atuação é a docência, pautada pela unidade teoria-prática, tendo a totalidade e a interdisciplinaridade como categorias privilegiadas. De acordo com (Resolução n.º 2, de 1 de julho de 2015, art. 7.º) contribui para a formação do educador num sentido amplo que contempla a educação formal e a educação não formal desenvolvendo habilidades e competências em diferentes âmbitos do conhecimento necessários à atuação do futuro profissional. Desse modo, o egresso tem um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultante da execução do projeto pedagógico e do percurso formativo amparados nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, fundamentais para o exercício profissional.

O perfil do profissional formado pelo curso contempla três dimensões interdependentes: o domínio das habilidades e competências para o trabalho, um cidadão atuante em sua comunidade e um pensador capaz de ressignificar criticamente sua prática e representações sociais vinculadas ao seu campo de atuação. Em consonância as Diretrizes da Pedagogia (CNE 1/2006, art. 5.º, e CNE 2/2015, art. 8.º), o profissional egresso tem capacidade de:

- I – atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II – compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica trabalhando na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano;
- III – dominar os conteúdos específicos e pedagógicos em diferentes abordagens teórico metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- IV – fazer uso da linguagem dos meios de comunicação relacionados à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- V – promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- VI – identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir

para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VII – demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

VIII – atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, coordenando, avaliando e executando o projeto pedagógico;

IX – realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender e na organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática;

X – estudar e compreender criticamente a legislação educacional, além de outras determinações legais, como componentes de formação e do exercício do magistério.

3.5 ESTRUTURA CURRICULAR

O Conselho Universitário da UFLA, no uso de suas atribuições regimentais, aprovou as alterações no Regimento Geral da Universidade considerando que, ao elaborar o currículo, deverão ser explicitados os critérios da flexibilização curricular, bem como, as políticas e instrumentos de sua atualização e aperfeiçoamento. Para possibilitar a flexibilização dos currículos de cada curso, as atividades acadêmicas curriculares são classificadas quanto à sua natureza em obrigatórias e eletivas.

A flexibilidade curricular advém de um contexto político, cultural e educacional da Universidade Brasileira que, com mais ênfase desde os anos 80, processa reestruturações com vistas à maior liberdade e autonomia didática, administrativa e financeira, garantidas pela Carta Constitucional promulgada em 1988. Essa Constituição define a Universidade como a instituição em que ensino, pesquisa e extensão desenvolvem-se de modo indissociado e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, vem caracterizar detalhadamente essa indissociabilidade. Embora, desde então, seja preconizada a autonomia na estruturação curricular, os currículos fragmentados, sequenciados, engessados, ainda são uma realidade.

Assim, o que é entendido como currículo, na perspectiva tradicional, precisa ser questionado e criticado. Este debate e estudo vêm sendo feitos no Brasil de modo mais

incisivo há pelo menos uma década. A Educação Superior conta atualmente com uma normatização de Diretrizes Curriculares para a graduação que visa nortear as instituições nas elaborações curriculares de cada curso, e que permitem ultrapassar o modelo de currículos mínimos, ou seja, aquele conjunto fixo de disciplinas e carga horária, de caráter obrigatório. A partir dessas Diretrizes e da abertura legal, há a possibilidade da construção de currículos considerando novos paradigmas de conhecimento.

Isso requer uma teoria educacional e uma opção filosófica que valorizem os sujeitos sociais, o desenvolvimento contextualizado das práticas educativas, a autonomia da Universidade, do educador e do educando. Não é uma definição curricular na visão pragmática e utilitarista ou na perspectiva de reduzir a função social da educação superior ao ideário neoliberal de formar profissionais “dinâmicos” e “adaptáveis” às rápidas mudanças do mercado de trabalho (PEREIRA; CORTELAZZO, 2002).

A flexibilização, assim entendida, pode ser a condição de efetivação de um currículo não rígido, não estritamente disciplinar, em que não haja dicotomia entre teoria e prática e, sobretudo, considerando as experiências vivenciadas pelos educandos. Desta maneira, a flexibilização proporcionará que se trabalhe o conhecimento de forma a explicitar as inter-relações das diferentes áreas, de modo a atender aos anseios de fundamentação tanto acadêmica como de ação social, reconhecendo, assim, os caminhos, com diferentes trajetórias, que apontam para a complementaridade dos saberes.

Neste sentido, as atividades formativas se dirigem simultaneamente à formação especializada e cultural, onde as múltiplas atividades curriculares são desenvolvidas sem o estreito condicionamento a um sequenciamento rígido ou pré-fixado.

Porém, nesta estrutura mais flexível, é fundamental resguardar a esfera lógica de uma composição curricular que abranja a especificidade da área de formação política, acadêmica, científica e técnica, oportunizando, assim, a constituição de um sistema articulado e interdisciplinar, que permita aos estudantes interferir em seu processo formativo, participando como sujeitos do processo de aquisição/construção do conhecimento de forma que este se expresse como uma rede interconectada de saberes, num fluxo dialógico e interativo.

Desta maneira, a efetivação da flexibilização curricular apenas por meio de sua legalização é incipiente, devendo sua implementação ser feita gradual e continuamente, envolvendo toda a comunidade acadêmica nesta discussão.

Nesta proposta, considera-se e incorpora-se essa discussão sobre a flexibilização curricular, oferecendo uma proposta de estudos independentes, que será explicitada adiante, em um rol de disciplinas eletivas.

Esse projeto atende o art. 7.º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006), e Resolução n.º 2 de 1.º julho de 2015, contemplando a carga horária mínima determinada de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, distribuída da seguinte forma:

I. **2.352,5 horas** dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;

II. **400 horas** dedicadas ao Estágio Obrigatório, subdivididas conforme cada etapa: 50h para PRG136 – Estágio em Gestão Educacional; 100h para PRG236 – Estágio em Docência em Educação Infantil; 100h para Estágio em Docência nos Anos iniciais do Ensino Fundamental; 100h para PRG436 – Estágio em Alfabetização e Letramento e 50h para PRG836 – Estágio em Docência em EJA ou Ambientes não-escolares;

III. **204 horas/aula** de atividades acadêmico-científico teórico-práticas de aprofundamento em atividades complementares em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria ou outras atividades técnico-científicas.

IV. **410 horas** dedicadas a atividade práticas como componente curricular em várias disciplinas ao longo do curso.

O que atribui ao curso de Pedagogia um total: **3.366,5 horas**, atendendo a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação no ensino superior.

Quadro 2 – Carga Horária de disciplinas

Carga Horária de disciplinas			
Disciplinas	Horas	Créditos	Equivalência em hora/aula
Disciplinas obrigatórias e eletivas	2.352,5	195	2.315
Estágio Obrigatório*	400,0	0	-
Práticas como componente curricular	410,0	17	-
Atividades Acadêmico-científico-cultural	204,0	0	204
Total de horas para conclusão do curso**	2.366,5		3.812

Observações:

*As atividades do “Estágio Obrigatório”, “Trabalho de Conclusão de Curso” e dos “Estudos independentes” já são contabilizadas como hora/relógio.

**De acordo com a Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é componente curricular obrigatório. Portanto, as e os estudantes aos quais forem determinados a participação no Enade não poderão colar grau sem a realização dessa prova.

3.6 CONTEÚDOS CURRICULARES

Os compromissos assumidos historicamente pela Universidade Brasileira são a educação e a formação de jovens e adultos em termos de profissionalidade. Uma formação em nível superior constitui-se, em geral, em uma formação calcada em conhecimentos historicamente produzidos nos mais diversos âmbitos da filosofia, das ciências e das tecnologias, bem como articulada a uma necessária interlocução com as práticas cotidianas de vida e de trabalho. Esses conhecimentos teóricos e práticos que possuem *corpus* específicos, conforme cada área, mas que se inter-relacionam e devem ser desenvolvidos sob

a perspectiva da interdisciplinaridade, assinalada aqui como a viga mestra deste trabalho de formação acadêmica.

Em relação à formação para a Docência para a Educação Básica, compreendemos que a Universidade, além de desempenhar seu papel como agente educativo e formativo, tem a responsabilidade de articular e desenvolver um trabalho educativo com as demais instituições educacionais. Por isso, essa proposta de formação didático-pedagógica insere a relação teoria-prática educativa desde o início da formação acadêmica.

Essa proposta tem por base a legislação educacional brasileira em vigor, as normativas e resoluções do CNE, as emanções do próprio MEC, no que diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais para os diversos cursos de licenciaturas e para a Pedagogia, bem como as diretrizes formuladas pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

Por ser relevante para o que aqui se propõe, destaca-se o art. 13 da LDB que trata das incumbências docentes:

- I – Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – Zelar pela aprendizagem dos[as] alunos[as];
- IV – Estabelecer estratégias de recuperação para os[as] alunos[as] de menor rendimento;
- V – Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

A partir destas incumbências expressas na lei, compreende-se que a formação dos futuros profissionais da educação deve ser uma formação interdisciplinar, em que a relação teoria-prática é parte fundamental de todo o processo educativo formativo, sendo o compromisso político com a educação pública o maior eixo articulador que deve permear todo o processo.

Assim, assume-se neste projeto a concepção de formação reflexiva para a docência tendo como base as influências teóricas de Freire (1975; 1981; 1983; 1992; 1996; 1998),

Liston e Zeichner (1997), Nóvoa (1995) e Sacristán (1995) que consideram a formação docente como um processo complexo, multidimensional, contextualizado.

Deste modo, considera-se que a proposta de formação inicial está situada social e historicamente, em que a necessária articulação e integração entre a teoria e a prática possibilita desenvolver as capacidades reflexivas que subsidiam as mais diversas intervenções na realidade educativa. Assim, a concepção de formação humanística e reflexiva delineará todo o percurso educativo e formativo durante o curso de Pedagogia.

Nesta proposta, adota-se o EIXO TEMÁTICO como fundamento que expressa nossa visão de formação didático-pedagógica, caracterizando, assim, nossa compreensão de ciência como construção humana, histórica, situada, contextualizada, inter-relacionada, organizada e reorganizada por e entre sujeitos, que situam vivendo e convivendo em espaços de intencionalidades dos mais diversos matizes. Desta maneira, o EIXO TEMÁTICO não comporta a concepção de “grade curricular”, que está calcada em uma visão de ciência fragmentada, dividida, em que não há lugar para a inter-relação, a interdisciplinaridade, a transversalidade dos conteúdos, com vistas ao respeito e à valorização da cidadania e dos direitos humanos, conforme estabelece a o art. 5 da Resolução n. 01, de 30 de maio de 2012.

A proposta de formação alicerçada sob o EIXO TEMÁTICO está referenciada na concepção de currículo como o conjunto articulado de conhecimentos e saberes historicamente construídos, e/ou em processo de construção, que são trabalhados interdisciplinarmente e pertencentes ao processo de formação pessoal e profissional como um todo desenvolvido na Universidade.

O EIXO TEMÁTICO, assim definido, possibilita no desenvolver do processo de formação para a docência a compreensão de que o ato de aprender a educar-ensinar, também se refere a um processo construído diuturnamente, longe da linearidade, mas na descontinuidade, pois envolve uma multiplicidade de competências, de habilidades e de dimensões de conhecimentos teórico-metodológicos e práticos de ser educador profissional. A prática pedagógica não se reduz à mera tarefa de aplicação, mas sim de construção permanente, de uso mediato e imediato dos conhecimentos das mais diversas áreas para uma atuação consequente nos diversos espaços educativos e formativos.

Desta maneira, apresenta-se a seguir a proposta curricular para o curso de Pedagogia Presencial, tendo por base EIXOS TEMÁTICOS contemplados nas três dimensões: Docência, Gestão Democrática e Pesquisa que, concomitante aos demais conteúdos, organizados em Núcleos de Estudos, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o

Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006) e a Resolução n.º 2 de 1 de julho de 2015, propõem a formação em áreas específicas, que se desenvolverão ao longo de todo o curso de Pedagogia e que possibilitarão uma sólida formação profissional e pessoal, capaz de fazer diferença no processo de formação profissional, o que refletirá diretamente na construção da sociedade brasileira.

3.6.1 Tópicos de estudo abordados conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso em questão (Conteúdos Básicos e Conteúdos Específicos)

Conforme estabelece o art. 12, da Resolução n.º 2 de 1 de julho de 2015, o projeto pedagógico dos cursos de licenciatura deverá estar divididos em três núcleos:

I - Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais.

II - Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais.

III - Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, que será descrito no item 10, *Atividades Acadêmicas*.

Para melhor configuração dos núcleos I e II, opta-se por organizá-los em eixos que tomam como base o princípio de formação integrada, de modo que contemple as dimensões apresentadas, pelo art. 12 da Resolução n.º 2 de 1 de julho de 2015, tendo em vista à formação do pedagogo. Os eixos temáticos se organizam em disciplinas conforme as especificações da regulamentação.

3.6.2 Núcleo de Formação Geral

Segundo as orientações do art. 12, da Resolução n.º 2 de 1 de julho de 2015, CNE 2/2015, as disciplinas que integram este núcleo devem abranger:

- a) Princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos,

específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;

- b) Princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;
- c) Conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- d) Observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas; e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;
- e) Diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;
- f) Pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;
- g) Decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico-sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;
- h) Pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

- i) Questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;
- j) Pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

Com base na regulamentação organizou-se este Núcleo em quatro eixos: “Eixo de Estudos Básicos: Disciplinas de Fundamentos”, “Eixo de Currículo e Gestão Democrática”, “Eixo de Fundamentos das Práticas Educativas e Diversidade” e “Eixo de Múltiplas Linguagens”.

a) Eixo de Estudos Básicos: Disciplinas de Fundamentos

A partir da compreensão de que o processo educativo ocorre na interação entre sujeitos dentro de certo contexto social, é necessário refletir as questões que envolvem a constituição desse sujeito em seus aspectos sociais e psicológicos. O “Eixo de Estudos Básicos” tem como objetivo agregar as diversas contribuições das Ciências Humanas e Sociais da Educação, a fim de promover o entendimento da Educação como fenômeno social e histórico. Compõem esse eixo as disciplinas:

Quadro 3 – Eixo de Estudos Básicos

Código	Disciplinas	Créditos	Tipo
GDE193	Introdução à Pedagogia	4	Obrigatória
GDE207	Filosofia da Educação I	4	Obrigatória
GDE147	Filosofia da Educação II	4	Obrigatória
GDE136	Sociologia e Formação Docente	5	Obrigatória
GDE137	História da Educação I	4	Obrigatória
GDE145	História da Educação II	4	Obrigatória
GDE148	Psicologia da Educação I	5	Obrigatória
GDE152	Psicologia da Educação II	5	Obrigatória
GDE188	Psicanálise e Educação	2	Eletiva
GDE126	Docência em Cursos de Educação a Distância	2	Eletiva

GDE127	Educação a Distância	4	Eletiva
GCH126	Teoria do Conhecimento	4	Eletiva
GDE191	Arquivos e fontes para a História do Brasil	2	Eletiva
GDE212	Trabalho Pedagógico e Cotidiano Escolar	4	Eletiva

b) Eixo de Currículo e Gestão Democrática

O “Eixo Currículo e gestão democrática” contempla discussões e investigações sobre políticas públicas e ações privadas no âmbito do direito à educação, de modo a discutir as diferentes formas de participação em ações sociais coletivas, na gestão do sistema e de unidades de ensino. Propõe uma reflexão acerca da gestão e avaliação de políticas educacionais, currículo, educação e práticas de cidadania. A ênfase é dada nas políticas públicas (planos decenais, financiamentos e programas institucionais), nas instituições públicas e privadas, nos movimentos sociais e demais formas de organização da sociedade civil, a fim de promover a gestão democrática. O eixo pretende, ainda, referenciar os estudos sobre a concepção de currículo no processo de evolução histórica, a partir das reformas educacionais efetivadas com a promulgação da Lei n.º 9.394/96.

Quadro 4 – Eixo de Currículo e Gestão Democrática

Código	Disciplinas	Créditos	Tipo
GDE195	Política e Organização da Educação Básica I – POEB I	5	Obrigatória
GDE142	Política e Organização da Educação Básica II – POEB II	4	Obrigatória
GDE197	Gestão Educacional: Fundamentos	5	Obrigatória
GDE199	Gestão Educacional: Coordenação e Planejamento	4	Obrigatória
GDE155	Escola e Currículo	5	Obrigatória
GDE202	Avaliação Educacional	5	Obrigatória

c) Eixo de Fundamentos das práticas educativas e diversidade

O “Eixo de fundamentos das práticas educativas e diversidade” contempla os conteúdos norteadores da ação pedagógica nos diferentes espaços educativos. Consideram-se a diversidade e a abordagem multicultural como principal base para promoção de práticas educativas inclusivas. Neste eixo a disciplina GDE 150 Educação, Ambiente e Agroecologia atende às orientações do art. 5.º do Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002. As disciplinas GDE165 História e culturas afro-brasileiras e indígenas e GDE187 Educação para as relações étnico-raciais: uma análise discursiva, atendem às orientações do art. 2 da Resolução n.º 1, de 17 de julho de 2014.

Quadro 5 – Eixo de Fundamentos das Práticas Educativas e Diversidade

Código	Disciplina	Créditos	Tipo
GDE146	Educação Inclusiva: fundamentos, políticas e práticas escolares	5	Obrigatória
GDE165	História e culturas afro-brasileiras e indígenas	2	Obrigatória
GDE174	Educação, Gênero e Sexualidades	3	Obrigatória
GDE164	Introdução à Língua Brasileira de Sinais	5	Obrigatória
GDE179	Educação do Campo	3	Obrigatória
GDE150	Educação, Ambiente e Agroecologia	3	Obrigatória
GDE205	Educação de Jovens e Adultos	3	Obrigatória
GDE204	Pedagogia em Ambientes não escolares	3	Obrigatória
GDE186	Sexualidades e Infâncias	2	Eletiva
GDE187	Educação para as Relações Étnico-Raciais: Uma Análise Discursiva	2	Eletiva
GDI103	Direitos Humanos, meio-ambiente e sustentabilidade	4	Eletiva
GDI158	Direito e Cidadania	2	Eletiva
GDE189	Cultura Afro e Indígena	2	Eletiva
GDE190	Ética e Trabalho Docente em Foucault e Nietzsche	2	Eletiva
GDE211	Cinema e Formação Cultural de Professores	4	Eletiva

d) Eixo de Múltiplas Linguagens

O “Eixo de múltiplas linguagens” contempla discussões de enfoque interdisciplinar, considerando as diferentes linguagens como forma de conhecimento humano, de modo a estabelecer relações e interações com o outro. Considera-se a linguagem como um modo de ação e interação social, viabilizado pela pluralidade de manifestação da linguagem: na oralidade, na escrita, no corpo, nas artes, nas novas tecnologias, etc., balizados pelas questões éticas e estéticas.

Os estudos e investigações referentes aos diálogos fundamentados pela estética, na maneira ampla, acolhem estudos referentes às questões humanas dentro do espaço escolar, como o brincar, o jogo, a narrativa, a música, o teatro, a expressão corporal, entre outras, o que contribuem positivamente para o aprendizado, não apenas como instrumentais, mas como elementos que potencializam as diversas capacidades humanas.

Quadro 6 – Eixo das Múltiplas Linguagens

Código	Disciplina	Créditos	Tipo
GDE157	Fundamentos da Educação Infantil	5	Obrigatória
GDE161	O Lúdico na Educação infantil	5	Obrigatória
GDE209	Linguagem Oral e Escrita	5	Obrigatória
GDE159	Linguagens na Educação Infantil: Arte Mídia e Corpo	5	Obrigatória
GDE151	Práticas Pedagógicas com Tecnologias Digitais	2	Obrigatória
GDE201	Literatura Infanto-Juvenil	5	Obrigatória
GCH158	Introdução à Análise do Discurso	4	Eletiva
GDE181	Literatura, Linguagem e Indústria Cultural	2	Eletiva
GDE182	Linguagem, Leitura e Cultura Escrita I	2	Eletiva
GDE183	Linguagem, Leitura e Cultura Escrita II	2	Eletiva
GCH244	Tópicos em Língua Portuguesa I	2	Eletiva
GCH198	Aquisição da Linguagem	2	Eletiva
GDE128	Robótica Educacional	4	Eletiva
GDE125	Ciência, Tecnologia e Sociedade	2	Eletiva

GDE213	Tecnologias e Formação Docente: Princípios e Práticas	4	Eletiva
GDE210	Escrita Acadêmica	2	Eletiva

3.6.3 Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional

De acordo com as orientações do art. 12 da Resolução n.º 2 de 1 de julho de 2015, as disciplinas que agregam este núcleo precisam envolver:

- a) Investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;
- b) Avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- c) Pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.

Com base na regulamentação organizou-se este Núcleo em dois eixos: “Eixo de Práticas Educativas e Didática” e “Eixo de Pesquisa”.

a) Eixo de Práticas Educativas e Didática

O “Eixo de Práticas educativas e Didática” contempla discussões acerca de alternativas metodológicas para o processo de ensino-aprendizagem na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos.

Diante disso, apresenta propostas de organização do trabalho pedagógico, atentando à diversidade cultural e aos tempos de aprendizagens. Tem como objetivo estudar, refletir, analisar e discutir acerca das diferentes metodologias voltadas às diversas áreas do conhecimento, além de estudar situações específicas do desenvolvimento humano em seus aspectos psicológicos, sociais e afetivos que impactam no aprendizado.

Por considerar que a relação entre teoria e prática desenvolve análise de contingências presentes nos ambientes escolares que favoreçam as situações de aprendizagem, compõem esse núcleo as disciplinas:

Quadro 7 – Eixo das Práticas Educativas e Didática

Código	Disciplina	Créditos	Tipo
GDE138	Didática	5	Obrigatória
GDE171	Alfabetização e Letramento	5	Obrigatória
GDE203	Alfabetização e Letramento em Matemática	3	Obrigatória
GDE196	Metodologia do Ensino da Arte	5	Obrigatória
GDE198	Metodologia do Ensino de História e Geografia	5	Obrigatória
GDE169	Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza	4	Obrigatória
GDE172	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	5	Obrigatória
GDE203	Metodologia do Ensino da Matemática	3	Obrigatória
GDE176	Metodologia do Ensino do Movimento Corporal	5	Obrigatória
GDE160	Práticas Educativas em Gestão Educacional	2	Obrigatória
GDE166	Práticas Educativas em Educação Infantil	2	Obrigatória
GDE170	Práticas em Alfabetização e Letramento	2	Obrigatória
GDE175	Práticas nos anos iniciais do Ensino Fundamental	2	Obrigatória
GDE206	Práticas Educativas em EJA ou ambientes não-escolares	2	Obrigatória
PRG136	Estágio em Gestão Educacional	50h	Obrigatória
PRG1136	Estágio em Docência na Educação Infantil	100h	Obrigatória

PRG1236	Estágio em Alfabetização e Letramento	100h	Obrigatória
PRG1336	Estágio em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100h	Obrigatória
PRG1436	Estágio em Docência em EJA ou em Ambientes Não Escolares	50h	Obrigatória

b) Eixo de Pesquisa

O “Eixo de Pesquisa” contempla conteúdos que primam pelo desenvolvimento formativo do corpo discente no âmbito da pesquisa científica, de modo a integrar a teoria e a prática, desde o início do curso, a partir de um processo autônomo de investigação.

Considera-se como prioridade o desenvolvimento da capacidade de observação, descrição, argumentação e análise, como também estímulo de habilidades como curiosidade, inquietação, criticidade, reflexão e intuição, como ações investigativas contundentes na formação do pesquisador na área da educação.

Tem-se por objetivo viabilizar o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da educação, assegurados pela variedade de modelos próprios de investigação e compreensão da realidade educacional por meio da análise e reflexão.

Quadro 8 – Eixo de Pesquisa

Código	Disciplina	Créditos	Tipo
GDE194	Linguagem, Leitura e Produção Textual	5	Obrigatória
GDE200	Metodologia de Pesquisa em Educação	5	Obrigatória
PRG336	Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC 01	2	Obrigatória
PRG536	Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC 02	2	Obrigatória
PRG736	Trabalho de Conclusão de Curso III – TCC 03	2	Obrigatória
PRG936	Trabalho de Conclusão de Curso IV –	2	Obrigatória

	TCC 04		
--	--------	--	--

3.7 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

De acordo com o art. 96 da Resolução CEPE n. 042, de 21 de março de 2007, não será permitida a renovação de matrícula ao estudante que não concluir o curso no prazo máximo fixado para integralização do seu currículo, respeitadas as diretrizes curriculares de cada curso, aprovadas pelo CNE.

O art. 97 da Resolução CEPE n. 042, de 21 de março de 2007 descreve que não se permite a renovação de matrícula ao estudante incurso no caso de desligamento previsto no Regime Disciplinar aplicável ao Corpo Discente, disciplinado pela Resolução CUNI n. 009, de 6 de maio de 2003.

No art. 99da Resolução CEPE n. 042, de 21 de março de 2007 descreve que o estudante que apresentar rendimento acadêmico insuficiente em quatro períodos letivos, consecutivos ou não, excetuando-se o primeiro período no curso em que se encontra matriculado, não será permitida a renovação da matrícula.

O documento prescreve que o rendimento acadêmico insuficiente em cada período é caracterizado por Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA), disponibilizado aos estudantes pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), inferior a 60 (sessenta), concomitante ao número de aprovações igual ou inferior ao número de reprovações.

3.8 METODOLOGIA

Em termos formais, o sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem é disciplinado pela Resolução CEPE n. 042/2007.

De acordo com o art. 73 da Resolução CEPE n. 042/2007, a verificação do rendimento escolar compreenderá a frequência e a eficiência nos estudos, as quais, desde que não atingidas, em conjunto ou isoladamente, inabilitam o estudante na disciplina. Com efeito, é obrigatória a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina, ficando nela reprovado o estudante que não comparecer a 75%, no mínimo, das aulas teóricas e práticas, computadas separadamente, e demais trabalhos escolares programados para a integralização

da carga horária fixada para a referida disciplina, nos termos do art. 79 da Resolução CEPE no 042/2007. Além disso, o estudante deve obter média final igual ou superior a 60 pontos, em consonância com o art. 80 da Resolução CEPE n. 042/2007.

Na linguagem do art. 74 da Resolução CEPE n. 042/2007, a verificação da aprendizagem deverá ser realizada por meio de trabalhos escolares, baseando-se em critérios quantitativos e, quando pertinentes, qualitativos, definidos pelo responsável pela atividade acadêmica, considerando-se o desempenho, interesse e participação do estudante nas aulas.

A avaliação está integrada ao processo de aprendizagem, no qual o estudante é o ator principal. É um elemento de incentivo e de motivação para a aprendizagem, fornecendo subsídios para a melhoria contínua e para o desenvolvimento do estudante, de forma a alcançar a autonomia teórica responsável, como descrita no perfil proposto do egresso.

Acredita-se que o parâmetro da responsabilidade polariza o parâmetro da autonomia do estudante, considerando-se, especialmente, insatisfatórias as abordagens que se mostrem excessivamente genéricas e carentes de fundamentos metodológicos, assim como as performances que se limitem a repetir correntes doutrinárias, enunciados normativos ou resultados de julgados, sem discuti-los criticamente. É importante verificar precipuamente, de um lado, o domínio dos legados de cada disciplina e a capacidade de compreendê-los de forma contextualizada, com seus métodos e suas escolas, e, de outro lado, a capacidade de abordá-los de maneira crítica, questionando suas premissas e conclusões, além de assumir posição clara e tecnicamente embasada a respeito dos problemas tratados.

Com efeito, torna-se indispensável, para concretização do perfil do egresso, a utilização de avaliações formativas. No entanto, em razão de diversas exigências de cunho profissional, em especial, para ingresso em carreiras públicas, mostra-se adequada também a aplicação de avaliações somativas.

Sublinhe-se que os trabalhos escolares equivalem aos instrumentos de avaliação. Levando em conta os objetivos de aprendizagem de cada disciplina, estimula-se que os professores utilizem instrumentos variados, contemplando, com isso, também os diversos estilos de aprendizagem dos estudantes. Podem ser utilizados os instrumentos tradicionais, como prova discursiva, prova de múltipla escolha e trabalhos escritos. No entanto, em razão do perfil pretendido para o egresso, valoriza-se a utilização de instrumentos que contribuam, em especial, para diminuição do estresse frequentemente associado à avaliação, assim como viabilizem o exercício, entre outros, de trabalho colaborativo, do potencial investigativo e inovador, da reflexão crítica e da argumentação consistente e sensível aos fenômenos sociais,

entre os quais se destacam: prova com consulta; redação de artigo científico; estudos dirigidos de casos reais ou simulados; elaboração de *portfólio*; execução de projetos e ações de intervenção social; produção de vídeo e de outros recursos multimídias ou impressos; apresentações orais e encenações; seminários e discussões em pequenos grupos; entre outros. É certo que a avaliação não deve estar centrada somente na averiguação de informações apreendidas pelo estudante, devendo também incluir a verificação de competências, habilidades e atitudes.

Importa destacar que o número de trabalhos escolares por disciplina, aplicados em cada semestre letivo, deverá ser de, no mínimo, 3 para disciplinas com carga horária igual ou superior a 51 horas e, no mínimo, 2 para as demais, e o peso de cada um deles deverá ser estabelecido pelo docente que ministra a disciplina, em atenção ao disposto no art. 74, §3.º, da Resolução CEPE n. 042/2007.

Considerando o papel formador da avaliação, o estudante receberá feedback sobre o seu rendimento, com a apresentação de sugestões para o aprofundamento dos estudos ou com a indicação de seus equívocos e alternativas para superação de suas fragilidades, em tempo hábil, para alcançar melhoria em seu desempenho. Com efeito, a avaliação se apresenta como elemento de incentivo e de motivação para a aprendizagem de todos os estudantes, reforçando comportamentos positivos.

É também garantida aos estudantes de menor rendimento uma nova oportunidade para o aprendizado, nos termos do art. 93 da Resolução CEPE n. 042/2007. Caberá ao docente responsável pela disciplina estabelecer estratégias de recuperação a serem utilizadas, podendo contar com o apoio de estudantes de graduação e de pós-graduação, docentes voluntários e pesquisadores para sua aplicação.

Entre as estratégias possíveis, encontram-se assistência individual, aulas de reforço e provas de recuperação.

Ademais, nos termos do art. 94 da Resolução CEPE n. 042/2007, sempre que ao final de um período letivo, mais de 30% dos estudantes de uma turma ou composição de turma, obtiverem nota inferior a 60% dos pontos, será facultada ao estudante uma avaliação de recuperação, sem prejuízo das estratégias de recuperação previstas no plano de curso. O conteúdo da avaliação de recuperação, a nota a ser considerada e a participação de alunos que obtiveram nota igual ou maior do que 60% ficarão a critério do professor.

De acordo com o art. 76 da Resolução CEPE n. 042/2007, as notas dos trabalhos escolares deverão ser divulgadas, no máximo, 15 dias úteis após sua realização. No prazo de 5

dias úteis após a divulgação das notas, os trabalhos escolares deverão ser disponibilizados aos estudantes para revisão. O estudante que não concordar com sua nota deverá, em primeiro lugar, consultar o professor. Caso ainda se sinta prejudicado, poderá requerer revisão do trabalho escolar ao chefe do departamento ao qual está vinculada a disciplina. Nesse caso, a revisão do trabalho escolar será realizada por banca revisora, constituída por três docentes designados pelo chefe do departamento, excetuando-se o docente responsável pelo trabalho escolar em questão.

Por fim, resta assinalar que o estudante receberá, no início do semestre letivo, o plano de ensino de cada disciplina, com indicação dos conteúdos e das atividades programadas, além da metodologia do processo de ensino e aprendizagem, dos critérios de avaliação a que serão submetidos e da bibliografia básica e complementar.

3.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Pedagogia em atendimento à RESOLUÇÃO CEPE n. 191, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011 e RESOLUÇÃO CEPE n. 120, de 15 de maio de 2014, especialmente do que trata o artigo 19, do capítulo III, “o estágio obrigatório deverá ser cumprido em instituições de ensino conveniadas com a UFLA, preferencialmente nas escolas da rede pública estadual do estado de Minas Gerais”. Para isso, existe a formalização de convênios com escolas de Educação básica ou espaço não escolares, preferencialmente no Estado de Minas Gerais para garantir a frequência dos alunos do curso de Pedagogia nesses espaços em cumprimento do estágio supervisionado obrigatório. Os convênios são firmados mediante Termo de Compromisso e Convênio de Estágio entre a UFLA e Instituições.

O estágio compreende plano de trabalho elaborado de acordo com as etapas que compõem a carga horária a ser cumprida. Antes de firmar convênio o estagiário é apresentado por meio de carta assinada pela coordenação do estágio e do curso, na qual consta a etapa e a carga horária de estágio a ser cumprida. Uma vez aceito pela instituição, é firmado o Termo de Compromisso para cada etapa do Estágio e o Convênio firmando entre as partes (UFLA e INSTITUIÇÃO), que assinam os documentos. O Termo de Compromisso, Plano de estágio, Fichas de acompanhamento e de avaliação, Relatórios parciais e final são assinados pelo discente, pelo supervisor e diretor da escola (ou autoridade da instituição não formal de

educação) e pela coordenadora do Estágio, esta última quando a pasta é entregue após as assinaturas das autoridades da instituição concedente. As atividades são divididas por semanas com momentos destinados a ida ao campo de estágio, a orientação e à escrita dos relatórios e cada plano é assinado pelo supervisor ou autoridade da instituição na qual o licenciando está estagiando.

Ao longo do processo, o estagiário elabora relatórios parciais que são apresentados ao final de cada etapa do estágio, somando as atividades desenvolvidas e os planos assinados pela autoridade (supervisor, diretor) da instituição conveniada. A avaliação final de cada etapa consiste na entrega da pasta com todos os relatórios, atividades e documentos (planos de estágio, fichas de acompanhamento e avaliação) devidamente assinados pelos responsáveis de ambas as instituições, e carimbados pela instituição concedente.

Para melhor acompanhamento das atividades o estudante e o professor orientador possuem uma planilha na qual constam as atividades desenvolvidas ao longo das etapas do estágio. O intuito é orientar os estagiários de modo que possam construir um conhecimento significativo compreendendo a dinâmica e a relevância de cada etapa do estágio para sua formação como docente.

Os compromissos assumidos historicamente pela Universidade Brasileira são a educação e a formação de jovens e adultos em termos de profissionalidade. Uma formação em nível superior constitui-se, em geral, em uma formação calcada em conhecimentos historicamente produzidos nos mais diversos âmbitos da filosofia, das ciências e das tecnologias, bem como articulada a uma necessária interlocução com as práticas cotidianas de vida e de trabalho. Esses conhecimentos teóricos e práticos que possuem corpus específicos, conforme cada área, mas que se inter-relacionam e devem ser desenvolvidos sob a perspectiva da interdisciplinaridade, assinalada aqui como a viga mestra deste trabalho de formação acadêmica. Em relação à formação para a Docência para a Educação Básica, compreendemos que a Universidade, além de desempenhar seu papel como agente educativo e formativo, tem a responsabilidade de articular e desenvolver um trabalho educativo com as demais instituições educacionais. Por isso, essa proposta de formação didático-pedagógica insere a relação teoria-prática educativa desde o início da formação acadêmica.

Essa proposta tem por base a legislação educacional brasileira em vigor, as normativas e resoluções do CNE, as emanções do próprio MEC, no que diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais para os diversos cursos de licenciaturas e para a Pedagogia, bem como

as diretrizes formuladas pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

A partir destas incumbências expressas na lei, compreende-se que a formação dos futuros profissionais da educação deve ser uma formação interdisciplinar, em que a relação teoria-prática é parte fundamental de todo o processo educativo formativo, sendo o compromisso político com a educação pública o maior eixo articulador que deve permear todo o processo. Assim, assume-se neste projeto a concepção de formação reflexiva para a docência tendo como base as influências teóricas de Freire (1975; 1981; 1983; 1992; 1996; 1998), Liston e Zeichner (1997), Nóvoa (1995) e Sacristán (1995) que consideram a formação docente como um processo complexo, multidimensional, contextualizado. Deste modo, considera-se que a proposta de formação inicial está situada social e historicamente, em que a necessária articulação e integração entre a teoria e a prática possibilita desenvolver as capacidades reflexivas que subsidiam as mais diversas intervenções na realidade educativa. Assim, a concepção de formação humanística e reflexiva delineará todo o percurso educativo e formativo durante o curso de Pedagogia.

O curso compreende as atividades de estágio como um espaço em que os estudos teóricos se confrontarão com os aspectos práticos, numa interlocução entre as questões teóricas e a prática docente. Dessa forma, proporcionará ao acadêmico a vivência de situações do cotidiano escolar, bem como a possibilidade de discutir os problemas e analisá-los à luz das teorias estudadas, a fim de elaborarem estratégias de intervenção que permitam tomadas de decisões adequadas.

Durante a realização do estágio o licenciando deverá dedicar-se ao estudo, à observação e à apreensão da realidade educacional do seu campo de estágio, tendo em vista o desenvolver de atividades relativas à docência, em forma de um plano de intervenção pedagógica, bem como a produção de uma apreciação da experiência vivenciada na elaboração de um relatório descritivo das atividades observadas e aplicadas. Concomitantemente aos estágios, haverá uma disciplina intitulada “Práticas Educativas” associada a cada etapa estagiada (GDE160 – Práticas Educativas em Gestão Educacional; GDE-166- Práticas Educativas em Educação infantil; GDE170 – Práticas Educativas em Alfabetização e Letramento; GDE175 – Práticas Educativas nos anos iniciais do Ensino Fundamental; GDE180 – Práticas Educativas em Educação de Jovens e Adultos e em ambientes não-escolares), que tem por finalidade acompanhar as atividades dos estagiários a partir da reflexão e aprofundamentos teóricos.

De acordo com o plano curricular do Projeto Pedagógico do Curso, descrito no Regulamento de Estágio, em anexo, o Estágio Obrigatório será realizado nos seguintes períodos:

Quadro 9 – Estágio Obrigatório

Estágio Obrigatório		
Período	Especificação	Horas
5.º	PRG1036-Estágio em Gestão Educacional	50 horas
6.º	PRG1136-Estágio em Docência na Educação Infantil	100 horas
7.º	PRG1236-Estágio em Alfabetização e Letramento	100 horas
8.º	PRG1336-Estágio em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100 horas
9.º	PRG1436-Estágio em Docência EJA ou em ambientes não-escolares	50 horas
Total		400 horas

A realização das atividades de estágio será obrigatória para a obtenção de certificação do curso, não havendo possibilidade de dispensa na realização das propostas de atividades, nem mesmo da entrega do relatório com toda a documentação comprobatória.

Contudo, as horas exercidas na função de professor somente poderão ser validadas como carga horária obrigatória do estágio, caso corresponda à etapa de Estágio exigida ao período do Projeto Pedagógico de Curso, após avaliação do Colegiado do Curso.

3.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com o art. 8.º, da Resolução MEC/CNE/CES n. 9/2004, as atividades complementares são consideradas componentes curriculares obrigatórios que enriquecem o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, de

conhecimentos, de competências e de atitudes do estudante, inclusive, adquiridos fora do ambiente acadêmico.

Com as atividades complementares, o estudante consegue ampliar a flexibilização da matriz curricular, enriquecendo o conhecimento jurídico e humanista propiciado pelo curso e se preparando para a escolha de sua área de atuação. Também é possível conhecer as exigências do mercado de trabalho e se aproximar das demandas sociais de sua comunidade.

Assim, atividade complementar é aquela relevante para que o estudante adquira as competências e as habilidades necessárias à sua formação, tais como: atividades de iniciação à docência, à pesquisa ou à extensão, disciplinas, discussões temáticas, elaboração de monografia, estágio curricular supervisionado, participação em eventos, seminários, participação em órgãos colegiados, vivência profissional complementar, projeto orientado, participação em órgãos de representação estudantil, participação em atividades desportivas e culturais, outras consideradas pelo Colegiado relevantes para a formação do estudante e sujeitas à aprovação da PRG.

As atividades acadêmico-científico-culturais (AACC) são componentes curriculares enriquecedores do perfil do formando, possibilitando o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do estudante, inclusive adquiridos fora do ambiente acadêmico. As AACC são obrigatórias para integralização do currículo, podendo ser cumpridas pelo estudante desde sua primeira matrícula no curso até, preferencialmente, o encerramento do oitavo período letivo, inclusive durante as férias e os recessos escolares. Essas atividades são organizadas pelo Regulamento das Atividades Acadêmico-Científicas-Culturais do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras, conforme o art. 8.º, da Resolução MEC/CNE/CES n. 9/2004.

O aproveitamento das AACC obedecerá à avaliação da carga horária obtida pelo estudante em atividades relevantes à sua formação como docente, perfazendo, no mínimo, 200 (duzentas) horas. Tais atividades são classificadas em cinco grupos, podendo o estudante obter em cada um dos itens I, II, III e V, no máximo, 70 horas, e, no item IV, no máximo 30 horas.

- I – Atividades de ensino;
- II – Atividades de pesquisa e publicação;
- III – Atividades de extensão, de cultura e/ou de esporte;
- IV – Atividades de representação estudantil;
- V – Atividades de inserção e capacitação profissional.

As AACC são disponibilizadas pelo Departamento de Educação, Núcleos de Estudos, Grupos de Pesquisa e demais órgãos da Universidade Federal de Lavras. Além disso, são aproveitadas atividades disponibilizadas por outras instituições da área de educação.

3.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem caráter obrigatório e será realizado a partir do 6.º período do curso, preferencialmente sob a supervisão de um docente do Departamento de Educação ou professor vinculado ao curso, desde que demonstre articulação com os estudos desenvolvidos no interior do curso, conforme as descrições do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

Compreende o exercício de registrar de modo sistemático uma experiência e/ou situação problema, mediante observação, análise e reflexão crítica pautadas em autores que realizaram estudos anteriores sobre elas ou que ofereçam referências históricas, sociais e filosóficas para que sejam compreendidas num nível mais elaborado e sistematizado da linguagem escrita.

O TCC tem o objetivo reiterar os ensaios investigativos, oportunizando ao pedagogo a experiência de uma prática pesquisadora, ao questionar e refletir sobre uma dada realidade, prima pela capacidade de definição de um problema na área de educação, de revisão bibliografia pertinente, de levantamento de dados e da utilização desses dados no desenvolvimento de uma reflexão sobre o problema detectado. É trabalho de natureza teórica e/ou empírica, que deverá contribuir para a formação crítica, reflexiva, dialógica e analítica do pedagogo.

Os trabalhos poderão ser desenvolvidos a partir dos relatórios de estágio ou de relatórios de iniciação científica, realizados ao longo do curso, permitindo que o estudante possa se deter num tempo mais longo sobre a escrita de um texto acadêmico, discuti-lo com seu orientador e seus pares, afirmando, assim, a posição investigativa e reflexiva da docência e construindo uma formação para autonomia.

Com vistas à elaboração processual do trabalho de conclusão do curso, o estudante deverá matricular-se nas disciplinas: PRG336-TCC01 - Trabalho de Conclusão de Curso I, no 6.º período; PRG536-TCC02 - Trabalho Conclusão de Curso II, no 7.º período; PRG736-

TCC03 - Trabalho de Conclusão de Curso III, no 8.º Período e PRG936-TCC04 - Trabalho de Conclusão de Curso IV, no 9.º período.

Ao final do último período do curso, o aluno deverá redigir uma produção acadêmica na modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que deverá ser objeto de defesa pública, com banca avaliadora constituída por três docentes (incluindo o orientador).

O TCC possui caráter obrigatório para que o estudante possa obter seu certificado de conclusão de curso. O texto deve seguir a normatização adotada como padrão pela instituição e ser entregue em três cópias idênticas e encadernadas à banca examinadora, com quinze dias de antecedência.

A defesa pública do TCC ocorrerá conforme calendário previamente definido. Para a apresentação oral à banca examinadora, cada aluno terá prazo máximo de vinte minutos de exposição, logo após cada examinador apresentará as arguições que julgar necessárias, dispondo do tempo de 30 minutos ou mais para cada avaliador.

A banca avaliadora emitirá o parecer de satisfatório ou insatisfatório para o trabalho. Diante disso, o estudante ficará responsável pela verificação das correções e deverá entregar o trabalho corrigido para seu orientador e versão final para Secretaria do curso, segundo o Regimento do TCC, em anexo.

3.12 APOIO AO DISCENTE

A assistência estudantil corresponde ao conjunto de ações que têm por finalidade ampliar as condições de permanência, na universidade, dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Objetiva-se, com ela, viabilizar a igualdade de oportunidades, o acesso à graduação presencial e, também, contribuir para a redução da evasão, sobretudo, quando ela é motivada por insuficiência de condições financeiras ou outras determinantes socioeconômicas originadas das desigualdades sociais. Assim, a assistência estudantil pode ser compreendida como mecanismo de garantia da efetivação do direito constitucional à educação.

A ampliação do acesso à Universidade ganhou destaque na agenda política brasileira, recentemente, por meio do Reuni, que objetivou a expansão do número de vagas oferecidas pelas IFEs. Entretanto, não bastava proporcionar o aumento do acesso de estudantes às Universidades; fazia-se necessário garantir a permanência e as condições de conclusão do

curso, de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades. Dessa forma, a assistência estudantil ganhou status de política pública, em 2007, com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

Na UFLA, o Reuni significou um aumento de mais de 300% no número de estudantes, em função do aumento do número de vagas por curso, e da criação de novos cursos, a partir do ano de 2010.

O Pnaes proporcionou a ampliação e melhoria dos programas de assistência estudantil ofertados pela UFLA, como os ligados à Moradia Estudantil e ao Restaurante Universitário, esses originários dos anos de 1970; o Programa Institucional de Bolsas; o Auxílio Creche; as Assistências Médica, Odontológica, Laboratorial e Psicológica; além de atividades de esporte e lazer e ações de acessibilidade, diversidade e diferenças.

Entre as diversas iniciativas de apoio permanente aos estudantes, destacam-se as seguintes:

- **Programas Institucional de Bolsa na UFLA**

Por meio do Programa de Bolsas Institucionais (PBI), instituído e regulamentado pela Resolução CUNI no 19/2013, custeado com recursos orçamentários próprios, oferece-se subsídio mensal ao estudante orientado por servidor qualificado para atuar em diversas atividades de pesquisa, extensão, cultura, ensino, esporte e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

- **O Programa de Bolsas Institucionais tem como objetivos:** despertar vocações para pesquisa, extensão, cultura, docência e desenvolvimento tecnológico entre os estudantes; estimular os estudantes a desenvolverem atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e aos processos de inovação; contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos estudantes de graduação, oferecendo-lhes oportunidades de conhecimento e práticas em ambientes além das salas de aula; contribuir com o desenvolvimento institucional por meio das atividades desenvolvidas, auxiliando a universidade a cumprir com sua missão de educação, geração de conhecimento e avanço da ciência.

Convém assinalar que a atribuição e a renovação de bolsas institucionais são realizadas mediante processo seletivo, com quota reservada aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Exige-se que o estudante selecionado execute plano de trabalho com carga-horária de doze horas semanais, não seja reprovado por frequência em qualquer disciplina, elabore relatório mensal sobre o desenvolvimento de suas atividades, apresente anualmente em eventos institucionais destinados a esse fim o produto resultante das atividades desenvolvidas.

Do total de bolsas institucionais, 50% (cinquenta por cento) serão reservadas aos estudantes de graduação classificados como em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com avaliação socioeconômica e classificação realizada pela PRAEC, conforme os critérios do Programa de Avaliação Socioeconômica de estudantes de graduação e pós-graduação dos cursos presenciais da UFLA.

- **PROAT – Programa de Aprendizado Técnico**

Programa Institucional de Bolsas, visando o desenvolvimento e aprendizado técnico do estudante em sua área de formação. Este programa vem com uma proposta diferenciada na formação do estudante, investindo na preparação e capacitação do futuro profissional, atividades supervisionadas por servidores docentes e/ou técnicos portadores de diploma de nível superior em diferentes setores da universidade.

- **ProMEC – Programa de Mentoria para Calouros**

Programa de ação integrada composta por mentores com apoio dos monitores da graduação e coordenada por um professor supervisor.

O ProMEC fundamenta-se pelos seguintes objetivos:

- 1) identificar dificuldades dos calouros em seu processo de adaptação ao meio universitário, postura em relação ao estudar ou de se dedicar às disciplinas; à compreensão e consolidação de conceitos/conteúdos fundamentais para um desenvolvimento satisfatório em seu curso; às relações sociais estabelecidas em seu curso, na instituição ou em sua moradia; às normas da instituição, no reconhecimento dos seus direitos e deveres;
- 2) desenvolver ações que contribuam para a superação das dificuldades diagnosticadas e para a constituição de uma postura

mais autônoma dos sujeitos, enquanto estudantes universitários; 3) fortalecer o vínculo dos estudantes com o seu curso, evitando transferências e, sobretudo, desistências/abandono.

- **PETi – Programa de Educação Tutorial Institucional**

O programa tem o objetivo de: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante constituição de grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; elevar a qualidade da formação acadêmica dos estudantes de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior; estimular o espírito crítico, a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior; introduzir novas práticas pedagógicas na graduação; contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; e, contribuir com a política de diversidade na instituição de ensino superior (IES), por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero

- **PIB LIC – Programa Institucional de Bolsas para as Licenciaturas do Turno Noturno**

O programa visa conceder bolsas de iniciação a atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão a estudantes de graduação dos cursos de licenciaturas do turno noturno da UFLA, possibilitando que atendam às necessidades dos cursos e que promovam ações de integração entre universidade, escola pública de educação básica de Lavras e sua comunidade e que, conseqüentemente, promovam o compartilhamento de saberes e o desenvolvimento da cidadania, em função de suas características e do perfil dos estudantes.

- **PROMAD – Programa de Apoio à Produção de Material Didático**

É um programa voltado para estudantes que possuem perfil e interesse em atuar no desenvolvimento de material didático-pedagógico atendendo às demandas do ensino de graduação da UFLA. Objetivos: 1) capacitar os estudantes para atuar na área de ensino e desenvolvimento de tecnologias educacionais (tecnologias de informação e comunicação na educação – TIC); 2) melhorar as ferramentas que possibilitam o

acesso aos materiais didáticos em ambientes virtuais, aumentando os canais de comunicação entre docentes e discentes, potencializando as possibilidades de trabalho colaborativo em grupos e criação de fóruns de discussão; 3) Promover a expansão do uso de tecnologias educacionais na graduação presencial. 4) Incentivar a produção de materiais didáticos inovadores vinculados à melhoria das abordagens pedagógicas nos cursos de graduação.

- **PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**

Este programa visa a promover ações de formações continuadas aos docentes do ensino médio da rede pública.

- **PET – Programa Educação Tutorial (MEC)**

O PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do País orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial.

O grupo PET, uma vez criado, mantém suas atividades por tempo indeterminado. No entanto, os seus membros possuem um tempo máximo de vínculo: ao bolsista de graduação é permitida a permanência até a conclusão da sua graduação e, ao tutor, por um período de no máximo seis anos desde que obedecidas as normas do Programa.

- **PAME – Programa de Mobilidade Estudantil**

O Programa Andifes de Mobilidade Estudantil (PAME), são para estudantes de Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras, que tenham integralizado todas as disciplinas previstas para o primeiro ano ou 1.º e 2.º semestres letivos do curso, na instituição de origem, no máximo uma reprovação por período letivo.

O estudante participante do PAME terá vínculo temporário com a Instituição receptora, e o prazo não poderá exceder a dois semestres letivos, consecutivos ou não, podendo, em casos excepcionais, ocorrer renovação, sucessiva ou intercalada, por mais um período letivo.

- **Programa de concessão de bolsas de auxílio creche para estudantes de graduação**

Visa garantir o desenvolvimento acadêmico pleno do estudante de graduação brasileiro, dos cursos presenciais e regularmente matriculados, através do subsídio aos estudantes, na contratação de serviços de creches para seus filhos, buscando alcançar a finalidade de manutenção das atividades acadêmicas do graduando, bem como reduzir a evasão acadêmica decorrente da maternidade ou paternidade precoce e não programada dos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

- **Programa de atendimento psicossocial individual**

Tem como principal objetivo atender o indivíduo em seus problemas imediatos, informando e viabilizando seu acesso aos recursos existentes na instituição e fora dela; esse programa abrange também ações de aconselhamento, informação e plantão psicológico.

- **Programa “Qualidade de Vida no Campus”**

Objetiva contribuir para a melhoria do bem-estar físico, psicológico e social dos membros da comunidade universitária através da disponibilização de espaços e oportunidades de reflexão, conhecimento e discussão dos mais variados temas de interesse.

- **Moradia Estudantil**

Ação de assistência estudantil pioneira na UFLA, a Moradia Estudantil consolidou-se como um dos programas de impacto mais relevante para a diminuição das taxas de evasão de estudantes motivada por insuficiência de condições financeiras e/ou determinantes socioeconômicas originadas das desigualdades sociais.

Assim, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade acontece, entre outras medidas, por meio da existência do Programa de Moradia Estudantil.

Nos dois alojamentos próprios da Universidade são atendidos 400 estudantes distribuídos em 59 apartamentos. O ingresso é possível a estudantes classificados como em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cujas famílias não residem no município de Lavras.

- **Atividades de esporte e lazer**

As ações de assistência estudantil nas áreas de esporte e lazer visam proporcionar aos estudantes e demais integrantes da comunidade acadêmica o acesso a práticas esportivas, nas mais diversas modalidades.

Elas proporcionam, também, o incentivo e o suporte adequados ao desenvolvimento do esporte de competição, em várias modalidades, além de propiciarem o fomento a projetos sociais de extensão esportiva, envolvendo estudantes das redes públicas da educação básica como forma de inclusão social e incentivo desses ao ingresso na Universidade.

Ademais, projetos de melhoria de qualidade de vida no campus, como o combate à obesidade, ao diabetes, ao sedentarismo, etc., são desenvolvidos e organizados em um calendário de ações que mobilizam a comunidade acadêmica em torno de práticas mais saudáveis.

- **Centro e espaços de convivência**

A assistência estudantil contempla, além de ações que possibilitem o bom desempenho acadêmico àqueles estudantes com condições socioeconômicas díspares, ações que permitam a realização plena da vida acadêmica enquanto estudantes da Universidade.

Para tal, importa a existência de políticas, ações e equipamentos que estimulem a integração, interação e a sociabilização do corpo discente. Para tal, a Universidade dispõe do Centro de Integração Universitária (Ciuni), um importante espaço para o desenvolvimento da vida social de seus estudantes. O Ciuni é composto de diversos equipamentos para uso pelos discentes como: sede social, quadras poliesportivas, piscina e área de churrasqueira.

- **Política de atendimento aos discentes com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida**

Por meio do Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais (PADNEE), recentemente instituído e regulamentado pela Resolução CEPE no 448/2015, pretende-se garantir aos estudantes dos cursos de graduação e que possuam alguma deficiência ou dificuldade específica, as condições adequadas para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Trata-se de iniciativa executada por uma comissão multidisciplinar composta por: um psicólogo, um médico, um assistente

social, um pedagogo, um assistente administrativo, sob presidência do coordenador do Núcleo de Acessibilidade.

Para efeito deste programa, considera-se estudante com necessidades educacionais especiais aquele que possui: deficiência visual, auditiva, física, intelectual ou múltipla; transtornos globais de desenvolvimento; altas habilidades; transtornos específicos; dificuldades educacionais decorrentes de enfermidades temporárias. Uma vez identificadas as necessidades especiais de cada estudante, a comissão desenvolverá um Plano Individual de Desenvolvimento Acadêmico, que será encaminhado aos professores responsáveis pelas disciplinas cursadas pelo estudante e ao coordenador do curso. Além disso, a comissão ficará responsável por assessorar o Núcleo de Acessibilidade na execução das ações que garantam as condições para atendimento das necessidades especiais de cada estudante, entre as quais destacam-se: adaptação de recursos instrucionais, material pedagógico e equipamentos; adaptação de recursos físicos, com a eliminação de barreiras arquitetônicas e adequação de ambiente de comunicação; apoio especializado necessário, como intérprete de línguas de sinais; proposta de adaptações para atividades avaliativas;

- **Restaurante universitário**

Os estudantes e demais membros da comunidade universitária contam com serviço de alimentação oferecido pelo restaurante universitário, que funciona de acordo com o calendário letivo. O almoço é servido, nos dias úteis, das 10h30min às 13horas, e, nos sábados, domingos e feriados, das 11h30min às 12h30min. O jantar é servido somente nos dias úteis das 17h45min às 19horas. O valor de cada refeição para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica é de R\$1,00 e para os demais estudantes de graduação e pós-graduação o valor é de R\$2,00. Servidores técnico-administrativos, professores, terceirizados e pesquisadores pagam o valor de R\$3,45 e os visitantes em geral pagam R\$5,00 por refeição.

- **Assistência médica e odontológica**

São oferecidos aos estudantes serviços de assistência médica e odontológica. A Universidade Federal de Lavras possui uma clínica odontológica em parceria com Centro Universitário Unilavras e Prefeitura Municipal de Lavras, composta por 8 consultórios, onde são realizados procedimentos de dentística básica, pequenas

cirurgias, extrações e tratamento endodôntico de dentes anteriores. O horário de atendimento é das 7:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, mediante prévia marcação. Todos os atendimentos são gratuitos.

- Também possui uma **clínica médica**, que conta com 4 médicos, sendo 3 clínicos gerais e 1 ginecologista, 1 auxiliar de enfermagem, 4 técnicas em enfermagem, 1 enfermeira e 1 bioquímica farmacêutica. O horário de atendimento é das 7:30 às 11:00, nas terças, quartas e quintas-feiras, e das 13:00 às 17:00, nas segundas e sextas-feiras, mediante prévia marcação. Todos os atendimentos são gratuitos. Para urgências mais simples (dor aguda, febre, mal-estar, ferimentos leves ou náuseas), os estudantes são atendidos, sem agendamento prévio, no ambulatório localizado na área central do campus, que funciona os períodos matutino, vespertino e diurno.

- **Laboratório de Análises Clínicas**

Funciona no campus universitário um posto de coleta do Laboratório Santa Cecília, que atende toda a comunidade universitária e seus dependentes. São realizados uma gama enorme de exames bioquímicos, hormonais, imunológicos, hematológicos, microbiológicos, parasitológicos e de urinálise e, também, procedimento diagnóstico em citopatologia cérvico-vaginal oncológica. Os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica poderão realizar os exames solicitados pelos médicos que atendem na universidade ou na rede pública de saúde, uma vez por ano, pagando somente 30% do valor dos exames.

- **Auxílio financeiro para participação em eventos**

Os estudantes também contam auxílio financeiro para viabilizar a participação em eventos acadêmico-científicos e atividades de enriquecimento curricular, cobrindo, por exemplo, despesas com transporte, alimentação, hospedagem e inscrição. O expediente está regulamentado na Portaria PROPLAG nº 26/2016.

- **Seguro de acidentes pessoais**

Todos os estudantes possuem seguro de vida e acidentes pessoais. Em caso de acidentes, os estudantes poderão utilizar os serviços do Hospital Vaz Monteiro ou da Santa Casa de Misericórdia, com cobertura de até R\$10.000,00. Em caso de

falecimento, o seguro cobrirá as despesas com o sepultamento até o limite de R\$ 3.000,00, incluindo o traslado do corpo para a cidade de origem do estudante. Nos casos de morte acidental, a família terá direito a indenização no valor de R\$10.000,00.

- **Empréstimo domiciliar de computadores portáteis**

A biblioteca universitária oferece serviço de empréstimo domiciliar de computadores portáteis. São 190 *netbooks*. O objetivo desse projeto é atender a uma parcela dos estudantes que ainda não possui equipamentos portáteis para estudos e pesquisas. O usuário pode realizar o empréstimo domiciliar por 10 dias corridos do *netbook*, acompanhado de periféricos como cabo de acesso à internet e capa protetora. Desde seu lançamento, em 2011, foram realizados mais de 20.600 empréstimos.

3.13 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação é um processo fundamental que pretende identificar e fornecer informações importantes que poderão embasar o planejamento e a tomada de decisão dos gestores, em todos os níveis, para o contínuo desenvolvimento da instituição.

Em atendimento à Lei n. 10.861/2004, a Universidade Federal de Lavras criou a Comissão Própria de Avaliação (CPA), integrada por representantes dos professores, estudantes, técnico-administrativos e sociedade civil. Entre suas atribuições encontram-se: a condução do processo de avaliação interna da universidade; a sistematização e o oferecimento de informações relativas à avaliação institucional aos órgãos governamentais competentes; a proposição de projetos, programas e ações que proporcionem melhorias no processo de avaliação institucional; o desenvolvimento de estudos e análises visando ao fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional.

Atualmente, o processo de autoavaliação é conduzido anualmente, gerando relatório circunstanciado com dados sobre diversos aspectos das seguintes dimensões: desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas, incluindo políticas para ensino, pesquisa e extensão, comunicação com a sociedade e política de atendimento aos discentes; políticas de gestão, incluindo políticas de pessoal, organização e gestão da instituição e sustentabilidade financeira; infraestrutura, incluindo infraestrutura física, recursos de informação e serviços prestados pela biblioteca e restaurante universitário. A partir da análise dos resultados,

permite-se a proposição de ações de melhorias nas dimensões analisadas, além de adequado acompanhamento das diretrizes e dos objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

É importante destacar que a autoavaliação se orienta, em especial, pelos seguintes princípios: ampla participação da comunidade acadêmica, desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise crítica dos resultados; utilização, com o maior grau de integração possível, de métodos qualitativos e quantitativos de simples entendimento e administração; adaptação às necessidades e características da instituição ao longo de sua evolução; foco nos processos coletivos, e não na avaliação de indivíduos; fornecimento à gestão institucional, ao poder público e à sociedade de uma análise crítica e contínua da eficiência, eficácia e efetividade acadêmica da universidade.

Também foi criado um sistema institucional de autoavaliação dos cursos de graduação, com a participação de professores, estudantes e técnico-administrativos, nos termos da Resolução CEPE nº208/2008. A partir de questionário eletrônico, respondido sob a proteção do anonimato, são obtidos importantes dados globais sobre o conhecimento, a adequação e a atualização do projeto de curso, com destaque para a oferta de disciplinas obrigatórias e eletivas, recursos didáticos e suportes às atividades de ensino e avaliações de aprendizagem, atuação de professores e de técnicos-administrativos. Os estudantes devem responder ao referido questionário no ato de matrícula do semestre subsequente ao período letivo em avaliação.

Além dos dados obtidos a partir dos expedientes mencionados, a autoavaliação do Curso de Licenciatura em Pedagogia leva em consideração: as impressões do corpo docente, levantadas em reunião pedagógica, promovida pela coordenação do curso; os relatórios de atividade docente, apresentados em cada período letivo, com destaque para os dados relativos à produtividade dos professores e às suas atividades de pesquisa e de extensão; a avaliação das práticas e das rotinas realizadas pelos técnicos-administrativos, promovida pela chefia do departamento; as impressões dos estudantes sobre plano de ensino, conteúdo curricular e o professor responsável de cada disciplina, a partir de questionário eletrônico aplicado pela coordenação de curso; os índices de retenção e evasão dos estudantes oferecidos pela Pró-Reitoria de Graduação; os resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional de Desempenho (ENADE), realizado pelo Ministério da Educação, os índices de empregabilidade, de ingresso em cursos de pós-graduação e de aprovação em concursos públicos obtidos por egressos.

O exame das informações coletadas é realizado pelo Colegiado do Curso de Pedagogia, com auxílio do Núcleo Docente Estruturante e da Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino – DADE, da Pró-Reitoria de Graduação.

As informações obtidas permitem a revisão e busca por mudanças e estabelecimento de rotas e ações desenvolvidas no curso, bem como do Projeto Pedagógico do Curso o qual será revisto anualmente, sob a responsabilidade do Colegiado de Curso, sendo submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Graduação. Para tanto, será instituída uma comissão *ad hoc* para análise, presidida pelo Pró-Reitor Adjunto de Graduação e composta por um docente representante da área do curso, um docente representante de área afim do curso, um docente representante da área pedagógica e um técnico administrativo da assessoria pedagógica, nos termos da Resolução PRG 33/2012.

Com a participação de diversos atores, é possível projetar a construção mais democrática e participativa do projeto de curso e do percurso a ser seguido com a consecução de seus objetivos. Importante salientar que o processo de autoavaliação é realizado de maneira continua, não se restringindo apenas ao diagnóstico de fragilidades e à proposição de ações de correção, mas inclui a reflexão sobre práticas consolidadas e sobre a oportunidade de adoção de novas práticas, além do monitoramento de ações levadas a cabo por outras instituições de excelência. Assim, considera-se o processo de autoavaliação uma atividade de natureza também preventiva.

3.14 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A UFLA possui a Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE) e a Diretoria de Educação a Distância (DIRED), ligadas à PRG, que são responsáveis, entre outras atividades, pelo planejamento e execução do projeto de formação continuada dos docentes da Universidade, através de metodologias de ensino diversificadas. Com o intuito de favorecer a institucionalização de métodos e práticas de ensino-aprendizagem inovadores e promover a integração e a convergência entre as modalidades de educação presencial e a distância (ensino Híbrido), em 2008, por meio da DIRED, foi elaborado o Projeto Aprender, para os cursos de graduação presencial, sendo a plataforma escolhida o *Moodle*, software distribuído livremente, conhecido no meio acadêmico simplesmente por AVA. Neste

ambiente virtual é disponibilizada uma sala de aula, onde são montadas as interfaces e ferramentas usadas para a construção da interatividade e da aprendizagem, alterando, mesmo que modestamente, o relacionamento professor-estudante, estudante-estudante e estudante-conteúdos.

Em 2016 o projeto Aprender foi transformado em Plataforma Campus Virtual visando reunir todas as iniciativas de uso de AVA na UFLA. Além das ferramentas disponíveis no próprio sistema, o professor tem à sua disposição uma gama de possibilidades que podem ser incorporadas à sua sala de aula virtual na Plataforma Campus Virtual. O Campus Virtual se caracteriza como um espaço que agrega todas as ações ligadas ao uso de tecnologias aplicadas à educação na UFLA, seja nos cursos presenciais ou a distância, além dos cursos internos de capacitação e de outros oferecidos à comunidade externa. Atualmente cerca de 12.000 usuários utilizam 1.600 salas virtuais do ambiente *Moodle* mantido pela DIRED. Nos últimos anos verificou-se grande aumento na demanda por esse recurso tecnológico bem como a incorporação de novas funcionalidades em versões mais recentes da plataforma.

Diversos sites disponibilizam recursos, ferramentas e repositórios educacionais com as quais o docente pode incrementar sua sala, usando objetos já prontos ou produzindo seus próprios materiais didáticos para tornar sua sala mais atrativa e interessante, tais como: histórias em quadrinhos, palavras cruzadas, *webquests* (com uso de imagens), objetos educacionais em diversas áreas do conhecimento, edição de imagens e vídeos, conversão de *Power Point* para *Flash* ou vídeo, entre outros. Para isso, uma equipe de suporte mantém atendimento constante a professores e estudantes, auxiliando no gerenciamento das salas e no uso do ambiente.

Importa destacar, ainda, a aprovação pelo CEPE de resolução que disciplina a incorporação de até 20% da carga horária a distância nos cursos de graduação presencial (Resolução CEPE nº 022, de 28/01/16). A aprovação da regulamentação sobre a incorporação de metodologias próprias da educação a distância (EaD) em até 20% da carga horária de um curso presencial trouxe novos desafios para a UFLA, que vem contando com os trabalhos da DADE e da DIRED para elaboração de projetos e execução de ações de formação docente para trabalho na perspectiva das novas metodologias ativas de aprendizagem e com estas novas tecnologias aplicadas à educação.

Além dessas possibilidades a DIRED, desenvolve o “Projeto de Fomento ao uso de Tecnologias de Informação e Comunicação nos Cursos de Graduação da UFLA”. O projeto prevê a gestão integrada de três subprojetos: a) Oferta de disciplinas com uso de Tecnologias

de Informação e Comunicação para cursos de graduação presencial; b) Produção de conteúdos educacionais e materiais didáticos; c) Capacitação no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação em cursos de graduação presenciais.

Outras iniciativas da PRG para promoção de metodologias inovadoras: 1- oferta de cursos e oficinas de Práticas que tratam de Metodologias Ativas; Elaboração de itens para Avaliação; Ferramentas de acompanhamento e/ou avaliação de ações em AVA; 2- organização de eventos, tais como: a) Fórum de Graduação (Forgrad): trata de temas como a utilização de metodologias ativas de aprendizagem como recurso pedagógico entre outros de interesse da comunidade docente; b) Semana de Planejamento e Formação Docente: o evento envolve discussões de diversas temáticas, como reestruturação curricular e processos avaliativos na UFLA; flexibilização curricular; métodos de avaliação instantânea do aprendizado; estratégias metodológicas para construção de projetos pedagógicos; planejamento docente nos Departamentos; matriz e Projeto Pedagógico de Curso; elaboração de plano de ensino; apoio aos discentes com necessidades educacionais especiais; formação ética, estética e cultural de educadores; formulários Google e os processos de avaliação, entre outros; 3- Núcleo de Estudos em Tecnologias Educacionais, Inovação e Metodologias Ativas (NETEIMA), com uma sala no AVA para partilha de informações, experiências e materiais relacionados à inovação e metodologias Ativas.

3.15 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO- APRENDIZAGEM

Em termos formais, o sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem é disciplinado pela Resolução CEPE n. 042/2007.

De acordo com o art. 73 da Resolução CEPE n. 042/2007, a verificação do rendimento escolar compreenderá a frequência e a eficiência nos estudos, as quais, desde que não atingidas, em conjunto ou isoladamente, inabilitam o estudante na disciplina. Com efeito, é obrigatória a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina, ficando nela reprovado o estudante que não comparecer a 75%, no mínimo, das aulas teóricas e práticas, computadas separadamente, e demais trabalhos escolares programados para a integralização da carga horária fixada para a referida disciplina, nos termos do art. 79 da Resolução CEPE n. 042/2007. Além disso, o estudante deve obter média final igual ou superior a 60 pontos, em consonância com o art. 80 da Resolução CEPE n. 042/2007.

Na linguagem do art. 74 da Resolução CEPE n. 042/2007, a verificação da aprendizagem deverá ser realizada por meio de trabalhos escolares, baseando-se em critérios quantitativos e, quando pertinentes, qualitativos, definidos pelo responsável pela atividade acadêmica, considerando-se o desempenho, interesse e participação do estudante nas aulas.

A avaliação está integrada ao processo de aprendizagem, no qual o estudante é o ator principal. É um elemento de incentivo e de motivação para a aprendizagem, fornecendo subsídios para a melhoria contínua e para o desenvolvimento do estudante, de forma a alcançar a autonomia teórica responsável, como descrita no perfil proposto do egresso.

Acredita-se que o parâmetro da responsabilidade polariza o parâmetro da autonomia do estudante, considerando-se, especialmente, insatisfatórias as abordagens que se mostrem excessivamente genéricas e carentes de fundamentos metodológicos, assim como as performances que se limitem a repetir correntes doutrinárias, enunciados normativos ou resultados de julgados, sem discuti-los criticamente. É importante verificar precipuamente, de um lado, o domínio dos legados de cada disciplina e a capacidade de compreendê-los de forma contextualizada, com seus métodos e suas escolas, e, de outro lado, a capacidade de abordá-los de maneira crítica, questionando suas premissas e conclusões, além de assumir posição clara e tecnicamente embasada a respeito dos problemas tratados.

Com efeito, torna-se indispensável, para concretização do perfil do egresso, a utilização de avaliações formativas. No entanto, em razão de diversas exigências de cunho profissional, em especial, para ingresso em carreiras públicas, mostra-se adequada também a aplicação de avaliações somativas.

Sublinhe-se que os trabalhos escolares equivalem aos instrumentos de avaliação. Levando em conta os objetivos de aprendizagem de cada disciplina, estimula-se que os professores utilizem instrumentos variados, contemplando, com isso, também os diversos estilos de aprendizagem dos estudantes. Podem ser utilizados os instrumentos tradicionais, como prova discursiva, prova de múltipla escolha e trabalhos escritos. No entanto, em razão do perfil pretendido para o egresso, valoriza-se a utilização de instrumentos que contribuam, em especial, para diminuição do estresse frequentemente associado à avaliação, assim como viabilizem o exercício, entre outros, de trabalho colaborativo, do potencial investigativo e inovador, da reflexão crítica e da argumentação consistente e sensível aos fenômenos sociais, entre os quais se destacam: prova com consulta; redação de artigo científico; estudos dirigidos de casos reais ou simulados; elaboração de *portfólio*; execução de projetos e ações de intervenção social; produção de vídeo e de outros recursos multimídias ou impressos;

apresentações orais e encenações; seminários e discussões em pequenos grupos; entre outros. É certo que a avaliação não deve estar centrada somente na averiguação de informações apreendidas pelo estudante, devendo também incluir a verificação de competências, habilidades e atitudes.

Importa destacar que o número de trabalhos escolares por disciplina, aplicados em cada semestre letivo, deverá ser de, no mínimo, 3 para disciplinas com carga horária igual ou superior a 51 horas e, no mínimo, 2 para as demais, e o peso de cada um deles deverá ser estabelecido pelo docente que ministra a disciplina, em atenção ao disposto no art. 74, §3.º, da Resolução CEPE n. 042/2007.

Considerando o papel formador da avaliação, o estudante receberá feedback sobre o seu rendimento, com a apresentação de sugestões para o aprofundamento dos estudos ou com a indicação de seus equívocos e alternativas para superação de suas fragilidades, em tempo hábil, para alcançar melhoria em seu desempenho. Com efeito, a avaliação se apresenta como elemento de incentivo e de motivação para a aprendizagem de todos os estudantes, reforçando comportamentos positivos.

É também garantida aos estudantes de menor rendimento uma nova oportunidade para o aprendizado, nos termos do art. 93 da Resolução CEPE n. 042/2007. Caberá ao docente responsável pela disciplina estabelecer estratégias de recuperação a serem utilizadas, podendo contar com o apoio de estudantes de graduação e de pós-graduação, docentes voluntários e pesquisadores para sua aplicação.

Entre as estratégias possíveis, encontram-se assistência individual, aulas de reforço e provas de recuperação.

Ademais, nos termos do art. 94 da Resolução CEPE n. 042/2007, sempre que ao final de um período letivo, mais de 30% dos estudantes de uma turma ou composição de turma, obtiverem nota inferior a 60% dos pontos, será facultada ao estudante uma avaliação de recuperação, sem prejuízo das estratégias de recuperação previstas no plano de curso. O conteúdo da avaliação de recuperação, a nota a ser considerada e a participação de alunos que obtiveram nota igual ou maior do que 60% ficarão a critério do professor.

De acordo com o art. 76 da Resolução CEPE n. 042/2007, as notas dos trabalhos escolares deverão ser divulgadas, no máximo, 15 dias úteis após sua realização. No prazo de 5 dias úteis após a divulgação das notas, os trabalhos escolares deverão ser disponibilizados aos estudantes para revisão. O estudante que não concordar com sua nota deverá, em primeiro lugar, consultar o professor. Caso ainda se sinta prejudicado, poderá requerer revisão do

trabalho escolar ao chefe do departamento ao qual está vinculada a disciplina. Nesse caso, a revisão do trabalho escolar será realizada por banca revisora, constituída por três docentes designados pelo chefe do departamento, excetuando-se o docente responsável pelo trabalho escolar em questão.

Por fim, resta assinalar que o estudante receberá, no início do semestre letivo, o plano de ensino de cada disciplina, com indicação dos conteúdos e das atividades programadas, além da metodologia do processo de ensino e aprendizagem, dos critérios de avaliação a que serão submetidos e da bibliografia básica e complementar.

3.16 NÚMERO DE VAGAS

De acordo com art. 1.º, da Portaria CEPE n.1338, de 25 de novembro de 2014, que opina favoravelmente para a criação do curso de Pedagogia, apresenta como especificidade do curso noturno e presencial, o número de 50 vagas a serem oferecidas.

Para o atendimento dos estudantes o curso de Licenciatura em Pedagogia conta com vinte e dois (22) professores que compõem o quadro docentes, com carga horária distribuída com aproximadamente 12h/a. O espaço interno das salas de aulas, dos pavilhões, local acontecem as aulas, comportam aproximadamente de 50 a 60 estudantes. As salas de aula variam de metragem conforme o Pavilhão em que estão localizadas. Cada sala conta carteiras e com equipamento de multimídia o que favorece, além da assistência do Departamento a atuação

3.17 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

O curso de Licenciatura em Pedagogia conta com três formas de integração com as redes públicas de ensino:

3.17.1 Programa de Estágios obrigatórios e não-obrigatórios

A primeira possibilidade de integração com a rede pública de ensino ocorre pelo Programa de Estágio obrigatórios e não-obrigatórios vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade (PROEC). A PROEC constitui-se no órgão de controle às parcerias

com a rede pública de ensino por meio de credenciamento das instituições. A PROEC mantém uma plataforma *on line* de Sistema de Gerenciamento de Estágio, com os registros de vinculação institucional de cada estagiário, desenvolvido com o intuito de auxiliar alunos na solicitação de estágios e facilitar a aprovação, cadastro e acompanhamento dessas atividades também por parte dos coordenadores de curso, orientadores e a coordenadoria de estágios da UFLA.

Para a realização da parceria com as escolas públicas o curso de Pedagogia conta com as ações da Coordenadoria de Educação Básica da DADE, que potencializa as ações de articulação com as escolas das redes municipais e estaduais de ensino.

O estágio constitui-se uma importante forma de aproximação do estudante de licenciatura com a realidade escolar, favorecendo seu processo de formação acadêmica e contribuindo para as relações entre teoria e prática. Para propiciar ações de aprendizado ao estudante de Pedagogia, os estágios obrigatórios do curso contam com cinco etapas de formação: Estágio em Gestão Educacional, Estágio em Docência na Educação Infantil, Estágio em Alfabetização e Letramento, Estágio em Docência nas séries iniciais e Estágio em EJA. Cada etapa conta com ações de observação, acompanhamento e regência de um projeto de intervenção com orientação do professor supervisor de estágio Docente do curso de Pedagogia e de um professor supervisor docente na instituição estagiada.

3.17.2 Programa de Iniciação à Docência

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) foi criado pelo MEC/CAPES/Diretoria de Educação Básica (FNDE) em 2007 para atuar em áreas prioritárias no Ensino Médio: Licenciaturas em Física, Química, Matemática e Biologia. Ensino Fundamental: Licenciatura em Matemática e Ciências e de forma complementar em Licenciatura em Letras, Educação Musical e Artística e Educação Física.

O PIBID objetiva inserir a universidade nas comunidades e atua no ensino, na pesquisa e na extensão para contribuir na melhoria da qualidade da Educação Básica, valorizando o espaço da Escola Pública como campo de experiência na construção do conhecimento. Os estudantes, desde o início de 2015, passaram a ter a oportunidade de participar do Programa de Iniciação à Docência, nomeado PIBID Pedagogia, cujo objetivo é propiciar a formação inicial e continuada de educadoras e educadores nas temáticas de gênero

e sexualidade. Atualmente, o PIBID Pedagogia possui dez estudantes bolsistas e duas professoras supervisoras de escolas estaduais de Lavras.

A partir dessa tônica compõe grupos de trabalho para o desenvolvimento de projetos com a participação de professores e estudantes de escolas públicas; professores e professoras das universidades e estudantes de cursos de licenciatura.

O PIBID Pedagogia (2015-2017) denominado de “Gênero e Sexualidade”, está vinculado ao Grupo de Pesquisa: Relações entre Filosofia e Educação para a Sexualidade na Contemporaneidade: a problemática da formação docente – Departamento de Educação, e ao Mestrado Profissional em Educação. A proposta tem como finalidade integrar licenciandos de Pedagogia às práticas educativas desenvolvidas no cotidiano escolar, desafiando a inserção da Educação para as Sexualidades, a dinâmica da Diversidade Sexual e das relações de gênero.

Essa proposta visa, ainda, oportunizar reflexões teóricas acerca de diferentes realidades para planejar e por em prática metodologias que contribuam para a superação dos problemas advindos da formação histórica e cultural do povo brasileiro, no que diz respeito à convivência social.

As ações desenvolvidas no PIBID contribuem para o processo de formação dos estudantes bolsistas, bem como visualiza uma redução da discriminação e do preconceito social na escola, possibilitando uma interação entre a universidade e a comunidade escolar, e contribuindo, dessa forma, com o processo de formação continuada no contexto escolar.

Vale ressaltar que o curso de Pedagogia conta com um núcleo de atuação no Projeto Institucional de Residência Pedagógica (2018-2020), compondo um Subprojeto com foco em estudos e proposição de atividades de regência nas séries iniciais do Ensino Fundamental, uma proposta que integra vinte e quatro (24) bolsistas e seis (6) estudantes voluntários.

3.17.3 Unidade de Educação Infantil

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) conta com a instalação de uma Unidade de Educação Infantil da UFLA (UEI) que abrangerá o trabalho educativo com bebês e crianças da creche e da pré-escola, que priorizará a garantia de, além da educação pública e gratuita, igualdade de tratamento na promoção do desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, de acordo com o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDB) Lei 9394/96 (BRASIL, 1996).

Sendo parte da UFLA, a UEI se constituirá, por natureza, como um espaço privilegiado de ensino, pesquisa e extensão, podendo configurar-se como importante instituição educativa aliada no processo de formação inicial e continuada dos estudantes do curso de Pedagogia presencial e a distância da Universidade. Os objetivos referentes a essa dimensão da formação são:

- Colaborar para a produção e socialização de conhecimentos na área da Educação Infantil, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Possibilitar campo de observação, estágio e pesquisa para professores, pesquisadores e estudantes de Pedagogia, outras licenciaturas e Pós-Graduação (Mestrado Profissional em Educação/DED/UFLA e outras que houver).

A parceria celebrada entre o Curso de Licenciatura em Pedagogia e a UEI é, portanto, fundamental, pois pode relacionar teoria e prática e contribuir para a produção de conhecimentos significativos sobre a infância e a educação das crianças menores de 5 anos.

3.18 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

De acordo com a Resolução n. 2 de julho de 2015, estão previstas 400 horas de prática como componente curricular, que devem ser distribuídas ao longo dos semestres letivos. De acordo com o documento, as atividades práticas devem estar articuladas entre o sistema de ensino e as instituições educativas a fim de propiciar diferentes vivências nas variadas áreas do campo educacional. As atividades podem, ainda, estar vinculadas a projetos interdisciplinares de modo a integrar teoria e prática das disciplinas de cada semestre letivo, com possibilidades de intervenção pedagógica e docência compartilhada. Os projetos podem envolver atividades variadas em que os estudantes possam desenvolver atividades práticas, como confecção de material didático, acompanhamento de situações escolares, estudos de caso, análise de material didático ou documento escolar, visitas técnicas, oficinas temáticas, entre outras possibilidades.

3.19 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC

Atualmente, a Avaliação da Qualidade dos Cursos de Graduação da Universidade é atividade supervisionada, coordenada e executada pela Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE), disponibilizada semestralmente aos Colegiados de Cursos, conforme orientação da Portaria PRG n. 196, de 14/11/2008.

O instrumento de avaliação é composto por número variado de questões fechadas e uma questão aberta, organizados em seis dimensões a fim de abordarem temas sobre conhecimento e adequação do Projeto Pedagógico do Curso, formas de relacionamento com a equipe de coordenação, de professores e técnico-administrativa; formas de planejamento e organização da ação didática e das disciplinas, bem como o uso de recursos e metodologias diversificadas, relação ensino e aprendizagem; usos e formas da avaliação da aprendizagem, participação discente e percepção pelo aluno da sua atuação na disciplina e no curso e até mesmo a apreciação acerca do instrumento de avaliação utilizado, conforme aponta a síntese das dimensões que segue:

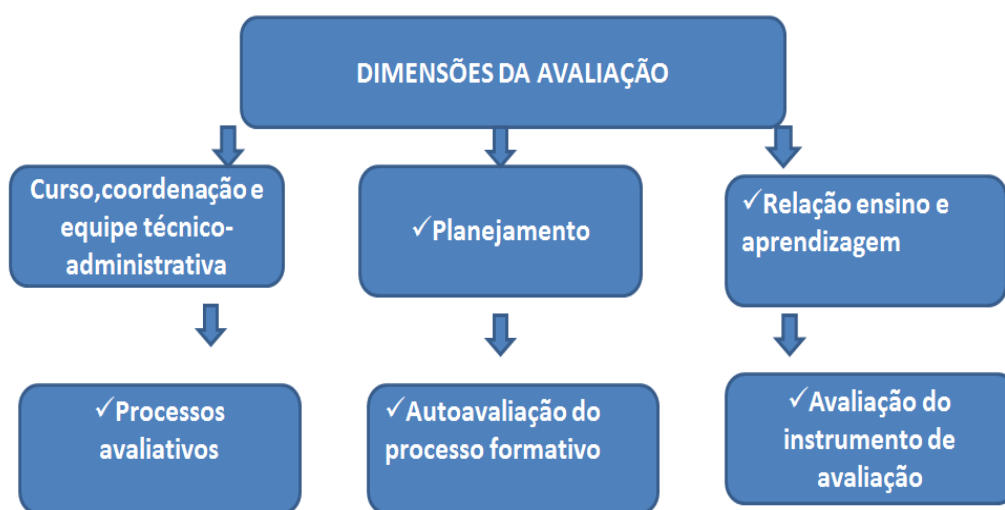


Figura 1 – Dimensões de Avaliação

Compreende-se que a participação do discente é de suma importância para a qualificação e compreensão dos processos de ensino e de aprendizagem e dos encaminhamentos no que se refere às ações pedagógicas e redirecionamento do processo de formação, considerando ainda todos os envolvidos no processo formativo. Busca-se o entendimento do aluno a respeito da sua implicação e responsabilidade para com o curso e com o seu próprio processo formativo, desmistificando a ideia de punição comumente presente na avaliação e exaltando a corresponsabilidade na busca pela melhoria da formação

ofertada. O processo de avaliação é anônimo e *online*, garantindo a preservação dos envolvidos e permitindo a emissão de opiniões livres de qualquer constrangimento ou intimidação.

Ao acessar o questionário, ao aluno são explicitadas as razões e importância da avaliação, reforçando seu compromisso e responsabilidade com o processo formativo, como se observa na imagem a seguir.

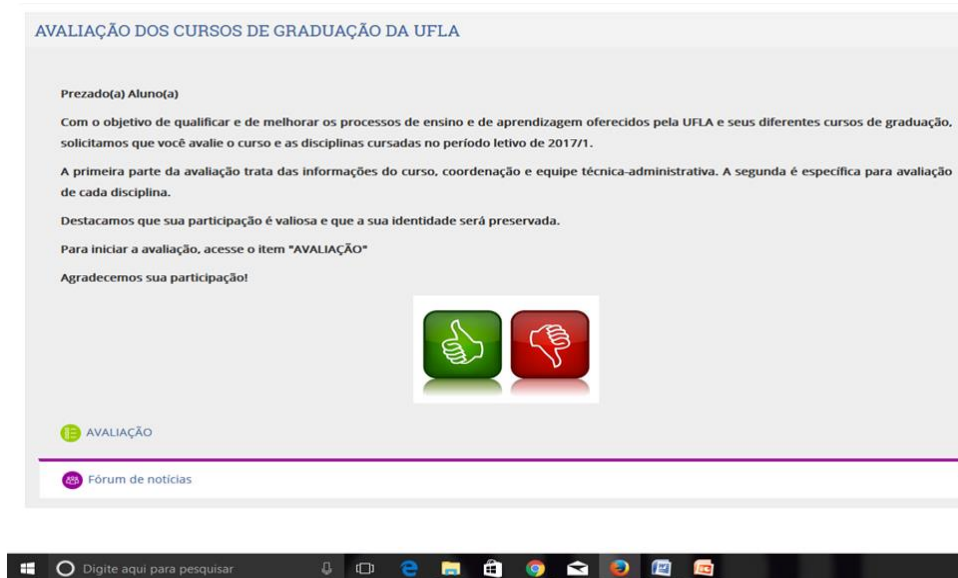


Figura 2 – Avaliação dos Cursos de Graduação

Após os alunos responderem e, encerrado o período da avaliação, os professores têm acesso imediato aos resultados da avaliação por meio do seu *login* e senha institucional, podendo realizar análises, reflexões e redirecionamentos acerca da ação docente que desenvolvem, bem como a revisão dos conteúdos, procedimentos e condutas para o próximo semestre letivo. Tais informações também são acessíveis aos coordenadores de Curso e chefes de Departamento, os quais em conjunto com o Colegiado de Curso e demais professores podem propor novos diálogos na busca pelo aprimoramento do Curso.

Registra-se que, além do uso do sistema de avaliação das disciplinas, há a valorização da participação dos alunos em reuniões colegiadas, bem como do acesso e do diálogo permanente com professores, coordenação e chefias de departamento, entendendo serem esses também possibilidades de indicador de qualidade e mudanças de rotas.

4 DIMENSÃO: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

4.1 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO DOCENTE

Com vistas a cumprir as diretrizes estabelecidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a UFLA tem buscado investir na qualificação dos professores por meio de incentivos para obtenção de titulação (Lei 12.772/2012 de 1.º de janeiro de 2013), participação em eventos, publicações, criação de grupos e núcleos de pesquisa, etc. Além de estimular a formação docente no âmbito dos próprios departamentos e cursos, a UFLA conta com instâncias formativas institucionalizadas:

- a) Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE), que articula propostas para a efetivação das políticas institucionais de formação docente, a partir de demandas advindas da comunidade acadêmica e dos processos de avaliação. Entre as ações desenvolvidas, merecem destaque os cursos de formação continuada, mais notadamente as atividades promovidas pelo evento semestral, intitulado Semana de Planejamento e Formação Docente, que contemplam temas ligados ao currículo, às metodologias de ensino, ao uso de tecnologias, aos projetos pedagógicos, às exigências do mercado de trabalho, à diversidade, à formação humana, etc.;
- b) Coordenadoria de Capacitação e Avaliação e Coordenadoria de Gestão de Competências, pertencentes à Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PRGDP), que promove continuamente ações estratégicas de capacitação e aprendizagem capazes de estimular o aprimoramento e a maior qualificação docente, nas dimensões da gestão administrativa, pedagógica e humana;
- c) Diretoria de Educação a Distância (DIREDD), que dinamiza a formação de tutores e professores para a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos educativos, com o uso do campus virtual (Ambiente Virtual de Aprendizagem);
- d) Pró-Reitoria de Extensão, que dinamiza a realização de eventos de formação, incentiva a criação/consolidação dos grupos de estudos e de pesquisa e mobiliza ações de articulação com a sociedade. Desse modo, a política de formação docente busca contemplar as habilidades e competências definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação, propiciando possibilidades de crescimento na capacidade crítica, na visão humanística da sociedade e na responsabilidade social.

Assim, a UFLA prima pela realização de momentos de formação que abarquem a gestão acadêmica (coordenações, comissões), a melhoria dos processos administrativos e de rotina universitária, o aperfeiçoamento das ações de inclusão, o respeito à diversidade, a diversificação de metodologias, a implementação de processos de avaliação, ao aprimoramento dos currículos de formação e dos projetos pedagógicos dos cursos; a transversalidade e a interdisciplinaridade, etc.

Nessa perspectiva, a política institucional de formação docente tem buscado conciliar as peculiaridades inerentes às diversas áreas do saber, bem como a necessidade de se repensar continuamente a formação pedagógica para o exercício da docência. Desse modo, as ações de formação têm por objetivo precípua a construção de uma identidade docente, que se circunscreve em três processos: desenvolvimento pessoal (humano), desenvolvimento profissional (professor de ensino superior) e organizacional (institucional), em uma perspectiva da inovação pedagógica e da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia, as ações de formação docente se efetivam por meio de participação e coordenação de grupos de estudos, participação em eventos científicos específicos da área de atuação e pesquisa de cada docente.

4.2 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão consultivo do Colegiado de Curso e da PRG para a elaboração, atualização, acompanhamento e gestão do PPC, pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

O NDE existe no curso de Pedagogia desde a sua criação na UFLA. A formação inicial do NDE do curso de Pedagogia da UFLA foi homologada pela Portaria PRG/UFLA n. 207, de 12 de novembro de 2015. Tal como orientado pela legislação vigente, o NDE tem exercido seu papel como órgão consultivo do Colegiado de Curso e da PRG para a elaboração, atualização, acompanhamento e gestão do PPC, pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Para tanto, têm sido realizadas reuniões periódicas, sendo as reuniões ordinárias semestrais e reuniões extraordinárias conforme as demandas. Nas reuniões ocorridas até o momento, foram debatidos e reformulados o PPC e os regulamentos de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de Estágio Supervisionado e de Atividades Acadêmicas

Científicas e Culturais (AACC) vigentes no curso. Atualmente, conforme a Portaria da Pró-Reitoria de Graduação n. 090, de março de 2016, o NDE do Curso de Pedagogia é composto pela docente Ilsa do Carmo Vieira Goulart (Doutora em Educação, Coordenadora do Curso e professora do curso de Pedagogia); Ângelo Constâncio Rodrigues (Doutor em História, Professor do Curso de Pedagogia); Carlos Betlinski (Doutor em Educação, Professor do curso e Membro do Colegiado); Francine de Paulo Martins Lima (Doutora em Educação, Professora do Curso e Membro do Colegiado), Dalva de Souza Lobo (Doutora em Letras e Professora do Curso de Pedagogia), Giovanna Rodrigues Cabral (Doutora em Educação, Membro do Colegiado e Professora do Curso de Pedagogia) e Luciana Soares Silva (Doutora em Língua Portuguesa, Coordenadora Adjunta do Curso Membro do Colegiado) e Larissa Rodrigues Salmen Seislack Bulhões (Doutora em Educação e Professora do Curso). Todos os membros do NDE possuem o título de doutorado, atuam no curso de Pedagogia e têm regime de trabalho integral (40 horas) de dedicação exclusiva. Essa configuração segue as orientações a seguir:

Conforme a Resolução n. 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE), emitido pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 6.º da Lei n. 10861 de 14 de abril de 2004, e o disposto no Parecer CONAES n. 04, de 17 de junho de 2010, resolve no art. 1.º que: o NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

De acordo com o art. 2.º da Resolução n. 01, de 17 de junho de 2010, e com a Resolução CUNI n. 088, de 6 de dezembro de 2011, são atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O art. 3.º descreve que as Instituições de Educação Superior, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes:

- I. Ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- II. Ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;

Seus membros devem se reunir ordinariamente uma vez por semestre e será composto por, no mínimo, 30% dos docentes que participam do Curso de Graduação, devendo ser observado o mínimo de 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, preferencialmente doutorado, 60% de graduados na área do curso e 20% de docentes contratados em regime de dedicação exclusiva. São membros natos do NDE o coordenador do curso, como seu presidente, os docentes membros do Colegiado do curso e os ex-coordenadores do curso, em atividade na UFLA.

4.3 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

O Colegiado do curso conta com a atuação da Secretaria dos Colegiados dos Cursos de Graduação (SCCG), que funciona na Pró-Reitoria de Graduação (PRG), encarregada de executar as deliberações competentes do Colegiado e do Coordenador de Curso. Conforme o Regimento da Pró-Reitoria de Graduação é competência da Secretaria Geral dos Colegiados dos Cursos de Graduação, dentre outras:

- I. Intermediar ações de natureza operacional e logística entre os estudantes de graduação e os coordenadores de curso;
- II. Atender e orientar os estudantes a respeito de matrícula;
- III. Assessorar o Coordenador de Curso e a Pró-Reitoria de Graduação na condução e gestão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- IV. Providenciar os trâmites dos seguintes itens:
 - Equivalência de atividades acadêmicas;

- Estágio supervisionado, projeto orientado e Trabalho de Conclusão de Curso;
- Registro de atividades vivenciais na UFLA;
- Registro de estudantes nos órgãos de representação estudantil;
- Exame de suficiência;
- Aproveitamento de disciplinas;
- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

4.4 ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO

Conforme as orientações sancionadas pelo Conselho Universitário no capítulo IV da Resolução CUNI n. 13, de abril de 2012, cabe ao coordenador do curso de Pedagogia, as seguintes competências:

- I. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE).
- II. Representar o Colegiado em reuniões do Conselho de Graduação;
- III. Executar as deliberações do Colegiado;
- IV. Comunicar ao órgão competente qualquer irregularidade no funcionamento do curso e solicitar as correções necessárias;
- V. Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser submetida ao Colegiado;
- VI. Articular o Colegiado com os departamentos e outros órgãos envolvidos com o curso;
- VII. Decidir sobre matéria de urgência ad referendum do Colegiado;
- VIII. Elaborar os horários de aulas de cada período letivo;
- IX. Exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

A coordenação do curso de Pedagogia é composta pela coordenadora Ilsa do Carmo Vieira Goulart e pela coordenadora adjunta Luciana Soares da Silva. A atuação de coordenação de curso cumpre as atribuições prescritas na Resolução CUNI n. 13, de abril de 2012. O inciso I mostra-se contemplado na convocação e presidência das reuniões periódicas do Colegiado do Curso e do Núcleo Estruturante, totalizando vinte e uma (21) reuniões ao longo dos 3 anos de curso, sendo doze (12) referentes ao Colegiado e seis (6) referentes ao

Núcleo Docente Estruturante. As reuniões tratam questões de relevância ao bom andamento do curso, discutindo aspectos pedagógicos, administrativos e quesitos dos regulamentos do curso, contemplando o processo de elaboração e revisão do Projeto Pedagógico do Curso.

Quinzenalmente a coordenação de curso participa, representando o curso de Pedagogia, da reunião de Conselho de Graduação, os objetivos e regulamentações que regem as competências deste órgão deliberador estão estabelecidas na Resolução CUNI n. 007, de 16 de março de 2017.

A coordenação exerce funções, que vão além das atribuições descritas na Resolução CUNI n. 13, de abril de 2012, como atender aos estudantes do curso de Pedagogia de modo a orientá-los no processo de ingresso e permanência no curso. São dedicadas 25 horas semanais de atendimento presencial, previamente agendados, ou em horários disponibilizados na sala da coordenação do Departamento de Educação, também pelo atendimento pelo correio eletrônico e pelas redes sociais.

O acompanhamento dos discentes do curso é feito de modo atencioso e recorrente, procurando compreender qual as necessidades e dúvidas dos estudantes em relação ao curso, ao andamento das disciplinas, aproveitamento de créditos de disciplinas cursadas em outros cursos de alunos de mudança interna ou transferência externa de curso, acompanha e orienta conflitos nas relações entre docentes e discentes.

Para propiciar uma proximidade entre os estudantes dos diferentes períodos do curso, a coordenação de curso promove a cada início do semestre um evento chamado Encontro de Estudantes de Pedagogia, que tem por finalidade acolher aos ingressantes e criar um espaço de integração e confraternização entre as turmas. O encontro conta com a parceria para organização das atividades dos estudantes veteranos e os integrantes do Centro Acadêmico do curso de Pedagogia.

A coordenadora do curso de Pedagogia, Profa. Dra. Ilsa do Carmo Vieira Goulart, atuou no magistério superior aproximadamente cinco (5) anos. A experiência no magistério superior foi proporcionada, inicialmente, pela monitoria e regência no Programa de Estágio Docente da Universidade Estadual de Campinas, durante os cursos de Mestrado e Doutorado em Educação. O trabalho na docência superior incorpora-se com a formação continuada em cursos de Pós-graduação Lato Sensu de Especialização em Gestão Escolar, em disciplinas modulares, nos anos de 2009 e 2010, já com o título de Mestre em Educação. Cursando o doutoramento exerce o trabalho como Professora no curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp), durante o ano de 2011, ministrando

disciplinas como Linguagem Oral e Escrita, Estágio Supervisionado na Educação Infantil. Em 2013, ingressa como professora temporária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus Muzambinho, atuando como professora nos cursos de Pós-graduação Latu Senso em Alfabetização e Letramento; em Educação Infantil e em Gestão Educacional, ministrando disciplinas como: Didática; Alfabetização, Letramento e Literatura Infantil; Fundamentos do Letramento e Alfabetização; Processos Fonéticos, Linguagem Oral e Escrita e TCC. Neste trabalho foi possível participar do Projeto de extensão Interagindo Saberes, que teve por finalidade oferecer oficinas e palestras aos professores da região baixo mogiana. Como professora do Departamento de Educação, o ingresso se deu em 2014, e neste mesmo ano assume a função de coordenadora do curso de pedagogia, totalizando, até o momento, três (3) anos de experiência na gestão acadêmica, além atuar como Professora no Programa de Pós-graduação em Educação, ministra aulas no curso de Pedagogia, coordena e orienta projetos de pesquisas e cursos de extensão.

4.5 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

O Colegiado de Curso é responsável pela supervisão das atividades didáticas e pedagógicas do curso, no cumprimento de suas obrigações. Na UFLA a estrutura, as finalidades e as competências dos Colegiados dos Cursos de Graduação obedecem ao disposto na RESOLUÇÃO CUNI n. 013, de 13/04/2012, de forma complementar ao que consta no Regimento Geral da UFLA, nomeadamente, no Capítulo II artigos 88 a 92.

O Colegiado de Curso é composto de sete membros em cursos presenciais e por oito membros no caso dos cursos ofertado na modalidade a distância. A composição é que segue: I – um Coordenador eleito pela comunidade acadêmica, nos termos previstos neste Regimento Interno, em atendimento ao Inciso I do artigo 89 do Regimento Geral da UFLA; II – quatro representantes dos docentes envolvidos em atividades acadêmicas do curso, escolhidos pelo Coordenador e homologados pelo Pró-Reitor de Graduação; III – um representante discente eleito pelos seus pares, com mandato de um ano, permitida uma recondução; IV – um representante dos servidores técnico-administrativos, eleito pelos seus pares diretamente relacionados com o curso, com mandato de dois anos, permitida uma recondução. Importante destacar que nos casos dos cursos à distância o colegiado ainda contará com um tutor do

curso, eleito por seus pares diretamente relacionados com o curso, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Em relação as finalidades dos Colegiados de Cursos, o art. 5.º da RESOLUÇÃO CUNI n. 013, de 13/04/2012 estabelece que estão são as seguintes: I – elaborar o Projeto Pedagógico do Curso em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o Plano de Desenvolvimento Institucional, com o Projeto Pedagógico Institucional e com as orientações do Núcleo Docente Estruturante e submetê-lo à aprovação do Conselho de Graduação e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; II – manter atualizado e gerir o Projeto Pedagógico do Curso, coordenando e supervisionando o funcionamento do curso; III – executar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e pela Pró-Reitoria de Graduação; IV – exercer a coordenação interdisciplinar, visando conciliar os interesses de ordem pedagógica dos Departamentos com os do curso; V – promover continuamente ações de correção das deficiências e fragilidades do curso, especialmente em razão dos processos de auto avaliação e de avaliação externa; VI – emitir parecer sobre assuntos de interesse do curso; VII – eleger, entre os membros docentes, um Coordenador Adjunto; VIII – julgar, em grau de recurso, as decisões do Coordenador de Curso; IX – estabelecer mecanismos de orientação acadêmica aos estudantes do curso.

5. DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA

5.1 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL – TI

O curso de Pedagogia Presencial da UFLA possui prédio próprio recém-entregue à comunidade. Trata-se de um amplo espaço com dois pavimentos (um térreo com 672,63m², com amplo hall de circulação, duas secretarias, configurando-se em atendimento geral e de pós-graduação; um Laboratório de Práticas Pedagógicas e Brinquedoteca (54,21m²), uma sala de Bolsistas (94,17m²), duas salas de aula (94,11m² e 55,83m²) com previsão de instalação de uma parede retrátil o que tornaria este espaço em um anfiteatro alternativo com mais de 150,21m². O térreo ainda dispõe: de um anfiteatro com capacidade para 120 pessoas acomodadas (118,72m²), copa, banheiros feminino, masculino e cadeirante, salas técnicas, depósito e um elevador).

O espaço de trabalho para os professores em tempo integral situa-se no 2.º Pavimento (546,91m²), que pode ser acessado tanto, pela escada, quanto pelo elevador já citado. O mesmo dispõe de 29 gabinetes individuais (9,29m²), dispostos à esquerda e à direita do Hall de circulação (122,42m²), com previsão de instalação de duas estações de impressoras em ambos os lados. Este pavimento dispõe ainda de uma sala de reuniões (24,84m²), vestiários masculino e feminino e banheiro para cadeirante, além de sala técnica. Os gabinetes individuais estão devidamente identificados com dupla indicação de nomes e numeração (uma delas em Braille à altura de cadeirantes), mobiliados com mesa completa, armário de apoio, computadores devidamente conectados à rede via cabo ou *wi-fi* e rede telefônica.

Todos os gabinetes são dotados de janelas de tripla articulação (1,70 X 1,50m) o que permite ventilação e iluminação; os corredores de acesso dispõem de iluminação natural diurna face à alçapões superiores e janelas nas extremidades para ventilação. Os gabinetes frontais, dispõem de um “Brise” instalado na fachada com vistas, a amenizar a insolação da manhã e harmonizar o conjunto da fachada frontal. Os gabinetes instalados na parte traseira do prédio serão cortinados para amenizar o efeito da insolação da tarde. Todo o conjunto é harmonizado com vistas à economia de energia.

A UFLA, via sua Pró-Reitoria de Infraestrutura dá o devido suporte em termos de limpeza diária do prédio assim como garante a manutenção e conservação destes espaços – inclusive com o serviço de jardinagem da área externa no em torno do prédio (área total de

1.238,94m²) – além do suporte permanente dos serviços de eletricidade, marcenaria, hidráulica, informática e telefonia.

5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO E PARA OS SERVIÇOS ACADÊMICOS

Em termos de espaço de trabalho para as atividades de Coordenação do Curso de Pedagogia Presencial as mesmas são desenvolvidas no mesmo ambiente dos gabinetes individuais dos professores do Departamento de Educação. Isto é possível face à infraestrutura disponibilizada no espaço recém construído e já descrito anteriormente, que permite, tanto o atendimento personalizado (quando necessário), quanto mesmo do atendimento grupal de alunos e/ou professores.

Em termos gerais, a Coordenação de Curso conta, ainda, com o apoio da Secretaria dos Colegiados, alocada na Pró-Reitoria de Graduação, que intermedia ações de natureza operacional e logística referentes a vida acadêmica dos estudantes de graduação; exerce a função de secretariado e apoio à Coordenação dos Cursos de Graduação; atende aos estudantes do curso; assessorar a Coordenação do Curso na condução e gestão do projeto pedagógico do curso e processo o arquivamento dos documentos do colegiado, dentre outras atividades administrativas do curso.

A Secretaria dos Colegiados é composta por 12 funcionários (9 secretários e 3 funcionários de recepção) e possui espaço próprio, igualmente recém construído e entregue à comunidade, com dimensionamento adequado para o atendimento aos alunos e aos professores. Nesse espaço, encontram-se 14 computadores, equipamento de ar condicionado, sala de atendimento com balcão de recepção, distribuídos em 66,25m² (considerando a sala dos secretários, a sala de atendimento e a área de recepção). Soma-se a este trabalho, o apoio dado à coordenação e ao corpo discente desenvolvido pela Secretaria do Departamento, (37,05m²) dotada de espaço próprio, no novo prédio do Departamento de Educação, com balcão de atendimento, computador, estação de impressão conectada à rede, armários de arquivamento de suporte de material. A Secretaria dos Colegiados atende nos turnos matutino, vespertino e noturno e a Secretaria do Departamento de Educação, nos turnos matutino e vespertino. Todas as atividades da Coordenação podem ser desenvolvidas no espaço do Departamento de Educação sem prejuízo de suas atividades-fins.

A Pró-Reitoria de Graduação oferece serviços de estruturação e apoio às ações administrativas com a Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica, que conforme a Resolução CUNI n. 009, de 16 de março de 2017, descreve em seu Art. 1.º, que a Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica (DPGA) constitui-se em um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PRG), tem por responsabilidade a assessoria, planejamento e execução das rotinas acadêmicas relativas aos cursos de graduação, por meio da supervisão do cumprimento da legislação vigente, da elaboração de normas para fluxos de trabalho e da criação ou modificação de processos acadêmicos, em estreita articulação com os demais órgãos componentes da PRG.

5.3 SALAS DE AULA

Historicamente as aulas de graduação da UFLA sempre foram ministradas em “Pavilhões” compartilhados por todos os Cursos. Nesse sentido, a universidade possui, atualmente, 155 salas de aulas, distribuídas em nove (9) pavilhões, anfiteatros e salões (com capacidade para acomodar um total de 8.450 pessoas). Estes espaços são utilizados de acordo com o número de estudantes por turma e as necessidades próprias de cada disciplina.

Em todas as salas de aula da UFLA, estão disponibilizados, computadores e equipamentos audiovisuais (projektor multimídia) e sonorização, além de conexão wireless. Algumas salas contam ainda com lousas digital, possibilitando oportunidade de participação em aulas mais dinâmicas e modernas. Nos últimos anos, a UFLA institucionalizou o Núcleo de Acessibilidade com os devidos incentivos e adequações dos espaços de aula aos portadores de deficiências com a instalação de elevadores e/ou rampas, bem como informática e pessoal técnico especializado para facilitar o aprendizado das mesmas.

Em termos de ocupação efetiva, além de todo o conjunto de salas disponibilizado pela UFLA, historicamente o Curso de Pedagogia Presencial tem utilizado os Pavilhões 2, 3, 6 e 9 nos horários noturnos (no conjunto estes pavilhões oferecem 70 salas de aula com capacidade média de 50 a 70 alunos, além de salas de vídeo, laboratórios diversos e dependências administrativas), além das salas virtuais e ainda das salas próprias do Departamento de Educação recém disponibilizadas.

É importante destacar o fato de que uma parcela dos graduandos em Pedagogia presencial utiliza, durante o dia, das dependências da UFLA como um todo, em atividades dos grupos de estudo, orientações diversas, oficinas e palestras de diversas naturezas.

5.4 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A Universidade Federal de Lavras, por intermédio de ações de sua Diretoria Executiva, nomeadamente pela Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) – órgão vinculado a Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão (PRPLAG) - disponibiliza e mantém em funcionamento um sistema de acesso à internet por meio de rede *Wi-fi* gratuita por toda extensão do campus universitário. A DGTI tem por objetivo desenvolver as atividades de gestão da tecnologia da informação no âmbito da UFLA. Gerir a Tecnologia da Informação significa atuar em questões relativas às soluções e serviços de TI, de forma a contribuir com o planejamento, organização, mapeamento dos processos, controle e avaliação de atividades, a fim de alinhar as ações, metas e objetivos de TI da DGTI às estratégias traçadas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFLA. É responsável ainda pela elaboração e execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI/UFLA).

É importante destacar ainda que a UFLA conta com laboratórios de informática abertos aos discentes nos três turnos de funcionamento da universidade, além de diversos outros espaços instalados nos diversos departamentos didático-científicos da universidade, tais como: laboratórios de tecnologias educacionais, laboratórios de computação científica, laboratório de educação continuada, laboratório de programação aplicada, entre outros. Também vale destacar a política de empréstimo de computadores portáteis aos discentes dos cursos de graduação e pós-graduação que é administrada pela Biblioteca Universitária, que atende considerável número de discentes que não possuem computadores próprios.

5.5 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A Biblioteca Universitária (BU) centraliza a compra e assinatura do material informacional destinado aos cursos de graduação oferecidos pela UFLA. Visando propiciar o crescimento racional e equilibrado do acervo, a UFLA desenvolveu a Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Lavras (PFDA/BU/UFLA). A PFDA, regulada pela Resolução CEPE n. 274, de 2 de Agosto de 2016, é o conjunto de princípios que norteiam os parâmetros e as responsabilidades para a formação e o desenvolvimento do acervo informacional e busca a compreensão mais exata sobre as áreas, profundidade e utilização da coleção, obtendo subsídios e justificativa para a aplicação anual de recursos financeiros.

Em 2013 e 2014, foram disponibilizados mais 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) para atualização do acervo. Conforme o planejamento anual de compras, os professores responsáveis pelas disciplinas indicaram, por meio do sistema *Pergamum*, os títulos das bibliografias a serem adquiridos. As aquisições têm como premissas básicas atender às necessidades das disciplinas e as exigências do Instrumento de Avaliação do INEP/MEC, no que tange à qualidade dos cursos de graduação para avaliação com conceito nota 5.

A licitação, objeto do processo de aquisição de materiais informacionais, teve como objetivo suprir a necessidade de atualização do acervo de graduação da BU. O formato de aquisição em questão, adjudicação global, adotado desde 2013, possibilita o acompanhamento das constantes mudanças nas áreas do conhecimento abrangidas pelos cursos de graduação oferecidos pela Universidade, contemplando igualmente os novos cursos oferecidos, a partir de 2014, de forma a disponibilizar as publicações em um procedimento mais rápido e atualizado aos usuários.

A adjudicação global justifica-se por não ser viável determinar antecipadamente os títulos que serão adquiridos. Os lançamentos editoriais ocorrem quase que diariamente e é função dessa contratação a atualização do acervo. Além disso, essa licitação visa a adquirir as bibliografias básicas e complementares, de acordo com os planos de ensino das disciplinas, conforme determina o MEC/INEP em seus Instrumentos de Avaliação dos Cursos de Graduação. Os planos de ensino são atualizados de forma bastante dinâmica, principalmente depois da implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG), em que os planos de ensino foram informatizados. Essa dinâmica exige um modelo de licitação compatível que permita que se tenham fornecedores contratados, de maneira que se possa adquirir um livro recém incluído no projeto pedagógico com a máxima agilidade, sem que estejamos atrelados a uma lista de livros definida anteriormente à licitação. O modelo de adjudicação global é o único que atende a essa necessidade.

Para a previsão orçamentária de cada exemplar, por área, utilizou-se como parâmetro a relação de títulos, anteriormente adquiridos pela UFLA. Foram delineados 2 grupos: de obras nacionais e de obras estrangeiras: distribuindo as 9 áreas do conhecimento disponibilizadas pelo CNPq. Os 4 itens foram formados na seguinte disposição: 1. Publicações nacionais, nas áreas de Ciências da Saúde, Biológicas e Agrárias; 2. Publicações nacionais, nas áreas de Ciências Exatas e da Terra e Engenharias. 3. Publicações nacionais, nas áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes e 4. Publicações estrangeiras em

todas as áreas do conhecimento. Tal distribuição deveu-se ao fato de reunir áreas afins e em alguns casos interdisciplinares.

Outra fonte de recurso que não estava prevista e que foi disponibilizada e utilizada como forma de desenvolver o acervo referiu-se a restos a pagar não processados, de despesas inscritas em saldos de empenhos diversos, relativos aos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 para compra de material bibliográfico.

O Decreto n. 8.466, de 10 de junho de 2015, publicado no DOU de 11 de junho de 2015, permitiu a utilização desses recursos, a fim de complementar financeiramente a aquisição de parte de material bibliográfico, indicado nos Projetos PAPP/PAST/2015 e algumas indicações da CAU/BU, a fim de atender à demanda relativa a títulos com número insuficiente de exemplares e que geravam índice significativo de reservas no Sistema *Pergamum*.

Após aprovação, no que tange especificamente as áreas temáticas da Educação, foram adquiridos 822 exemplares em 2016/2017. Importante ressaltar que essas aquisições vieram complementar o acervo inicial existente à época da abertura do curso de Pedagogia na modalidade a distância, que obteve nota (4) em seu processo de avaliação do MEC.

Atualmente, o acervo da Biblioteca Universitária da UFLA conta com 68907 títulos e 223046 exemplares. Apenas de temáticas específicas da Pedagogia, são 156 títulos e 1683 exemplares. Soma-se a esse montante um significativo acervo de obras em áreas correlatas que compõem a matriz curricular do curso, tais como: 1469 títulos e 4678 exemplares na área de Filosofia; 1265 títulos e 2523 exemplares na área de Sociologia e Antropologia; 168 títulos e 378 exemplares na área de Psicologia da Educação.

Com isso, a UFLA conseguiu garantir a proporção de um exemplar para menos de 5 alunos que efetivamente utilizam o acervo em cada um dos três títulos que compõem a bibliografia básica de cada disciplina do Pedagogia. Destaca-se que a bibliografia básica foi elaborada com foco em manuais de reconhecida qualidade publicados no país e constantes no catálogo corrente das editoras. Frente a isso, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Pedagogia tem por responsabilidade o acompanhamento e a revisão do processo de atualização da bibliografia básica das disciplinas realizada pelos docentes.

5.6 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Biblioteca Universitária (BU) centraliza a compra/assinatura do material informacional destinado aos cursos de graduação oferecidos pela UFLA. Visando propiciar o

crescimento racional e equilibrado do acervo, a UFLA desenvolveu a Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Lavras (PFDA/BU/UFLA). A PFDA, regulada pela Resolução CEPE n. 274, de 2 de Agosto de 2016, é o conjunto de princípios que norteiam os parâmetros e as responsabilidades para a formação e o desenvolvimento do acervo informacional e busca a compreensão mais exata sobre as áreas, profundidade e utilização da coleção, obtendo subsídios e justificativa para a aplicação anual de recursos financeiros.

Em 2013 e 2014, foram disponibilizados mais 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) para atualização do acervo. Conforme o planejamento anual de compras, os professores responsáveis pelas disciplinas indicaram, por meio do sistema *Pergamum*, os títulos das bibliografias a serem adquiridos. As aquisições têm como premissas básicas atender às necessidades das disciplinas e as exigências do Instrumento de Avaliação do INEP/MEC, no que tange à qualidade dos cursos de graduação para avaliação com conceito nota 5. A licitação, objeto do processo de aquisição de materiais informacionais, teve como objetivo suprir a necessidade de atualização do acervo de graduação da BU. O formato de aquisição em questão, adjudicação global, adotado desde 2013, possibilita o acompanhamento das constantes mudanças nas áreas do conhecimento abrangidas pelos cursos de graduação oferecidos pela Universidade, contemplando igualmente os novos cursos oferecidos, a partir de 2014, de forma a disponibilizar as publicações em um procedimento mais rápido e atualizado aos usuários.

A adjudicação global justifica-se por não ser viável determinar antecipadamente os títulos que serão adquiridos. Os lançamentos editoriais ocorrem quase que diariamente e é função dessa contratação a atualização do acervo. Além disso, essa licitação visa a adquirir as bibliografias básicas e complementares, de acordo com os planos de ensino das disciplinas, conforme determina o MEC/INEP em seus Instrumentos de Avaliação dos Cursos de Graduação. Os planos de ensino são atualizados de forma bastante dinâmica, principalmente depois da implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG), em que os planos de ensino foram informatizados. Essa dinâmica exige um modelo de licitação compatível que permita que se tenham fornecedores contratados, de maneira que se possa adquirir um livro recém incluído no projeto pedagógico com a máxima agilidade, sem que estejamos atrelados a uma lista de livros definida anteriormente à licitação. O modelo de adjudicação global é o único que atende a essa necessidade. Para a previsão orçamentária de cada exemplar, por área, utilizou-se como parâmetro a relação de títulos, anteriormente adquiridos pela UFLA. Foram

delineados 2 grupos: de obras nacionais e de obras estrangeiras: distribuindo as 9 áreas do conhecimento disponibilizadas pelo CNPq.

Os 4 itens foram formados na seguinte disposição: 1. Publicações nacionais, nas áreas de Ciências da Saúde, Biológicas e Agrárias; 2. Publicações nacionais, nas áreas de Ciências Exatas e da Terra e Engenharias. 3. Publicações nacionais, nas áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes e 4. Publicações estrangeiras em todas as áreas do conhecimento. Tal distribuição deveu-se ao fato de reunir áreas afins e em alguns casos interdisciplinares.

Outra fonte de recurso que não estava prevista e que foi disponibilizada e utilizada como forma de desenvolver o acervo referiu-se a restos a pagar não processados, de despesas inscritas em saldos de empenhos diversos, relativos aos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 para compra de material bibliográfico.

Após aprovação, no que tange especificamente as áreas temáticas da Educação, foram adquiridos 822 exemplares em 2016/2017. Importante ressaltar que essas aquisições vieram complementar o acervo inicial existente à época da abertura do curso de pedagogia na modalidade a distância, que obteve nota máxima (4) em seu processo de avaliação do MEC. Atualmente, o acervo da Biblioteca Universitária da UFLA conta com 68907 títulos e 223046 exemplares.

Apenas de temáticas específicas do curso de Pedagogia, são 259 títulos e 1189 exemplares. Soma-se a esse montante um significativo acervo de obras em áreas correlatas que compõem a matriz curricular do curso, tais como: 1469 títulos e 4678 exemplares na área de Filosofia; 1265 títulos e 2523 exemplares na área de Sociologia e Antropologia; 168 títulos e 378 exemplares na área de Psicologia da Educação. Com isso, a UFLA conseguiu disponibilizar, no mínimo, dois exemplares de cada um dos cinco títulos que compõem a bibliografia complementar de cada disciplina do Curso de Pedagogia. Destaca-se que a bibliografia complementar foi elaborada com foco em obras monográficas, nacionais e estrangeiras e constantes no catálogo corrente das editoras. Frente a isso, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Pedagogia tem por responsabilidade o acompanhamento e a revisão do processo de atualização da bibliografia básica das disciplinas realizada pelos docentes.

5.7 PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

O acesso a periódicos especializados é feito por meio da web via Portal de Periódicos CAPES, onde os estudantes encontram diversos títulos de periódicos específicos da área de

Educação/Pedagogia com acesso a milhares de artigos científicos em língua portuguesa, espanhola e inglesa, além daqueles das grandes áreas da Educação, Filosofia, Sociologia e Antropologia, Psicologia da Educação e outras que são correlatas à Pedagogia, muitas vezes antes de serem publicados na forma impressa, garantindo agilidade e atualidade dos dados. O número de títulos de periódicos disponíveis é superior ao exigido pelo Instrumento de Avaliação do INEP/MEC, que diz que para obter nota 5, para o item “Periódicos especializados”, deve se ter assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos. Por meio de senha pessoal, via Proxy, ou por meio da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), serviço mantido pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) que provê facilidades de autenticação e troca de informações, toda comunidade acadêmica da UFLA pode acessar as bases de dados em qualquer computador, dentro ou fora da Universidade.

5.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: BRINQUEDOTECA

O curso de Pedagogia conta com um espaço para a Brinquedoteca. O espaço didático tem como primeira instância a formação inicial de docentes vinculados ao curso de Pedagogia. Entendemos que processo de formação se configura a partir de um movimento contínuo de ação e reflexão, que articula atos e atuações num âmbito de aproximações entre a experiência do cotidiano escolar e a concepção teórica. Longe de ser um espaço caracterizado pela neutralidade e indiferença, o espaço da Brinquedoteca e da Biblioteca infantil visa articular atividade com foco no fazer pedagógico. As ações do fazer docente, ainda que balizado pela premeditação, meticulosidade e metodização imposta institucionalmente, acontece na esfera da complexidade e da amplitude das relações humanas, o que exige uma constante reflexão e estudo. Articular um espaço físico em que a formação inicial e continuada de docentes esteja em jogo, exige a compreensão de que “[...] não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo”. (FREIRE, 1996, p. 63)

Ao considerar que o fazer docente é marcado por ações e atuações, o espaço da Brinquedoteca entende que a ação de brincar e a ação leitora são componentes constitutivos

do processo de formação do professor. Deste modo a estruturação de um espaço próprio, com indicações de livros e de brinquedos, configuram um ambiente para a criação de atividades que dialoguem com possa com o processo de formação possibilitam uma experiência estética e artística no percurso da formação inicial e continuada.

A Brinquedoteca e Biblioteca infantil possui um espaço amplo de 54,21 m², com janelas amplas com boa luminosidade e ventilação, localizada no Departamento de Educação. O espaço foi planejado para entender um projeto de extensão, que visa ações que contemplem o ato de brincar e do ato de ler, um aspecto significativo no processo de formação do professor e com atendimento à comunidade, visto que pode ser considerado uma importante forma de comunicação, interação e de expressão da linguagem artística e criativa.

O espaço da Brinquedoteca, conforme o regulamento aprovado em colegiado, tem como primeira instância sediar atividades de formação inicial dos estudantes vinculados ao curso de Pedagogia. Deste modo, se faz a articulação com as disciplinas dos cursos de Pedagogia (modalidade presencial e a distância): Pedagogia modalidade presencial: GDE196- Metodologia do ensino da arte; GDE201-Literatura infanto-juvenil; GDE161-Lúdico na Educação Infantil; GDE159-Linguagens na Educação Infantil: Arte, Mídia e Corpo; GDE209- Linguagem Oral e escrita; GDE168-Alfabetização e Letramento em Matemática. Pedagogia à distância: Crescimento e Desenvolvimento da criança (I, II, III); e Jogos, Brinquedos e Brincadeiras: O Lúdico e o Processo de Desenvolvimento Infantil (I e II); Linguagem e Pensamento (I, II, III) e Linguagem Artística, Cultural e Midiática (I e II).

Segundo o Regulamento, a seleção das disciplinas cabe decisão do colegiado do curso de Pedagogia (modalidade presencial e a distância). As disciplinas articuladas com o espaço da Brinquedoteca devem apresentar o ementário em proximidade com a etapa da educação infantil, possibilitando o planejamento, elaboração e aplicabilidade de atividades práticas como componente curricular específicas de cada disciplina.

O espaço da Brinquedoteca é responsável por sediar atividades de extensão que priorizam a organização e oferta de cursos, minicursos e oficinas coordenadas pelo grupo de estudos FORPED, para atender à comunidade acadêmica e a comunidade de professores da rede pública e privada da cidade de Lavras e região.

O espaço da Brinquedoteca comporta o acolhimento de 25 crianças para visitas, previamente agendadas, de instituições de Educação Infantil públicas da comunidade de Lavras e região, acompanhadas da uma programação de atividades, durante o período de 1 hora, nas sextas-feiras das 14 horas às 16 horas.

5.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O Laboratório de Práticas Pedagógicas é um espaço de formação que integra as disciplinas com carga horária de atividades práticas do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras, o qual atuará como suporte no processo de ensino aprendizagem referente às práticas pedagógicas e metodologias de ensino. Entende-se que o processo de formação docente deve favorecer a aproximação entre os pressupostos teóricos e a atuação prática do futuro pedagogo; destarte, objetiva-se promover essa articulação mediante o planejamento e a efetivação de oficinas relacionadas aos fundamentos e às metodologias de ensino empregadas tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais do ensino fundamental.

Tendo essas considerações em vista, o laboratório de práticas pedagógicas se consolidará como espaço próprio para o exercício da formação docente, para a realização de atividades de ensino diversas, trabalhos grupais, vivências pedagógicas, debates, produção de pesquisa, aprendizagem de manejo de recursos didáticos e construção de práticas pedagógicas inovadoras e significativas. Nesse interim, será possível estreitar os vínculos entre as disciplinas ministradas ao longo do curso de Pedagogia e entre estas e o estágio curricular supervisionado obrigatório, por meio de projetos interdisciplinares que abordem as múltiplas determinações dos processos de ensino e aprendizagem. Além disso, o espaço também se destinará a aprendizagens relacionadas à confecção de materiais didático-pedagógicos a serem empregados na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, tendo em vista seu adequado uso pedagógico para cada fase de desenvolvimento da criança.

O espaço do Laboratório de Práticas Pedagógicas possui um espaço amplo de 54,21 m², com janelas amplas com boa luminosidade e ventilação, localizada no Departamento de Educação. O espaço foi planejado para entender as disciplinas do curso de Pedagogia na concretização das atividades práticas, bem como atender projetos de extensão, em cursos, minicursos e oficinas para a formação inicial e continuada.

5.10 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS (LPPI)

O curso de Pedagogia conta também com o Laboratório de Prática Pedagógicas Inovadoras (LPPI). O espaço do LPPI proporciona de modo real e virtual atividades de experimentação, estudos e pesquisas sobre as tecnologias digitais de informação e

comunicação, favorecendo e ampliando a capacidade de realização de atividades em ambiente virtual de aprendizagem.

O LPPI constitui-se em um laboratório de práticas pedagógicas, vinculado às disciplinas obrigatórias GDE151-Práticas Pedagógicas com Tecnologias Digitais e GDE200-Metodologia de Pesquisa em Educação, eletivas GDE128-Robótica Educacional, GDE210-Escrita Acadêmica, GDE192-Tecnologias e Formação Docente: Princípios e Práticas, cuja finalidade é fomentar a quebra de paradigmas da escola tradicional, tendo em vista que um dos implicadores da inserção ou de adequação de práticas pedagógicas que estimulem às inovações pedagógicas é a falta de familiaridade e experiência dos professores com o uso dos dispositivos tecnológicos aplicáveis à educação.

No LPPI são utilizados kits educacionais e outros recursos para desenvolvimento de projetos, experimentação de metodologia, trabalho com brinquedos, jogos e variados dispositivos tecnológicos aplicáveis às práticas educativas. O espaço físico permite o trabalho em equipes, com turmas compostas por até 25 pessoas, e consta com recursos tais como: rede Wifi, conjuntos Lego Mindstorms de robótica educacional, mesas digitalizadoras, câmeras fotográficas, tablets, computadores, lousa digital, kits de brinquedoteca, jogos educativos.

Além do espaço físico, o LPPI conta com um servidor Internet para experimentação de ambientes virtuais de aprendizagem, desenvolvimento de materiais tais como e-books e blogs educacionais, bem como uma plataforma de suporte para realização de *surveys* e outras ações de investigação (Cf. <http://lppi.ded.UFLA.br/>).

5.11 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) é uma instituição centenária localizada no sul do Estado de Minas Gerais. Consolidou-se como reconhecido centro de excelência no ensino superior, estando atenta a seu papel social e a qualidade da formação profissional e cidadã de seus alunos. Apesar de seu histórico internacionalmente reconhecido nas áreas agrárias, nos últimos anos observou-se uma expansão da Universidade nos campos da saúde e das ciências sociais aplicadas em virtude do plano de expansão das Universidades Federais (REUNI), criando benefícios diretos à sociedade.

Desde então, compreende-se frente a esses advenços de expansão envolvendo Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes a necessidade da criação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos COEP. Assim

procedeu-se com a composição dos 10 membros (Port. n. 729/10), indicados pelo Pró-Reitor de Pesquisa e designados pelo Reitor, sendo 6 (seis) membros efetivos, especialistas nas áreas de saúde, ciências exatas, sociais e humanas, pertencentes ao quadro de funcionários efetivos da UFLA; 1 (um) leigo representante da comunidade (membro dos usuários) e 3(três) suplentes, os quais serão convidados para substituir membros efetivos no caso de ausência.com base nas resoluções (Res. CNS n. 466/12; Res. CNS n. 240/97).

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos é um órgão colegiado interdisciplinar e independente de caráter público, consultivo, deliberativo e educativo. O Comitê está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Lavras, constituída nos termos de designação do Reitor em Portaria própria. Tem por missão defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e, contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O Comitê destina-se a fazer a revisão ética de toda e qualquer proposta de pesquisa que envolva seres humanos, sob a responsabilidade da instituição, segundo as normativas envolvendo a esse tipo de pesquisa.

Entende-se por pesquisa com seres humanos as realizadas em qualquer área do conhecimento e que, de modo direto ou indireto, envolvam indivíduos ou coletividades, em sua totalidade ou partes, incluindo o manejo de informações e materiais. Também são consideradas pesquisas com seres humanos as entrevistas, aplicações de questionários, utilização de banco de dados e revisões de prontuários (Res. CNS n. 466/2012).

A submissão do protocolo a um COEP independe do nível da pesquisa: se um trabalho de conclusão de curso de graduação, se de iniciação científica ou de doutorado, seja de interesse acadêmico ou operacional, desde que dentro da definição de “pesquisas envolvendo seres humanos”.

6. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

6.1 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

A UFLA, por intermédio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários faz o tratamento e acompanhamentos destas questões relacionadas à acessibilidade e inclusão de discentes, o que é feito por algumas das suas sete Coordenadorias, a saber: Coordenadoria de Acessibilidade; Coordenadoria de Diversidade e Diferenças; Coordenadoria de Programas Sociais e Coordenadoria de Saúde. Atualmente a PRAEC conta com os seguintes programas de apoio estudantil: Núcleo de Acessibilidade (NAUFLA); Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais (PADNEE); Programa de Acessibilidade Linguística e Comunicacional (PALCo) que atende a toda comunidade universitária e visitantes; Programa de atendimento psicossocial individual; Programa “Qualidade de Vida no Campus”; Programa de Saúde Comunitária; Programa de Saúde Mental.

Tratando especificamente das atribuições da Coordenadoria de Acessibilidade, podemos destacar as seguintes: garantir a inclusão de pessoas com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais à vida acadêmica na UFLA, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, programáticas, atitudinais e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade; consolidar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a transversalidade da Educação Especial no ensino superior por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos discentes em todos os espaços acadêmicos da UFLA.

Ademais vale destacar que o campus da UFLA já conta em quase toda sua área (pavilhões de aulas e demais espaços de uso comum) com banheiros adaptados, rampas de acesso, elevadores; pisos táteis. Também estão disponíveis para a comunidade servidores técnicos administrativos tradutores em libras, serviços de comunicação adaptados, acessibilidade de veículos individuais e em coletivos, etc. em conformidade com o decreto 5.296/2004.

6.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

Os compromissos assumidos historicamente pela Universidade Brasileira são a educação e a formação de jovens e adultos em termos de profissionalidade. Uma formação em nível superior constitui-se, em geral, em uma formação calcada em conhecimentos historicamente produzidos nos mais diversos âmbitos da filosofia, das ciências e das tecnologias, bem como articulada a uma necessária interlocução com as práticas cotidianas de vida e de trabalho. Esses conhecimentos teóricos e práticos que possuem corpus específicos, conforme cada área, mas que se inter-relacionam e devem ser desenvolvidos sob a perspectiva da interdisciplinaridade, assinalada aqui como a viga mestra deste trabalho de formação acadêmica.

Em relação à formação para a Docência para a Educação Básica, compreendemos que a Universidade, além de desempenhar seu papel como agente educativo e formativo, tem a responsabilidade de articular e desenvolver um trabalho educativo com as demais instituições educacionais. Por isso, essa proposta de formação didático-pedagógica insere a relação teoria-prática educativa desde o início da formação acadêmica.

A proposta curricular do curso de Pedagogia tem por base a legislação educacional brasileira em vigor, as normativas e resoluções do CNE, as emanções do próprio MEC, no que diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais para os diversos cursos de licenciaturas e para a Pedagogia.

Nesta proposta, adota-se o EIXO TEMÁTICO como fundamento que expressa nossa visão de formação didático-pedagógica, caracterizando, assim, nossa compreensão de ciência como construção humana, histórica, situada, contextualizada, inter-relacionada, organizada e reorganizada por e entre sujeitos, que situam vivendo e convivendo em espaços de intencionalidades dos mais diversos matizes. Desta maneira, o EIXO TEMÁTICO não comporta a concepção de “grade curricular”, que está calcada em uma visão de ciência fragmentada, dividida, em que não há lugar para a inter-relação, a interdisciplinaridade, a transversalidade dos conteúdos, com vistas ao respeito e à valorização da cidadania e dos direitos humanos, conforme estabelece a o art. 5 da Resolução n. 01, de 30 de maio de 2012.

A proposta de formação alicerçada sob o EIXO TEMÁTICO está referenciada na concepção de currículo como o conjunto articulado de conhecimentos e saberes historicamente construídos, e/ou em processo de construção, que são trabalhados

interdisciplinarmente e pertencentes ao processo de formação pessoal e profissional como um todo desenvolvido na Universidade.

A organização curricular para o curso de Pedagogia Presencial, com base nos EIXOS TEMÁTICOS, contempla três dimensões: Docência, Gestão Democrática e Pesquisa que, concomitante aos demais conteúdos, organizados em Núcleos de Estudos, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006) e a Resolução n.º 2 de 1 de julho de 2015, propõem a formação em áreas específicas, que se desenvolverão ao longo de todo o curso de Pedagogia e que possibilitarão uma sólida formação profissional e pessoal, capaz de fazer diferença no processo de formação profissional, o que refletirá diretamente na construção da sociedade brasileira.

O “Eixo de fundamentos das práticas educativas e diversidade” contempla os conteúdos norteadores da ação pedagógica nos diferentes espaços educativos. Consideram-se a diversidade e a abordagem multicultural como principal base para promoção de práticas educativas inclusivas. Neste eixo as disciplinas GDE165 História e culturas afro-brasileiras e indígenas e GDE187 Educação para as relações étnico-raciais: uma análise discursiva atendem às orientações do art. 2 da Resolução n.º 1, de 17 de julho de 2014 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

6.3 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A proposta curricular do curso de Pedagogia tem por base a legislação educacional brasileira em vigor, as normativas e resoluções do CNE, as emanções do próprio MEC, no que diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais para os diversos cursos de licenciaturas e para a Pedagogia.

Nesta proposta, adota-se o EIXO TEMÁTICO como fundamento que expressa nossa visão de formação didático-pedagógica, caracterizando, assim, nossa compreensão de ciência como construção humana, histórica, situada, contextualizada, inter-relacionada, organizada e reorganizada por e entre sujeitos, que situam vivendo e convivendo em espaços de intencionalidades dos mais diversos matizes. Desta maneira, o EIXO TEMÁTICO não comporta a concepção de “grade curricular”, que está calcada em uma visão de ciência fragmentada, dividida, em que não há lugar para a inter-relação, a interdisciplinaridade, a transversalidade dos conteúdos, com vistas ao respeito e à valorização da cidadania e dos direitos humanos, conforme estabelece a o art. 5 da Resolução n. 01, de 30 de maio de 2012.

A proposta de formação alicerçada sob o EIXO TEMÁTICO está referenciada na concepção de currículo como o conjunto articulado de conhecimentos e saberes historicamente construídos, e/ou em processo de construção, que são trabalhados interdisciplinarmente e pertencentes ao processo de formação pessoal e profissional como um todo desenvolvido na Universidade.

A organização curricular para o curso de Pedagogia Presencial, com base nos EIXOS TEMÁTICOS, contempla três dimensões: Docência, Gestão Democrática e Pesquisa que, concomitante aos demais conteúdos, organizados em Núcleos de Estudos, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006) e a Resolução n.º 2 de 1 de julho de 2015, propõem a formação em áreas específicas, que se desenvolverão ao longo de todo o curso de Pedagogia e que possibilitarão uma sólida formação profissional e pessoal, capaz de fazer diferença no processo de formação profissional, o que refletirá diretamente na construção da sociedade brasileira.

As disciplinas do Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais contemplam dentre outras questões a pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, **direitos humanos**, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

Também, o “Eixo de fundamentos das práticas educativas e diversidade” contempla os conteúdos norteadores da ação pedagógica nos diferentes espaços educativos. Consideram-se a diversidade e a abordagem multicultural como principal base para promoção de práticas educativas inclusivas. Neste eixo as disciplinas eletivas GDI103 Direitos Humanos, meio-ambiente e sustentabilidade e GDI158 Direito e Cidadania atendem às orientações a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.

6.4 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

No rol das políticas de assistência estudantil, as ações que visam dar acessibilidade aos ambientes físicos e virtuais, além do amparo às necessidades especiais dos integrantes da comunidade acadêmica da Universidade são geridas pelo Núcleo de Acessibilidade, da Coordenadoria de Acessibilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários/Núcleo de acessibilidade da UFLA (PRAEC/NAUFLA). Compete ao NAUFLA assessorar a tomada de decisões sobre a execução de políticas e diretrizes para a

inclusão da pessoa com deficiência e para a acessibilidade ao ensino superior estabelecidas na Universidade, apoiando, por intermédio de pareceres e orientações, a concretização das posições de planejamento estratégico para essas ações.

Além do Núcleo, a atenção aos estudantes com deficiência é feita por intermédio de estratégias de ensino e aprendizagem viabilizadas com a institucionalização da Resolução CEPE n.448 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais (PADNEE).

O Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais (PADNEE) é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários/Núcleo de acessibilidade da UFLA (PRAEC/NAUFLA) em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), que segundo o art. 2 da Resolução CEPE 448/2015, são atribuições do programa:

I - Garantir aos discentes dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação, regularmente matriculados na Universidade Federal de Lavras e que possuam alguma deficiência ou dificuldade específica, as condições adequadas para desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

II - Apoiar o Núcleo de Acessibilidade da Universidade (NAUFLA) propondo ações e recursos que garantam o processo de inclusão desses discentes com Necessidades Educacionais Especiais – NEE.

III - Acompanhar o desempenho acadêmico dos discentes e encaminhá-los aos recursos disponíveis na rede pública, sempre que necessário.

De acordo com a Resolução CEPE n. 35, de 13 de março de 2013 implementa o Núcleo Interdisciplinar de Formação Discente (NIFD). O NIFD tem como objetivo responder às necessidades formativas do aluno de graduação. Nesse sentido, busca atender às condições do exercício profissional de cada área, que nesse momento histórico, caracterizam-se cada vez mais pela interação de profissionais de diferentes áreas, mesmo em campos específicos de formação. Antes disso, busca responder à formação não só do profissional em seu aspecto técnico, mas do cidadão.

Até a presente data o curso de Pedagogia não recebeu discentes com necessidades educacionais especiais, mas caso isso aconteça os mesmos serão atendidos pelos profissionais que atuam no NAUFLA e no PADNNE e serão acompanhados pelo coordenador do curso e pelos professores, que ao receberem orientações dos integrantes do Núcleo implementarão ações que garantam as condições para atendimento das necessidades especiais de cada

estudante, entre as quais destacam-se: adaptação de recursos instrucionais, material pedagógico e equipamentos; adaptação de recursos físicos, com a eliminação de barreiras arquitetônicas e adequação de ambiente de comunicação; apoio especializado necessário, como intérprete de línguas de sinais; proposta de adaptações para atividades avaliativas.

6.5 DISCIPLINA DE LIBRAS

A proposta curricular do curso de Pedagogia tem por base a legislação educacional brasileira em vigor, as normativas e resoluções do CNE, as emanções do próprio MEC, no que diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais para os diversos cursos de licenciaturas e para a Pedagogia.

Nesta proposta, adota-se o EIXO TEMÁTICO como fundamento que expressa nossa visão de formação didático-pedagógica, caracterizando, assim, nossa compreensão de ciência como construção humana, histórica, situada, contextualizada, inter-relacionada, organizada e reorganizada por e entre sujeitos, que situam vivendo e convivendo em espaços de intencionalidades dos mais diversos matizes. Desta maneira, o EIXO TEMÁTICO não comporta a concepção de “grade curricular”, que está calcada em uma visão de ciência fragmentada, dividida, em que não há lugar para a inter-relação, a interdisciplinaridade, a transversalidade dos conteúdos, com vistas ao respeito e à valorização da cidadania e dos direitos humanos, conforme estabelece o art. 5.º da Resolução n. 01, de 30 de maio de 2012.

A proposta de formação alicerçada sob o EIXO TEMÁTICO está referenciada na concepção de currículo como o conjunto articulado de conhecimentos e saberes historicamente construídos, e/ou em processo de construção, que são trabalhados interdisciplinarmente e pertencentes ao processo de formação pessoal e profissional como um todo desenvolvido na Universidade.

A organização curricular para o curso de Pedagogia Presencial, com base nos EIXOS TEMÁTICOS, contempla três dimensões: Docência, Gestão Democrática e Pesquisa que, concomitante aos demais conteúdos, organizados em Núcleos de Estudos, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006) e a Resolução n. 2 de 1 de julho de 2015, propõem a formação em áreas específicas, que se desenvolverão ao longo de todo o curso de Pedagogia e que possibilitarão uma sólida formação profissional e pessoal, capaz de fazer diferença no processo de formação profissional, o que refletirá diretamente na construção da sociedade brasileira.

O “Eixo de fundamentos das práticas educativas e diversidade” contempla os conteúdos norteadores da ação pedagógica nos diferentes espaços educativos. Consideram-se a diversidade e a abordagem multicultural como principal base para promoção de práticas educativas inclusivas. Neste eixo a disciplina de Língua Brasileira de Sinais é ofertada no 6.º período do curso, contabilizando a carga horária de 85h/a, em cumprimento ao Decreto n. 5.626/2005. Ainda, essa disciplina é precedida pela disciplina GDE146, também obrigatória, que trata sobre os fundamentos, políticas e práticas na educação inclusiva.

6.6 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em 2008, a UFLA apresentou o Plano Ambiental e de Infraestrutura. Tal projeto destaca a criação da Diretoria de Meio Ambiente; a implantação de Programas, como o de Gerenciamento de Resíduos Químicos, de tratamento dos resíduos sólidos; de saneamento básico; a instalação da estação de tratamento de esgoto; as construções ecologicamente corretas; a proteção de nascentes e matas ciliares; a prevenção e controle de incêndios; a prevenção de endemias; a gestão de energia; a implantação do sistema de coleta das águas da chuva; o plantio de 50 mil mudas (espécies nativas e frutíferas); troca de copos plásticos por canecas (campanha UFLA Recicla); e o treinamento de técnicos e estudantes de pós-graduação para serem multiplicadores de boas práticas de uso e reuso de matérias-primas utilizadas em pesquisa. Muitas dessas metas já foram atingidas e outras estão em contínuas adaptações para que problemas ambientais atuais possam ser resolvidos e possíveis problemas futuros possam ser prevenidos.

Desde então, a UFLA tem conquistado prêmios relacionados à educação e gestão ambiental de relevância nacional e internacional. No dia 13 de maio de 2016, durante uma conferência internacional realizada na Universidade de Berna na Suíça, a UFLA foi a segunda universidade do mundo a ser contemplada com o certificado *Blue University*. Tal reconhecimento internacional foi fruto das ações do Plano Ambiental e Estruturante, que conduziu a UFLA ao status de universidade mais sustentável do país, tornando-a um exemplo internacional de gestão ambiental. Para ser condecorada com o certificado *Blue University*, a UFLA atendeu os seguintes critérios: 1) reconhece a água como um direito humano; 2) promove o consumo de água por meio de infraestrutura pública e gratuita; 3) a gestão da água é de forma responsável; 4) mantém serviços de tratamento da água para consumo e residuais; 5) cultiva parcerias para defender o direito à água em nível internacional e 6) desenvolve

pesquisas sobre a gestão sustentável da água. O *Blue University* atesta que a Universidade é uma instituição que pratica e defende os recursos hídricos compartilhados. Um reconhecimento de que a Universidade preza pela produção, tratamento, uso e reaproveitamento da água. O certificado reforça os ideais da UFLA no que tange à conservação do meio ambiente, em três vertentes fundamentais: formação de profissionais mais conscientes e com vivência de práticas de sustentabilidade tornando-se embaixadores dessa causa no mercado de trabalho; incentivar que a extensão universitária compartilhe soluções e práticas reais para a transformação da sociedade; e, por fim, ampliar a rede de colaboradores e parceiros, para a definição de políticas que sejam de convergência com o desenvolvimento sustentável.

A estrutura da Estação de Tratamento de Água da UFLA permite o processamento de 1,6 milhão de litros de água por dia. A utilização da água de reservas próprias e o tratamento de esgoto possibilitam uma economia financeira de R\$ 6 milhões ao ano, recursos que são aplicados na melhoria da qualidade do ensino. O tratamento da água e do esgoto pela instituição contribui para o desempenho positivo na área ambiental, é fonte de pesquisa para iniciação científica e pós-graduação, além de constituir espaço de ensino em que os estudantes podem ter acesso a laboratórios reais de tratamento de água e de esgoto. Além do tratamento da água e do esgoto, a UFLA possui outras medidas ambientais em andamento como proteção da nascente principal e a revegetação de nascentes. Dentro desse contexto, a UFLA é a única universidade do país, autossuficiente na produção de água, sendo esse um dos principais motivos para o recebimento do certificado *Blue University*. Além deste certificado, um dos mais expressivos certificados que a Universidade já ganhou durante toda a sua história, a UFLA conquistou vários prêmios nacionais e desde 2013 vem ocupando a primeira colocação na América Latina no principal ranking internacional de sustentabilidade (*GreenMetric World University Ranking*) e passou a ser reconhecida como “Eco Universidade”.

Dentro da política ambiental da UFLA e no âmbito do curso de Pedagogia, a educação ambiental é integrada às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, ou seja, questões ambientais são abordadas na maioria das disciplinas de acordo com suas relevâncias em relação às ementas. Em adição, disciplinas específicas são oferecidas com caráter socioambiental, as disciplinas GDE 150 Educação, meio ambiente e agroecologia, de caráter obrigatório, que visa discutir sobre cultura e sustentabilidade, conceitos e concepções em educação e educação ambiental, legislação e políticas públicas na perspectiva da Sustentabilidade Socioambiental, as relações entre currículo, meio ambiente e educação

ambiental, dentre outros temas e, a GDI 103, Direitos Humanos, meio ambiente e acessibilidade, eletiva, que também trata da temática, atendendo a lei n. 9795/99 e o decreto 4281/02. Além disso, no eixo de Prática educativa e didática temos a disciplina GDE 169 Metodologia das Ciências da natureza que também contempla o tema meio ambiente.

6.7 DOCENTES POR DISCIPLINAS

O curso contará com um contingente de docentes e técnicos que já atuam no DED e, de acordo com as demandas relacionadas abaixo, observando o previsto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/1996), na Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais”; no Decreto 94.664, de 23/07/1987, que aprova o plano único de classificação e retribuição de cargos e empregos de que trata a Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987; no PDI/UFLA e no Projeto Pedagógico do Curso.

Os docentes pertencentes ao quadro efetivo da UFLA, relacionados nos quadros a seguir, são os responsáveis pelo desenvolvimento das disciplinas do Curso de Licenciatura de Pedagogia. Destaca-se que os docentes envolvidos com a realização desse projeto serão vinculados ao Departamento de Educação, não causando impacto de carga horária em outros departamentos.

Pelo estudo realizado sobre ocupação docente por meio do Relatório de Atividades Docentes (RAD) nos últimos dois anos, observou-se que a carga horária de ensino na graduação tem variado entre 8 e 14 h/a semanais. Destaca-se que a maioria dos docentes também atua em disciplinas do curso de Pedagogia na modalidade a distância, em outros cursos de licenciaturas, presenciais e a distância, como Letras-Português, Letras-Inglês e Filosofia, em cursos de extensão/aperfeiçoamento/especialização e no Programa de Pós-Graduação em Educação com o curso de Mestrado Profissional em Educação (MPE).

Quadro 10 - Relação dos Docentes para as disciplinas

CURSO DE PEDAGOGIA		
PRIMEIRO PERÍODO		
Código	DISCILINA	DOCENTES
GDE135	Política e Organização da Educação Básica I - POEB I	Dr. Cláudio Lúcio Mendes
GDE136	Sociologia e formação docente	Ms. Ellen Maira Alcântara Laudares
GDE137	História da Educação I	Dr. Ângelo Constâncio Rodrigues
GDE193	Introdução à Pedagogia	Dra. Francine de Paulo Martins Lima
GDE194	Linguagem, leitura e produção textual	Dra. Luciana Soares da Silva
SEGUNDO PERÍODO		
GDE195	Política e Organização da Educação Básica II- POEB II	Dr. Cláudio Lúcio Mendes
GDE207	Filosofia da Educação I	Dr. Vanderlei Barbosa
GDE145	História da Educação II	Dr. Ângelo Constâncio Rodrigues
GDE146	Educação inclusiva: fundamentos, políticas e práticas escolares	Ms. Josiane Marques da Costa
GDE138	Didática	Dra. Francine de Paulo Martins Lima
TERCEIRO PERÍODO		
GDE147	Filosofia da Educação II	Dr. Carlos Betlinski
GDE148	Psicologia da Educação I	Dra. Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões
GDE196	Metodologia da Arte	Dra. Dalva de Souza Lobo
GDE150	Educação, Ambiente e Agroecologia	Dra. Jaquecline Magalhães Alves
GDE151	Práticas Pedagógicas com Tecnologias Digitais	Dr. Ronei Ximenes Martins
	ELETIVA	
	ELETIVA	
QUARTO PERÍODO		
GDE152	Psicologia da Educação II	Dra. Larissa Figueiredo

		Salmen Seixlack Bulhões
GDE197	Gestão Educacional: fundamentos	Dra. Giovanna Rodrigues Cabral
GDE198	Metodologia do Ensino de História e Geografia	Dra. Elaine das Graças Frade
GDE155	Escola e Currículo	Dr. Cláudio Lúcio Mendes
	ELETIVA	
	ELETIVA	
QUINTO PERÍODO		
GDE199	Gestão educacional: coordenação e planejamento	Dra. Giovanna Rodrigues Cabral
GDE157	Fundamentos da educação infantil	Dra. Ellen de Lima Souza
GDE209	Linguagem oral e escrita	Dra. Ilsa do Carmo Vieira Goulart
GDE159	Linguagens na educação infantil: arte, mídia e corpo	Dra. Dalva de Souza Lobo
GDE160	Práticas educativas em Gestão Educacional	Dra. Giovanna Rodrigues Cabral
PRG1036	Estágio em Gestão Educacional	Dra. Giovanna Rodrigues Cabral
	ELETIVA	
SEXTO PERÍODO		
GDE161	O lúdico na educação infantil	Dra. Ellen de Lima Souza
GDE200	Metodologia de Pesquisa em Educação	Dr. Ronei Ximenes Martins
GDE201	Literatura infanto-juvenil	Dra. Dalva de Souza Lobo
GDE164	Introdução à Língua Brasileira de Sinais	Ms. Josiane Marques da Costa
GDE166	Práticas Educativas na Educação Infantil	Ms. Ms. Ellen Maira Alcântara Laudares
PRG1136	Estágio em Docência na Educação Infantil	Ms. Ellen Maira Alcântara Laudares
PRG336	TCC-01	Dra. Fernanda Ferrari
	ELETIVA	
SÉTIMO PERÍODO		
GDE202	Avaliação Educacional	Ms. Ellen Maira Alcântara Laudares
GDE168	Alfabetização e Letramento em Matemática	Dra. Fernanda Ferrari

GDE169	Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza	Dra. Jacqueline Magalhães Alves
GDE160	Práticas em Alfabetização e Letramento	Dra. Ilsa do Carmo Vieira Goulart
GDE171	Alfabetização e Letramento	Dra. Luciana Soares da Silva
PRG1236	Estágio em Alfabetização e Letramento	Dra. Ilsa do Carmo Vieira Goulart
GDE165	História e culturas afro-brasileiras e indígenas	Dra. Ellen de Lima Souza
PRG536	TCC-02	Dra. Fernanda Ferrari
OITAVO PERÍODO		
GDE172	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	Dra. Luciana Soares da Silva
GDE203	Metodologia do Ensino da Matemática	Dra. Fernanda Ferrari
GDE174	Educação, Gênero e Sexualidades	Ms. Ellen Maira Alcântara Laudares
GDE175	Práticas nos anos Iniciais do Ensino Fundamental	Dra. Francine de Paulo Martins Lima
PRG1336	Estágio em Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental	Dra. Francine de Paulo Martins Lima
GDE204	Pedagogia em ambientes não escolares	Dr. Celso Vallin
PRG736	TCC-03	Dra. Fernanda Ferrari
NONO PERÍODO		
GDE176	Metodologia do ensino do movimento corporal	Dra. Lucina Azevedo Rodrigues
GDE205	Educação de Jovens e Adultos	Ms. Ellen Maira Alcântara Laudares
GDE179	Educação do campo	Dr. Celso Vallin
GDE206	Práticas educativas em EJA e ambientes não-escolares	Dr. Celso Vallin
PRG1436	Estágio em Docência em EJA ou em ambientes não-escolares	Dr. Celso Vallin
PRG936	TCC-04	Dra. Fernanda Ferrari

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1997.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 abr. 2002.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, 04 mar. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 4.059**, de 10 de dezembro de 2004. DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 maio 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília: INEP, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12780&Itemid=865 . Acesso em 21 maio 2014.

BRASIL. Resolução CNE/2015 n.2 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial do União**, Brasília, 25 jun. 2015.

EDITORIAL. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, abr., 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Esperança**. Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1998.

LISTON, D.; ZEICHNER, K. **Formación Del profesorado y condiciones sociales de la escolarización.** Madrid. Morata, 1997.

NÓVOA, Antônio (org.). **Profissão Professor.** Portugal: Porto Editora, 1995.

PEREIRA, E. M. A.; CORTELAZZO, A. L. Flexibilidade Curricular: a experiência em desenvolvimento na UNICAMP. In: _____. Avaliação: rede de avaliação Institucional da Educação Superior, **RAIES**, v. 7, n. 4, 2002.

PEREIRA, J. E. Diniz. As Licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Educação e Sociedade**, Cedes, Campinas, nº 69, 1999.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, Antônio. **Profissão Professor.** Portugal: Porto Editora, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Projeto político pedagógico do curso de Pedagogia na modalidade a distância**, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2011-2015.** Lavras, 2010. Disponível em: <http://UFLA.br/pdi/>. Acesso em: 07 nov. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Projeto Pedagógico Institucional. PPI 2015. Lavras, 2015. Disponível em: <http://www.UFLA.br/ascom/wp-content/uploads/2015/06/PPI.pdf> Acesso em: 07 nov. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Centro de Educação Aberta e a Distância. **Projeto Político-Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia para Educação Infantil na modalidade a distância.** 2005

WEBER, Silke. Como e onde formar professores: espaços de confronto. **Educação e Sociedade**, Cedes, Campinas, n. 70, 2000.

ANEXOS

Anexo A - Matriz curricular (atual e anteriores)

Anexo B – Ementário

Anexo C - Regulamentos (TCC, Estágio, Atividades complementares, outros)

Anexo D - Legislações pertinentes ao curso: Portarias – coordenação do curso, composição do colegiado, composição do NDE.

Mencionar Legislações específicas da UFLA

MATRIZ 2017/2

Período	Código da Disciplina	Disciplina	Créditos					Hora Prática		HORA AULA	Tipo
				Cred.Teo	Cred Prát	Prática CC	H prát. c c	Cálculo			
1º	GDE135	Política e Organização da Educação Básica I - Poeb I	4	4		0	0	0	57	68	OB
1º	GDE136	Sociologia e Formação Docente	5	4		1	17	0	71	85	OB
1º	GDE137	História da Educação I	4	4				0	57	68	OB
1º	GDE193	Introdução à Pedagogia	4	2	2			0	57	68	OB
1º	GDE194	Linguagem, Leitura e Produção Textual	5	2	2	1	17	34	71	85	OB
1º		Subtotal:	22	16	2	2	17	34	312	374	
2º	GDE195	Política e Organização da Educação Básica II - Poeb II	5	4		1	17	0	71	85	OB
2º	GDE207	Filosofia da Educação I	4	4					57	68	OB
2º	GDE145	História da Educação II	4	4				0	57	68	OB
2º	GDE146	Educação Inclusiva: Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares	5	4		1	17		71	85	OB
2º	GDE138	Didática	5	2	2	1	17	34	71	85	OB
2º		Subtotal:	23	18	2	3	51	34	326	391	
3º	GDE147	Filosofia da Educação II	4	4					57	68	OB
3º	GDE148	Psicologia da Educação I	5	4		1	17		71	85	OB
3º	GDE196	Metodologia do Ensino de Arte	5	2	2	1	17	34	71	85	OB
3º	GDE150	Educação, Ambiente e Agroecologia	3	2		1	17		43	51	OB
3º	GDE151	Práticas Pedagógicas com Tecnologias Digitais	2	1	1			17	28	34	OB
3º		Eletiva	2	2				0	28	34	EL
3º		Eletiva	2	2				0	28	34	EL
3º		Subtotal:	23	17	3	3	51	51	326	391	
4º	GDE152	Psicologia da Educação II	5	4		1	17		71	85	OB
4º	GDE197	Gestão Educacional: Fundamentos	5	4		1	17	0	71	85	OB
4º	GDE198	Metodologia do Ensino de História e Geografia	5	2	2	1	17	34	71	85	OB
4º	GDE155	Escola e Currículo	5	4		1	17		71	85	OB
4º		Eletiva	2	2				0	28	34	EL
4º		Eletiva	2	2				0	28	34	EL
4º		Subtotal:	24	18	2	4	34	34	340	408	
5º	GDE199	Gestão Educacional: Coordenação e Planejamento	4	2	2	0	0	34	57	68	OB
5º	GDE157	Fundamentos da Educação Infantil	5	4		1	17		71	85	OB
5º	GDE209	Linguagem Oral e Escrita	5	4		1	17		71	85	OB
5º	GDE159	Linguagens na Educação Infantil: Arte, Mídia e Corpo	5	2	2	1	17	34	71	85	OB
5º	GDE160	Práticas Educativas em Gestão Educacional	2		2			34	28	34	OB
5º	PRG1036	Estágio em Gestão Educacional	0	0	0	0		0	0	0	ES
5º		Eletiva	2	2		0		0	28	34	EL
5º		Subtotal:	23	14	6	3	51	102	326	391	
6º	GDE161	O Lúdico na Educação Infantil	5	2	2	1	17	34	71	85	OB
6º	GDE200	Metodologia de Pesquisa em Educação	5	2	2	1	17	34	71	85	OB
6º	GDE201	Literatura Infanto-Juvenil	5	2	2	1	17	34	71	85	OB
6º	GDE164	Introdução à Linguagem Brasileira de Sinais	5	4		1	17		71	85	OB
6º	GDE166	Práticas Educativas em Educação Infantil	2		2			34	28	34	OB

Período	Código da Disciplina	Disciplina	Créditos					Hora Prática		HORA AULA	Tipo
				Cred.Teo	Cred Prát	Prática CC	H prát. c c		Cálculo		
6º	PRG1136	Estágio em Docência da Educação Infantil	0	0				0	0	0	ES
6º	PRG336	TCC01 - Trabalho de Conclusão de Curso I	2	0	2			0	28	34	TC
6º		Subtotal:	24	10	8	4	34	136	340	408	
7º	GDE202	Avaliação Educacional	5	4		1	17	0	71	85	OB
7º	GDE168	Alfabetização e Letramento em Matemática	3	2		1	17		43	51	OB
7º	GDE171	Alfabetização e Letramento	5	2	2	1	17	34	71	85	OB
7º	GDE169	Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza	5	2	2	1	17	34	71	85	OB
7º	GDE170	Práticas em Alfabetização e Letramento	2		2			34	28	34	OB
7º	PRG1236	Estágio em Alfabetização e Letramento	0	0		0		0	0	0	ES
7º	PRG536	TCC02 - Trabalho de Conclusão de Curso II	2	0	2				28	34	TC
7º	GDE165	História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas	2	2					28	34	OB
7º		Subtotal:	24	12	6	4	68	102	340	408	
8º	GDE172	Metolodogia do Ensino da Língua Portuguesa	5	2	2	1	17	34	71	85	OB
8º	GDE203	Metodologia do Ensino de Matemática	3	2		1	17		43	51	OB
8º	GDE174	Educação, Gênero e Sexualidades	2	2					28	34	OB
8º	GDE175	Práticas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2		2			34	28	34	OB
8º	PRG1336	Estágio em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	0	0	0	0	0	0	0	0	ES
8º	PRG736	TCC03 - Trabalho de Conclusão de Curso III	2		2			34	28	34	TC
8º	GDE204	Pedagogia em Ambientes Não Escolares	3	2		1	17		43	51	OB
8º		Subtotal:	17	8	6	3	51	102	241	289	
9º	GDE176	Metodologia do Ensino do Movimento Corporal	5	2	2	1	17	34	71	85	OB
9º	GDE205	Educação de Jovens e Adultos	3	1	1	1	17	17	43	51	OB
9º	GDE179	Educação do Campo	3	2		1	17		43	51	OB
9º	GDE206	Práticas Educativas em EJA ou em Ambientes Não Escolares	2	1	1	0	0	17	28	34	OB
9º	PRG1436	Estágio em Docência EJA ou em Ambientes Não Escolares	0	0	0	0	0	0	0	0	ES
9º	PRG936	TCC04 - Trabalho de Conclusão de Curso IV	2		2			34	28	34	TC
9º		Subtotal:	15	6	6	4	51	102	213	255	

Legenda:

195

125

41

29

493

697

2762,5

3.315

0

Obs: Obrigatória; EL: Eletiva; ES: Estágio; TCC:Trabalho Conclusão de Curso

Descrição - Cálculo em horas relógio	Horas	H/a
Disciplinas obrigatórias e eletivas	2.762,5	3.315
Estágio	400,0	480
Atividades complementares	204,0	17
Práticas como componente curriculares	410,0	0
Total:	3.366,5	3.812

Obs.Prática como comp curricular computado como 29 créditos totalizando 493 h/a;
Descontados de 3315, teremos 410 horas relógio.

MATRIZ 2015/1

Período	Código da Disciplina	Disciplina	Créditos					Hora Prática		Hora Teórica	Tipo
				Cred.Teo	Cred Prát	Prática C C	H prát. c c		Cálculo		
1º	GDE135	Política e Organização da Educação Básica I - Poeb I	4	4		0		0		68	OB
1º	GDE136	Sociologia e Formação Docente	5	4		1	17	0	57	68	OB
1º	GDE137	História da Educação I	4	4		0		0	57	68	OB
1º	GDE138	Didática	5	2	2	1	17	34	28	34	OB
1º	GDE139	Linguagem, Leitura e Produção Textual	4	2	1	1	17	17	28	34	OB
1º		Subtotal:	22	16	3	3	51	51	227	272	
2º	GDE142	Política e Organização da Educação Básica II - Poeb II	4	3		1	17	0	43	51	OB
2º	GDE143	Filosofia da Educação I	5	4		1	17		57	68	OB
2º	GDE145	História da Educação II	4	4		0		0	57	68	OB
2º	GDE146	Educação Inclusiva: Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares	5	4		1	17		57	68	OB
2º		Eletiva	2	2		0		0	28	34	EL
2º		Eletiva	2	2		0		0	28	34	EL
2º		Subtotal:	22	19	0	3	51	0	269	323	
3º	GDE147	Filosofia da Educação II	4	4		0		0	57	68	OB
3º	GDE148	Psicologia da Educação I	5	4		1	17		57	68	OB
3º	GDE149	Metodologia do Ensino de Arte	4	2	1	1	17	17	28	34	OB
3º	GDE150	Educação, Ambiente e Agroecologia	3	2		1	17		28	34	OB
3º	GDE151	Práticas Pedagógicas com Tecnologias Digitais	2	1	1	0		17	14	17	OB
3º		Eletiva	2	2		0		0	28	34	EL
3º		Eletiva	2	2		0		0	28	34	EL
3º		Subtotal:	22	17	2	3	51	34	241	289	
4º	GDE152	Psicologia da Educação II	5	4		1	17		57	68	OB
4º	GDE153	Gestão Educacional: Fundamentos	4	4		0		0	57	68	OB
4º	GDE154	Metodologia do Ensino de História e Geografia	4	2	2	0		34	28	34	OB
4º	GDE155	Escola e Currículo	5	4		1	17		57	68	OB
4º		Eletiva	2	2		0		0	28	34	EL
4º		Eletiva	2	2		0		0	28	34	EL
4º		Subtotal:	22	18	2	2	34	34	255	306	
5º	GDE156	Gestão Educacional: Coordenação e Planejamento	4	2	1	1	17	17	28	34	OB
5º	GDE157	Fundamentos da Educação Infantil	5	4		1	17		57	68	OB
5º	GDE158	Linguagem Oral e Escrita	4	3		1	17	0	43	51	OB
5º	GDE159	Linguagens na Educação Infantil: Arte, Mídia e Corpo	5	2	2	1	17	34	28	34	OB
5º	GDE160	Práticas Educativas em Gestão Educacional	2	1	1	0	0	17	14	17	OB
5º	PRG136	Estágio em Gestão Educacional	0	0		0		0	0	0	ES
5º		Eletiva	2	2		0		0	28	34	EL
5º		Subtotal:	22	14	4	4	68	68	198	238	
6º	GDE161	O Lúdico na Educação Infantil	5	2	2	1	17	34	28	34	OB
6º	GDE162	Metodologia de Pesquisa em Educação	4	2	1	1	17	17	28	34	OB
6º	GDE163	Literatura Infanto-Juvenil	4	3		1	17	0	43	51	OB
6º	GDE164	Introdução à Língua Brasileira de Sinais	5	4		1	17		57	68	OB

Período	Código da Disciplina	Disciplina	Créditos					Hora Prática		Hora Teórica	Tipo
				Cred.Teo	Cred Prát	Prática CC	H prát. c c		Cálculo		
6º	PRG336	TCC01 - Trabalho de Conclusão de Curso I	2	2	0	0	0	0	28	34	TC
6º	GDE166	Práticas Educativas em Educação Infantil	2	1	1	0	0	17	14	17	OB
6º	PRG236	Estágio em Docência da Educação Infantil	0	0				0	0	0	ES
6º		Eletiva	2	2	0	0		0	28	34	EL
6º		Subtotal:	24	16	4	4	68	68	227	272	
7º	GDE167	Avaliação Educacional	4	3		1	17	0	43	51	OB
7º	GDE168	Alfabetização e Letramento em Matemática	3	2		1	17		28	34	OB
7º	GDE171	Alfabetização e Letramento	5	2	2	1	17	34	28	34	OB
7º	GDE169	Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza	4	2	1	1	17	17	28	34	OB
7º	GDE170	Práticas em Alfabetização e Letramento	2	1	1	0	0	17	14	17	OB
7º	PRG436	Estágio em Alfabetização e Letramento	0	0		0		0	0	0	ES
7º	PRG536	TCC02 - Trabalho de Conclusão de Curso II	2	2	0	0		0	28	34	TC
7º	GDE165	História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas	2	2		0		0	28	34	OB
7º		Subtotal:	22	14	4	4	68	68	198	238	
8º	GDE172	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	5	2	2	1	17	34	28	34	OB
8º	GDE173	Metodologia do Ensino de Matemática	4	3		1	17	0	43	51	OB
8º	GDE174	Educação, Gênero e Sexualidades	3	2		1	17		28	34	OB
8º	GDE175	Práticas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2	1	1	0		17	14	17	OB
8º	PRG636	Estágio em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	0	0		0		0	0	0	ES
8º	PRG736	TCC03 - Trabalho de Conclusão de Curso III	2	0	2	0		34	0	0	TC
8º	GDE178	Pedagogia em Ambientes Não Escolares	2	2		0		0	28	34	OB
8º		Subtotal:	18	10	5	3	51	85	142	170	
9º	GDE176	Metodologia do Ensino do Movimento Corporal	5	2	2	1	17	34	28	34	OB
9º	GDE177	Educação de Jovens e Adultos	2	1		1	17	0	14	17	OB
9º	GDE179	Educação do Campo	3	2		1	17		28	34	OB
9º	GDE180	Práticas Educativas em EJA ou em Ambientes Não Escolares	2	1	1	0	0	17	14	17	OB
9º	PRG836	Estágio em Docência EJA ou em Ambientes Não Escolares	0	0		0		0	0	0	ES
9º	PRG936	TCC04 - Trabalho de Conclusão de Curso IV	4	0	4	0		68	0	0	TC
9º		Subtotal:	16	6	7	3	51	119	85	102	

Legenda:

OB: Obrigatória; EL: Eletiva; ES: Estágio; TCC: Trabalho Conclusão de Curso

Descrição - Cálculo em horas relógio	Horas
Disciplinas obrigatórias	2.439,7
Disciplinas eletivas	368,3
Estário	425,0
Atividades Complementares	204,0
Total:	3.437,0

ANEXOS
EMENTÁRIO

PRIMEIRO PERÍODO					
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE193	INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA	4	2	2	68
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Fundamentos epistemológicos da Pedagogia. A construção do pensamento pedagógico e seus precursores. História da Pedagogia no Brasil. A educação como objeto de estudo da Pedagogia e suas diferentes modalidades. A formação do pedagogo: identidade profissional e campo de atuação. Análise teórica e prática dos campos de atuação do pedagogo.					
Conteúdo Programático Unidade I: Fundamentos epistemológicos da Pedagogia e formação do Pedagogo no Brasil - A construção do pensamento pedagógico e seus precursores - História da Pedagogia no Brasil. Unidade II: A formação do pedagogo: identidade profissional e campo de atuação. - A educação como objeto de estudo da Pedagogia e suas diferentes modalidades - Estudo e análise dos campos de atuação do Pedagogo - Atividades teóricas e práticas de aproximação com o campo profissional do pedagogo - Identidade profissional Unidade III: Trajetória acadêmica no Curso de Pedagogia e constituição da identidade profissional					
Bibliografia Básica LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê? 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. GHIRALDELLI, J. Paulo. O que é Pedagogia. São Paulo: Brasiliense, 2010. FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e prática docente. Cortez: São Paulo, 2015. Bibliografia Complementar ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010. CORTELA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. Cortez, 2010. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. LIBÂNEO, J. C.; ALVES, N. (Orgs.) Temas em Pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo, Cortez, 2012. PIMENTA, S. Garrido. (Org.). Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez, 2001.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE135	POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PROEB I	4	4	0	68
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Estudo analítico das políticas educacionais no Brasil com destaque para: a relação Estado e políticas educacionais; a política educacional no contexto das políticas públicas; organizações dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais e os contextos internacionais; organização da educação básica e do ensino superior; impasses e perspectivas das políticas atuais em relação à educação.					
Conteúdo Programático Unidade I: Estado e políticas públicas Introdução ao tema de políticas públicas educacionais: conceitos fundamentais de política, Estado, políticas educacionais; Relações federativas nas políticas sociais; Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino pós LDB 9394/96; Relações entre esferas governamentais na Educação. Unidade II: Organização dos sistemas de ensino e da educação básica Contexto nacional e internacional; Educação na Constituição de 1988; Estudo da LDB 9394/93 - Educação básica como direito; Organização da educação básica. Unidade III: Atuais políticas e programas para Educação - perspectivas e dilemas Atuais políticas para educação; Plano de Desenvolvimento da Educação: conceitos subjacentes e ações; Estudo dirigido sobre políticas e programas.					
Bibliografia Básica BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. CUNHA, Luiz Antonio. Educação, estado e democracia no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 1991. MENDES, Valdelaine. Democracia participativa e educação: a sociedade e os rumos da escola pública. São Paulo: Cortez Editora, 2009.					
Bibliografia Complementar BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (1996). LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei 9.394/1996. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2010. BRZEZINSKI, Iria. LDB/1996 Contemporânea - contradições, tensões, compromisso. São Paulo: Ed Cortez, 2014. COSTA, Vera Lúcia Cabral. Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento. São Paulo: Cortez, 1999. LIBÂNEO, José C., OLIVEIRA, João F.; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. RONCA, Antônio Carlos C.; RAMOS, Mozart Neves (Orgs.). Da CONAE ao PNE 2011-2020 – Contribuições do Conselho Nacional de Educação. São Paulo: Moderna, 2014.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR.	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE137	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO I	4	68	0	68
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Introdução à História e História da Educação; estudo da educação através da história: as civilizações da antiguidade; a educação nos períodos medieval e moderno e a contemporaneidade educacional.					
Conteúdo Programático 1.Introdução: História e História da Educação: aproximações da teoria da História; História da História: concepções historiográficas: antigas, modernas e contemporâneas; História da Educação: conceito, teóricos, relações com a pedagogia; 2.Antiguidade Oriental: contexto histórico: primeiras civilizações, escrita; Educação e Pedagogia: educação tradicional, Egito, Mesopotâmia, Índia, China, Hebreus, panorama atual; 3.Antiguidade Grega: contexto histórico: da Civilização Micênica ao Período Helenístico; Educação: a formação integral (a Paidéia); as Origens: Homero; Os modelos de educação: Esparta e Atenas; Educação no Período Helenístico; Pedagogia: A pedagogia como reflexão da Paidéia, os Sofistas, Sócrates e Platão, Isócrates e o realismo Aristotélico, Os pós-socráticos; 4.Antiguidade Romana: contexto histórico: Realiza, República e Império; Educação: o sentido da Humanitas; Educação patricia; Educação cosmopolita; Educação no império; Pedagogia: Características gerais; representante; outras tendências; 5.Idade Média: contexto histórico: O Império Bizantino e o Islã; A Europa cristã; Educação: A educação bizantina e islâmica; A Paidéia cristianizada: as escolas monacais e paroquiais, o Renascimento das cidades e as escolas seculares, a formação das “gentes de ofício”, a formação militar, as universidades, a educação das mulheres, o servo da gleba; Pedagogia: Paganismo e cristianismo; Patrística; Os enciclopedistas, A Escolástica; a fase de transição. 6.Renascimento, Reforma e Contra-Reforma: contexto histórico: O Humanismo, Ascensão da burguesia, Reforma e Contra-Reforma; Educação: O colégio; Educação Leiga; Educação religiosa reformada; Reação católica: o colégio jesuíta; Pedagogia: A secularização do pensamento; Os representantes; A pedagogia da Contra-Reforma. 7.O séc. XVII: a pedagogia realista: contexto histórico: O fortalecimento da burguesia, O liberalismo econômico e político, O século do método, A “crise de consciência européia”; Educação: Educação religiosa, Educação pública e as Academias; Pedagogia: A filosofia moderna: racionalismo e empirismo; O realismo na Pedagogia; Locke, Comênius e Fénelon. 8.O séc. XVIII – Século das luzes e o ideal liberal de educação: contexto histórico: As revoluções burguesas; As idéias Iluministas; O despotismo ilustrado; Educação: A tendência liberal e laica; As dificuldades de ensino; Reformas na Alemanha; Portugal e a reforma pombalina; Pedagogia: O pensamento iluminista; A pedagogia de Rousseau; Kant e a pedagogia idealista; A pedagogia em Portugal. 9.O séc. XIX – A educação nacional: contexto histórico: A consolidação do poder burguês; Educação: As características gerais; Educação na Alemanha, França, Inglaterra, e Estados Unidos da América; Pedagogia: O ideário do séc. XIX; Positivismo e ciência; O idealismo; O socialismo; Os principais pedagogos. 10.O séc. XIX – A educação para a democracia: contexto histórico: Os conflitos do séc. XX; Os movimentos sociais de contestação; As mudanças; Educação: O tempo de mudanças; A expansão do ensino; A Escola Nova; A educação de inspiração socialista; O desvio dos Totalitarismos; Aos anos 60; A escola e a sociedade da informação; Pedagogia: A contribuição das ciências; O positivismo; a Fenomenologia, o pragmatismo; A escola nova; As teorias socialistas; A Teoria Crítica e Crítico-Reprodutivista; Teorias Progressistas e Construtivistas; Representantes diversos. 11.Um panorama final – à guisa de conclusão.					
Bibliografia básica: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010. 384 p. MANACORDA, Mario A. Educação da Educação. 12. Ed. SP: Cortes, 2006. 382 p. ZEQUERA, Luz Helena Toro. História da educação em debate. São Paulo: Alínea, 2007. Bibliografia Complementar: EBY, Frederick. História da educação moderna: teoria, organização e práticas educacionais. 2. ed. Porto Alegre: INL, 1976 633 p. HILSDORF, Maria Lucia Spedo. O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 233 p. NUNES, Ruy Afonso da Costa. História da educação na antiguidade cristã: o pensamento educacional dos mestres e escritores cristãos no fim do mundo antigo. São Paulo, SP: EPU, 1978. PONCE, Aníbal. Educação de Luta de Classe. 18. Ed. São Paulo: Ática, 2002. 196 p. CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT. CC	TOT.
GDE136	SOCIOLOGIA E FORMAÇÃO DOCENTE	5	4	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Pensamento sociológico clássico e educação. Teorias da reprodução e educação como prática da liberdade. Educação e Cultura. Desigualdades, diversidades sociais e educação. O lugar da escola na sociedade contemporânea: entre cidadania e pobreza.					
Conteúdo Programático Unidade I – SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO - Perspectivas e discussão inicial - Surgimento da sociologia como ciência - Sociedade, educação e divisão do trabalho Aula Prática: Análise sociológica de artefatos culturais com viés na educação (campus virtual) Unidade II – PENSAMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ILUSÃO E CRÍTICA - Educação vista como fator de equalização social - Educação como fator de reprodução cultural - Educação e cultura Unidade III – PENSAMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO: RESISTÊNCIA CULTURAL, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO - Resistência cultural - Transformação social - Educação como prática da liberdade e emancipação Unidade IV - ESTRUTURA SOCIAL E DESEMPENHO ESCOLAR - Sociedade, cultura e escola - Diversidade e desigualdades sociais na escola - Instituições educativas: família, igreja, escola, grupos diversos, mídia, entre outras. Atividades Práticas como Componente Curricular: Oficina temática interdisciplinar junto à disciplina Linguagem, Leitura e Produção Textual, acerca de questões sociais e educação.					
Bibliografia Básica DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978. FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da educação. São Paulo, SP: Cortez, 2005.					
Bibliografia Complementar ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, Outras Pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012. CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2003. DAYRELL, Juarez (Org.). Múltiplos olhares sobre a educação e a cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996 FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. MANACORDA, M. Marx e a Pedagogia Moderna. São Paulo: Cortez, 1991.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR	PRÁT	PCC	TOT
GDE194	LINGUAGEM, LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	5	2	2	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Discute concepção de linguagem, texto e discurso. Desenvolvimento da competência comunicativa no âmbito da leitura e da produção textual (oral e escrita). Conhecimento e uso do das variações linguísticas conforme as situações comunicativas. Produção, estruturação e padronização dos gêneros textuais acadêmico-científicos. Reflexão sobre os suportes tecnológicos e seu impacto no ensino e aprendizagem da língua materna.						
Conteúdo Programático Unidade I - Conceito de Linguagem - Conceito de Língua - Conceito de Leitura - Conceito de Escrita Aulas Práticas: produção textual individual: mapa conceitual Unidade II - Gêneros discursivos acadêmicos - Resumo Aulas Práticas: produção textual em grupo: resumo Unidade III - Resenha Aulas Práticas: produção textual individual Unidade IV - Artigo científico Aulas Práticas: produção textual em grupo Atividades Práticas como Componente Curricular: Oficina temática interdisciplinar junto à disciplina Sociologia da Educação, acerca de questões sociais e educação.						
Bibliografia Básica DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. KOCH, I. G. Argumentação e linguagem. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2008.						
Bibliografia Complementar BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. BRONCKART, J. P. Atividade de linguagem, texto e discurso: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: EDUC, 2001. KOCH, I. G. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002. MATENCIO, Maria de L. M. Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento. Campinas: Mercado das Letras, 1994. MOTTA-ROTH. Désirée; HENDGES, Graciela Babuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.						

SEGUNDO PERÍODO					
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT. CC	TOT.
GDE195	POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA II – POEB II	5	4	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa As políticas, estrutura e organização da educação escolar no Brasil a partir da década de 1990; a regulamentação do sistema educacional e da educação básica (Constituição, LDB); diretrizes curriculares nacionais para as diferentes modalidades de educação; as políticas educacionais de avaliação da qualidade da educação.					
Conteúdo Programático Unidade 1: As políticas, estrutura e organização da educação escolar no Brasil a partir da década de 1990 Conceitos de Estado e Políticas educacionais; Reforma do Estado Relações federativas nas políticas sociais; Descentralização e Municipalização do Ensino pós LDB 9394/96; Relações entre esferas governamentais na Educação; Unidade 2: Regulamentação do sistema educacional e da educação básica Constituição Federal/88; LDB 9394/93; Estatuto da criança e do adolescente; Plano de desenvolvimento da Educação – PDE/2007; Estudo do Plano Nacional de Educação – Lei Federal 13005/14; Unidade 3: Estudo de políticas públicas atuais para Educação Políticas públicas de financiamento; Políticas públicas de currículo; Políticas públicas de inclusão; Políticas públicas de alfabetização; Políticas públicas de formação de professores; Políticas públicas de avaliação Essa disciplina possui carga horária de Atividades Práticas como Componente Curricular, e, para cumprimento dessa carga horária serão realizados estudos de casos sobre a inserção das políticas públicas estudadas na Unidade 3 em escolas públicas do município de Lavras. Essa atividade será socializada através de Seminários com a participação dos alunos do 1º período.					
Bibliografia Básica ARRETCHE, Marta. Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Ed. FGV (coedição), 2012. LIBÂNEO, José C., OLIVEIRA, João F.; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. MAINARDES, Jefferson. Políticas educacionais - questões e dilemas. São Paulo: Ed Cortez, 2011. Bibliografia Complementar ABRUCIO, Fernando Luiz; RAMOS, Mozart Neves. Regime de Colaboração e associativismo territorial - Arranjos de Desenvolvimento da Educação. São Paulo: Moderna, 2012. BETLINSKI, Carlos. Práticas e perspectivas da gestão escolar democrática. São Paulo: Paulus, 2013. COSTA, Vera Lúcia Cabral; MAIA, Any Marisa; MANDEL, Lúcia Mara (org.). Gestão educacional e descentralização: novos padrões. São Paulo: Cortez Editora, 1997. NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje. São Paulo: Cortez, 1994. VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Política educacional no Brasil: introdução histórica. 3. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2011.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE207	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I	4	4	0	68
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa A educação enquanto objeto da filosofia. A filosofia como pensamento reflexivo e crítico da formação e da cultura. Os sentidos de formação na antiga Grécia e outras sociedades pré-capitalistas. A importância da <i>paideia</i> grega e cristã para pensar os processos educativos das sociedades modernas e as possibilidades de processos pedagógicos comprometidos com a formação humana.					
Conteúdo Programático Unidade I – Introdução à Filosofia da Educação - Esta unidade tem como principal objetivo definir os conceitos de Filosofia e Educação, bem como apresentar as origens e características do pensamento filosófico e, ainda, apresentar a Filosofia clássica e medieval e seus principais expoentes. Unidade II – Estudo Teórico - Esta unidade tem como propósito buscar, ancorado nos teóricos, os fundamentos da Filosofia e da Educação, isto é, que os discentes tenham o máximo de apropriação possível dos principais conceitos da disciplina. Unidade III – Análise de Conjuntura - Esta unidade tem como finalidade fazer uma análise de conjuntura sobre a geopolítica mundial - globalização, complexidade e sociedade do conhecimento - e da realidade brasileira - contexto político, social, cultural e educacional - salientando a dimensão prática e ou a incidência da Filosofia na leitura da realidade. Unidade IV – O lugar da Filosofia na formação cultural - Esta última unidade tem como escopo provocar nos discentes, à maneira socrática, o reconhecimento do que realmente conhecem, ou seja, olhar para a própria experiência de vida e para a trajetória formativa e humildemente reconhecer o significado do "só sei que nada sei".					
Bibliografia Básica JAEGER, Werner Wilhelm. Paidéia: a formação do homem grego. 4. ed. São Paulo, SP: M. Fontes, 2003. PLATÃO. Diálogos I: Teeteto (ou do conhecimento), Sofista (ou do ser), Protágoras (ou sofistas) / Platão; tradução, textos complementares e notas Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2007. PLATÃO. A República de Platão. Tradução e organização J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006.					
Bibliografia Complementar AGOSTINHO. Soliloquios; e A vida feliz. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2010. 157 MATOS, Olgária. Filosofia, a polifonia da razão: filosofia e educação. São Paulo: Scipione, 1996. PAGNI, Pedro Ângelo & SILVA, Divino José da. Introdução à filosofia da educação. Campinas: Avercamp Editora, 2007. ROUSSELOT, Pierre. A teoria da inteligência segundo Tomás de Aquino. São Paulo: Loyola, c1999 VERNANT, Jean-Pierre. As origens do pensamento grego. 12. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT. CC	TOT.
GDE146	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS ESCOLARES	5	4	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Conceitos básicos acerca da Educação Inclusiva. Processo histórico da educação inclusiva no Brasil. A dicotomia entre Educação Especial e Educação Inclusiva. Documentos legais que abordam a Educação Inclusiva. As políticas públicas no processo de inclusão educacional e suas implicações no processo pedagógico. Reflexão sobre os tipos deficiência. O papel das instituições educativas e a formação do docente na perspectiva da Educação Inclusiva. Práticas escolares: estratégias, recursos e adaptações de materiais para o trabalho educacional junto a crianças com deficiência.					
Conteúdo Programático Unidade I - Conceituações e nomenclaturas na área da Inclusão - Diversidade e terminologias acerca da inclusão; - Modelos de deficiência: sócio-antropológico e clínico terapêutico. História das pessoas com deficiência; - A questão da Igualdade X Diferença; Unidade II - Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - História das pessoas com deficiência; - Integração e Inclusão Escolar; - Educação Especial; - Inclusão Escolar; Unidade III - Tipos de deficiência e Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Visual; - Deficiência auditiva; - Deficiência intelectual; - Deficiência Física - Atendimento Educacional Especializado - Transtorno Global de desenvolvimento: Síndromes: Down, Autismo e Rett.					
Bibliografia Básica CARVALHO, Rositab Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006. MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 7. ed. São Paulo, SP: Summus, 2006.					
Bibliografia Complementar BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001. _____. Política nacional especial. Brasília: SEESP, 1994. FLORENTINO, Adilson; CASTRO, Ana de Lurdes Barbosa de; CASTELLO BRANCO, Maria Cristina Mello (Org.). A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. FREITAS, M. C. O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência - Cortez Editora, 2012. SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. Bem-vindo à escola: a inclusão nas vozes do cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR.	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE145	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO II	4	4	0	68
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Análise da trajetória da educação brasileira: a educação das 1ª letras na América Portuguesa e no período Imperial; a Educação na 1ª República e seus pressupostos de modernização (as reformas e os grupos escolares); a Educação na Era Vargas: a inserção do Brasil no modelo capitalista industrial (as reformas e a Escola Nova e seu impacto na cultura escolar); o movimento educacional Pós-Varguismo (a educação popular e o início da trajetória das LDBs até o final do regime militar). Finaliza-se com uma abordagem mais contemporânea da educação a partir da concepção de educação básica e ensino superior e as temáticas mais recentes (plano nacional, financiamento da educação, dentre outros).					
Conteúdo Programático 1.Introdução: valor dos estudos da História da Educação; Historiografia da Educação Brasileira: análise das orientações assumidas em sua interpretação; 2.Periodização da Educação Brasileira: a. 1o. PERÍODO: (1549-1808). Consolidação do Modelo Agrário Exportador Dependente. Educação e Civilização. A fase Jesuítica. As Reformas Pombalinas; b. 2º. PERÍODO: (1808 – 1850). Crise Do Modelo Agrário Exportador Dependente. As Contradições Sociais face a Relação Metrópole/Colônia. D. João VI e o Ensino Superior Profissional. A Fase Politicamente Autônoma e a Descentralização da Educação: A Constituição De 1824. Aspectos Quantitativos Da Organização Escolar. c. 3º. PERÍODO: (1850 – 1891) Consolidação e Crise do Modelo Agrário Comercial Exportador Dependente. A fase Imperial: Reformas Couto Ferraz, Leôncio Carvalho e Pareceres de Rui Barbosa. A Organização do Ensino: Aspectos Qualitativos e Quantitativos. d. 4º. PERÍODO: (1891 – 1920) Crise do Modelo Agrário Exportador Dependente e tentativa de industrialização. A Política Educacional da 1ª. República e as Reformas Educacionais: aspectos qualitativos e quantitativos da organização escolar. O Entusiasmo pela Educação. e. 5º. PERÍODO (1920 – 1937). Estruturação do Modelo Nacional Desenvolvimentista com base na Industrialização e a Emergência de Novas Forças Sociais. Os anos 20 e o Pensamento Pedagógico Brasileiro. A renovação da Igreja Católica. A criação da ABE: o Manifesto do Pioneiros da Educação de 1932. A Constituinte de 1934: Conflitos Ideológicos. Aspectos qualitativos e quantitativos da organização escolar. f. 6º. PERÍODO (1937 – 1945). O Modelo Nacional Desenvolvimentista e a Educação no Estado Novo. As Leis Orgânicas. A Constituição de 1946 e o Ante-Projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Aspectos qualitativos e quantitativos da Organização Escolar. g. 7º. PERÍODO (1945 – aos dias atuais). Os debates no Congresso Nacional e a Promulgação da LDB/1961. A Política Educacional pós-64. As Reformas Educacionais: Leis 5540/68, 5692/71. O Pensamento Pedagógico. A LDB/96. As Políticas Públicas para Educação atuais. Aspectos qualitativos e quantitativos; Panorama mais atual da educação.					
Bibliografia Básica ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2010. LIBÂNEO, J. C. et. all. Educação Escolar: política, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007 SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. 203 p.					
Bibliografia Complementar FAVERO, Maria de Lourdes de a. Universidade do Brasil: das origens a construção. Rio de Janeiro: UFRJ/INEP, 2000. 184 p. MOTTA, Rodrigo P. Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014. RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. 21. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil: 1930/1973. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 267 p. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 475 p. VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. Política Educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PRÁT.	PCC	TOT.
GDE138	DIDÁTICA	5	2	2	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Conceitua a Didática como área de conhecimento da Pedagogia e fundamento da docência. Detalha as principais tendências pedagógicas e suas influências nos processos de ensino e de aprendizagem e constituição identitária do professor. Discute a importância da Proposta Pedagógica enquanto documento norteador da instituição escolar e as formas de planejamento e organização da ação docente e suas implicações para o processo de aprendizagem do aluno. Discute, a partir de uma perspectiva dialética e dos pressupostos da Pedagogia Histórico-crítica, a ação docente e discente e a aquisição do conhecimento. Analisa o processo de conversão do conhecimento científico em saber escolar e sua interlocução com a transposição didática.						
Conteúdo Programático Unidade I – Pedagogia e Didática: construindo o olhar para a docência - Conceitos balizadores da Didática e sua interlocução com a Pedagogia e a formação docente - Ser professor na atualidade: mitos e desafios Unidade II – Tendências pedagógicas no Brasil e a ação docente - Tendências pedagógicas e interlocução com a ação docente na atualidade - Tendências Pedagógicas: Perspectiva Liberal: Tradicional; Renovada Progressista e Renovada não-Diretiva; Tecnicismo Educacional Perspectiva Progressista: Libertadora; Libertária; Crítico-social dos Conteúdos Pedagogia Histórico-Crítica: Proposta de superação da crítica em relação às teorias liberal e progressista (reprodutivistas) Unidade III – Planejamento e organização da ação docente - Planejamento e plano: conceitos e interrelações - Tipos de planejamento e projetos didáticos Unidade IV – A constituição do fazer docente e a organização da aula em si - transposição didática na sala de aula. - Saber escolar, Currículo e Didática - Conceituação e articulação com o fazer docente - Transposição didática e a conversão do saber científico em escolar - Análise, organização e elaboração de sequência didática - Processos de ensino e de aprendizagem e o acompanhamento da aprendizagem Atividades Práticas como Componente Curricular Essa disciplina possui carga horária de Atividades Práticas como Componente Curricular e, para cumprimento dessa carga horária, serão propostas situações de análise, sistematização e organização de sequências didáticas e sua aplicabilidade.						
Bibliografia Básica FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Didática e interdisciplinaridade. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. VEIGA, I. P. A. Didática: o ensino e suas relações. Campinas: Papirus, 1996. Bibliografia Complementar CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Org.). Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2001. FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia e prática docente. São Paulo, SP: Cortez, c2012. 239 p. (Docência em formação. Saberes pedagógicos). FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000. GIMENO-SACRISTAN, J; PEREZ GOMEZ, A.I. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. VEIGA, I. (org.). A prática pedagógica do professor de didática. Campinas: Papirus, 2008.						

TERCEIRO PERÍODO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE147	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II	4	4	0	68
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Conceitos e fundamentos filosóficos modernos e contemporâneos comprometidos com a compreensão e a intervenção sobre os processos pedagógicos no sentido da formação para a autonomia. O esclarecimento em Kant. Educação pulsional em Nietzsche. Educação como prática da liberdade em Foucault. Educação como processo de formação cultural e autonomia em Adorno.					
Conteúdo Programático 1. Pedagogia da razão em René Descartes, filosofia do sujeito e educação da infância. 2. Rousseau e a pedagogia natural. 3. Immanuel Kant, iluminismo e educação da infância. 4. Nietzsche e a educação pulsional e crítica à cultura. 5. A crítica da cultura e à indústria cultural a partir da Teoria Crítica da Sociedade. 6. Michael Foucault e a educação nas perspectivas estética e ética. 7 Gilles Deleuze e a subjetivação e experiência de educação.					
Bibliografia Básica SEVERINO Antônio Joaquim; ALMEIDA, Cleide Rita Silvério de; LORIERI; Marcos Antonio (Org.). Perspectivas da filosofia da educação. São Paulo: Editora Cortez, 2011. MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004. RIOS, T. A. Ética e competência. São Paulo: Editora Cortez, 2001. Bibliografia Complementar ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987. KANT, Imanuel. Sobre pedagogia. Trad. Francisco CockFontanella. Piracicaba: Editora Unimep, 1996. PAGNI, Pedro Ângelo; SILVA, Divino José da. Introdução à filosofia da educação. Campinas: Avercamp Editora, 2007. PUCCI, B, ZUIN, A.A.S.; LASTÓRIA, L.A.C.N. (Orgs.). Teoria Crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2010. ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou da educação. São Paulo: Martins Fontes, 1995.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT. CC	TOT.
GDE148	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	5	4	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Introdução ao estudo da Psicologia, escolas psicológicas, psicologia da educação: relações estabelecidas entre a psicologia do desenvolvimento, da aprendizagem, da personalidade e a psicologia social. Principais influências filosóficas nas teorias da aprendizagem, principais teorias da aprendizagem: comportamentalismo, psicanálise, humanismo, interacionismo e sociointeracionismo.					
Conteúdo Programático UNIDADE I - A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE A PSICOLOGIA E A EDUCAÇÃO Pressupostos históricos da relação entre a psicologia e a educação; Fracasso escolar e as concepções históricas de desenvolvimento humano; A patologização e medicalização dos processos educativos; UNIDADE II - TEORIAS PSICOGENÉTICAS DO DESENVOLVIMENTO Apresentação das principais abordagens psicológicas – Psicanálise; Análise do Comportamento; Psicologia histórico-cultural; O psiquismo como sistema interfuncional; As funções psicológicas superiores e a formação da personalidade – sensação, percepção, memória, emoções e sentimentos; Os saltos qualitativos do pensamento e da linguagem; UNIDADE III - TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO Educação sexual na escola; Relações étnico-raciais na escola; Indisciplina em sala de aula; Violência e bullying na escola; Desenvolvimento emocional na escola; Cultura popular na escola.					
Bibliografia Básica ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (Orgs.) Quem tem Medo de Ensinar na Educação Infantil? Editora Alínea Brasil, 2010. GONÇALES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair; BLOCK, Ana Mercês Bahia. (org.). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez Editora, 2001. MARTINS, Lígia Marcia. O desenvolvimento do Psiquismo e a educação Escolar. Campinas: Autores Associados, 2013. Bibliografia Complementar BEE, Helen L.; BOYD, Denise Roberts. A criança em desenvolvimento. 12. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011. BOCK, A. M. B. Psicologia: uma introdução ao estudo de psicologia. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. DAVIDOFF, L. L. Introdução à psicologia. São Paulo: Ática, 1994. LAJONQUIERE, Leandro de. De Piaget a Freud: para repensar as aprendizagens: A (psico)pedagogia entre o conhecimento e o saber. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social. São Paulo: Plexus, 1994. PRATTA, Márcia Aparecida. Bertolucci. Adolescentes e jovens... em ação! aspectos psíquicos e sociais na educação do adolescente hoje. São Paulo, SP: Ed. da UNESP, 2008. 160 p. ISBN 9788571398344.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PRÁT.	Prat. CC	TOT.
GDE196	METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTE	5	2	2	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Reflexões sobre o fenômeno artístico na perspectiva histórico-social e sobre as potencialidades das múltiplas expressões artísticas como forma de produção de conhecimento. Reflexões e ações que conduzem a investigações, utilização e produções das linguagens artísticas no contexto da Educação Básica.						
Conteúdo Programático Unidade I – - Conceito sobre história da arte a partir de alguns teóricos que discutem o tema. - Apresentação de algumas correntes artísticas e contextualização histórica Aula Prática: produção de objeto artístico ao final do componente com base nas teorias elencadas. Unidade II – - Arte e educação: análise e interpretação de documentos que norteiam o ensino de artes nas escolas - Interface entre artes e outros saberes - início do processo de criação de objetos artísticos Unidade III – - As Vanguardas europeias e a Semana de arte moderna: - A arte ready-made e a produção de objetos artísticos no contexto da educação básica - Produção de objetos artísticos (in progress) - Unidade IV - - Pesquisa sobre arte surda e arte cega. - A arte na perspectiva da formação estética e da Indústria Cultural para a formação docente. - finalização da produção dos objetos artísticos Atividades Práticas como Componente Curricular (Cada unidade contemplará a criação de objetos artísticos como poesia, performances, pinturas, teatro. Ao final do componente serão apresentadas formas artísticas com base nas teorias estudadas.)						
Bibliografia Básica COLI, J. O que é Arte. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. MARQUES, Isabel A.; BRASIL, Fábio. Arte em questão. São Paulo: Cortez Editora, 2016. OSTETTO, Luciana E. Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.						
Bibliografia Complementar BARBOSA, Ana Mae. Arte/ Educação contemporânea consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2006. LUKÁCS, György. Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2009. MANGUEL, Alberto. Lendo imagens: uma história de amor e ódio. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001. PIMENTEL, Lucilla da Silveira Leite. Educação e cinema: dialogando para a formação de poetas. São Paulo: Cortez Editora, 2011. REIS, Ronaldo Rosas. Educação e Estética: ensaios críticos e formação humana no pós-modernismo. São Paulo: Cortez Editor, 2005.						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE151	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS	2	1	1	34
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Histórico, aspectos legais e éticos do uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) em ambientes educacionais. Políticas públicas para a inserção de tecnologias na educação básica. Diferentes abordagens e técnicas para utilização de recursos tecnológicos digitais na prática pedagógica. Projetos interdisciplinares com TDIC.					
Conteúdo Programático Unidade I – Tecnologias e a sala de aula - Histórico e tendências da aplicação de tecnologias à educação - Diferentes abordagens para inserção das tecnologias na educação Aula Prática - Elaboração de material didático Unidade II – Metodologias ativas - Plano de aula - Metodologias ativas - Teorias da aprendizagem e suas aplicações nas tecnologias digitais Aula Prática - Mídias audiovisuais Unidade III – - Aplicativos educacionais, ambientes virtuais e não virtuais Aula Prática - Recursos para autoria audiovisuais Atividades Práticas como Componente Curricular (descrever caso tenha) As atividades práticas são desenvolvidas no laboratório de computação, onde os estudantes são orientados a desenvolver recursos educacionais digitais que podem ser aplicados tanto em ambientes virtuais como em sala de aula, em atividades com os alunos					
Bibliografia Básica MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 17. ed. Campinas: Papirus, 2010. 173 p. TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 8. ed. São Paulo: Érica, 2008. 198 p. SAMPAIO, Marisa Narcizo; LEITE, Lígia Silva. Alfabetização tecnológica do professor. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 110 p.					
Bibliografia Complementar: ALMEIDA, Elizabeth B. de; MORAN, José Manoel (Orgs). Integração das Tecnologias na Educação. Secretaria de Educação a Distância: Ministério da Educação, Seed, 2005. ALMEIDA, Fernando José de. Educação e informática: os computadores na escola. São Paulo: Cortez. Cortez Editora COSTA, Cristina. Educação, imagem e mídias. São Paulo: Cortez, 2004. CITELLI, Adilson. Palavras, meio de comunicação e educação. São Paulo: Cortez. Cortez Editora HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 199 p. MILL, Daniel (Org). Escritos sobre educação: desafios e possibilidades para ensinar e aprender com as tecnologias emergentes. São Paulo: Paulus, 2013.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT. CC	TOT.
GDE150	EDUCAÇÃO, AMBIENTE E AGROECOLOGIA	3	2	1	51
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Cultura e sustentabilidade: saberes, ciência e tecnologia; Conceitos e concepções em educação e educação ambiental; História, sujeitos/grupos sociais, princípios e objetivos da Educação Ambiental; Legislação e políticas públicas na perspectiva da Sustentabilidade Socioambiental; Currículo, meio ambiente e educação ambiental; Educação ambiental no ensino formal: objetivos, conteúdos e metodologia; Educação ambiental em outros contextos; Experiências para integração entre ambientes educativos formais/não-formais; Comunicação socioambiental: áreas e temáticas relevantes em agroecologia e educação ambiental; Práticas, visitas e convivências: pesquisa – elaboração e análise de projetos em educação ambiental e agroecologia.					
Conteúdo Programático Unidade I Cultura e sustentabilidade: saberes, ciência e tecnologia; Conceitos e concepções em educação e educação ambiental; História, sujeitos/grupos sociais, princípios e objetivos da Educação Ambiental; Unidade II Legislação e políticas públicas na perspectiva da Sustentabilidade Socioambiental; Currículo, meio ambiente e educação ambiental; Educação ambiental no ensino formal: objetivos, conteúdos e metodologia; Educação ambiental em outros contextos; Experiências para integração entre ambientes educativos formais/não-formais; Unidade III Comunicação socioambiental: áreas e temáticas relevantes em agroecologia e educação ambiental; Práticas, visitas e convivências: pesquisa – elaboração e análise de projetos em educação ambiental e agroecologia.					
Bibliografia Básica GUIMARÃES, Mauro (Org.). Caminhos da educação ambiental: da forma à ação. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. 112 p. LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001. LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S (orgs.). Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.					
Bibliografia Complementar MARTINEZ ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2014. ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo, Cortez, 2004. HANNIGAN, John A. Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social. Coleção Perspectivas Ecológicas. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. (Capítulos 1, 2, 3, 10 e Conclusão.) LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2005. p. 69-98.					

QUARTO PERÍODO					
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT. CC	TOT.
GDE155	ESCOLA E CURRÍCULO	5	4	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa História do currículo: definição de um campo de estudos. Teorias e concepções sobre currículo; O discurso curricular: fragmentos e totalidades. O cotidiano da escola e seus currículos: práticas discursivas, cultura escolar, identidade e diversidade. A escola: espaços/tempos na construção curricular. O currículo como mediação da práxis educativa. Expressões de ideologia, poder e representações no Currículo. Educadores na produção do currículo: formação e ação intelectual transformadora. Currículos instituídos e seus instituintes. Processos de avaliação de currículos. Alternativas para repensar o currículo. Contribuições da pesquisa sobre currículo para a formação de educadores.					
Conteúdo Programático 1.As origens dos termos Classe e Curriculum; 2.As evoluções dos termos e as disciplinas escolares; 3.Currículo e a escola moderna; 4.O currículo escolar como um campo científico; 5.As discussões contemporâneas sobre o campo do currículo e suas abordagens para o espaço escolar; 6.Currículo e formação de professores; 7.Reformas curriculares e o trabalho docente.					
Bibliografia Básica APPLE. Michael. Ideologia e currículo. Porto Alegre: Artmed, 2006. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1994. SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 2000. Bibliografia Complementar CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; MARIGUELA, Márcio (Org.). Cotidiano escolar: emergência e invenção. São Paulo, SP: Jacintho, 2007. MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: questões atuais. Campinas, SP: Papirus, 2006. LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). Currículo: debates contemporâneos. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005. SACRISTÁN, J. Gimeno (Org.). Saberes e Incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso Editora, 2010. SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓ R.	PRÁ T.	Prat. CC	TOT.
GDE198	METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA	5	2	2	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Estudo dos processos sócio-cognitivos da relação espaço-temporal, dos fundamentos teóricos-metodológicos do ensino e aprendizagem de História e Geografia e suas implicações para a formação docente. Compreensão e representação dos diferentes tipos de paisagens, territórios e lugares e sua relação histórica temporal. A interface dos conceitos e dos sabres históricos e geográficos com os demais campos do conhecimento. A Pedagogia de Projetos como estratégia para a atuação docente em História e Geografia.						
Conteúdo Programático Unidade I – Estudo dos processos sócio-cognitivos da relação espaço-temporal, dos fundamentos teóricos-metodológicos do ensino e aprendizagem de História e Geografia e suas implicações para a formação docente - A História e a Geografia como disciplinas escolares: trajetória histórica e perspectivas atuais. - A História e a Geografia como área de conhecimento: tendências, temáticas e conceitos fundamentais. - O ensino fundamental de 9 anos e o currículo de Geografia e História nas Séries Iniciais Aula Prática: construção de material didático pedagógico – Laboratório de Práticas Pedagógicas Interdisciplinares e Socioambientais Unidade II – Compreensão e representação dos diferentes tipos de paisagens, territórios e lugares e sua relação histórica temporal - O lugar e a paisagem - A cidade, o bairro e a rua - A realidade vivida pelo aluno: o local e o cotidiano - Lugares de memória: arquivos, bibliotecas, museus. - As possibilidades da História Oral - Patrimônio histórico, artístico e cultural - História local Unidade III – . A interface dos conceitos e dos sabres históricos e geográficos com os demais campos do conhecimento. a) Conceitos temporais Diferentes temporalidades na história permanências e mudanças, tempo histórico. Conceitos temporais: ordenação, duração e simultaneidade. b) Conceitos espaciais Relações espaciais: topológicas, projetivas e euclidianas. Representação e orientação espacial. Unidade IV - A Pedagogia de Projetos como estratégia para a atuação docente em História e Geografia. - A História e a Geografia como área de conhecimento: tendências, temáticas e conceitos fundamentais. - A interdisciplinaridade e o uso de Sequências Didáticas Interativas Atividades Práticas como Componente Curricular (descrever caso tenha) - Estudo do meio: vida técnicas e de observação - Saída a campo: atividade vivencial de resgate da história oral em regiões da cidade onde o campus da UFLA está inserido; visitas a museus, jardins, espaços públicos e privados.						
Bibliografia Básica ROCHA, Ubiratan. História, currículo e cotidiano escolar. São Paulo: Cortez, 2002. SANTOS, Milton. Por Uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2000. SCHAFFER, Neiva Otero et. Al. (Orgs). Ensinar e aprender Geografia. Porto Alegre: AGB, 1998. Bibliografia Complementar ANTUNES, Celso. Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender. Porto Alegre: Artmed, 2002. CABRINI, Conceição. Ensino de história: revisão urgente. São Paulo: EDUC, 2000. 164 p. GUIMARÃES, Márcia Noêmia; FALLEIROS, Ialê. Os diferentes tempos e espaços do homem: atividades de geografia e de história para o ensino fundamental. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006. KARNAL, Leandro (Org). História na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003. ROCHA, Ubiratan. História, currículo e cotidiano escolar. São Paulo, SP: Cortez, 2002.						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE197	GESTÃO EDUCACIONAL E FUNDAMENTOS	5	4	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Fundamentos da administração no mundo contemporâneo, com destaque para a administração escolar. Origens da administração. Teorias da administração. A administração no mundo contemporâneo: administração pública, administração privada e terceiro setor. A especificidade da administração escolar. O que é administrar. Distinção entre administração e gestão escolar. Gestão democrática da educação.					
Conteúdo Programático Unidade 1: Fundamentos da administração no mundo contemporâneo Relações entre os conceitos: administração e gestão – aspectos históricos e teóricos; Mudança de paradigma: Gestão Educacional; Fundamentos e princípios da educação e da gestão educacional e escolar. Unidade 2: Gestão Educacional e Escolar Políticas e gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas; Dimensões da Gestão escolar - gestão de resultados educacionais; democrática e participativa; de pessoas; pedagógica; administrativa; financeira; do clima e cultura escolar; do cotidiano escolar; Gestão da escola pública. Unidade 3: Gestão democrática da Educação Aspectos legais da Gestão democrática – Constituição / Lei de diretrizes / Plano Nacional da Educação Mecanismos da gestão democrática – Conselhos / Colegiados/ Grêmio estudantil / Associação de pais e mestres; Eleição de diretores; Autonomia financeira; Planejamento e organização do trabalho escolar – boas práticas de gestão educacional.					
Bibliografia Básica PARO, Vitor H. Gestão Democrática na Escola Pública. São Paulo: Editora Ática, 2008. PARO, Vitor H. Administração Escolar: Introdução Crítica. São Paulo: Editora Cortez, 2010. LIMA, Licínio C. Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez, 2002. 116p.					
Bibliografia Complementar CHIAVENATO, I. Teoria Geral da Administração. 7. ed. São Paulo: Campus, 2003. FORTUNATI, José. Gestão da educação pública: caminhos e desafios. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007. LOURENÇO FILHO, M. B. Organização e administração escolar: curso básico. 8. ed. Brasília, DF: INEP, 2007. PARO, Vitor Henrique. Por dentro da escola pública. São Paulo: Ed Cortez, 2016. PINTO, Umberto Andrade. Pedagogia escolar - coordenação pedagógica e gestão educacional. São Paulo: Ed Cortez, 2011.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT. CC	TOT.
GDE152	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	5	4	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Teorias do desenvolvimento e os processos cognitivos do sujeito. A periodização do desenvolvimento à luz de Vygotsky, Piaget e Wallon. Relação entre pensamento, linguagem e constituição da consciência. Características evolutivas das capacidades cognitiva, motora, afetiva e social. O desenvolvimento moral da criança. O desenvolvimento da afetividade, da motricidade, da linguagem e da cognição. Debates contemporâneos em psicologia da educação.					
Conteúdo Programático UNIDADE I - A PERSPECTIVA HISTÓRICO-DIALÉTICA DA PERIODIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO infantil Introdução à perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil; O conceito de atividade guia do desenvolvimento; Comunicação emocional direta e atividade objetual manipulatória em foco; Atividade de jogo e de estudo em foco; Adolescência em foco: Comunicação íntima e pessoal e a aprendizagem; Atividade profissional e de estudos; UNIDADE II A TEORIA PSICOGENÉTICA DE JEAN PIAGET Introdução à teoria psicogenética de Jean Piaget: concepções de ser humano, conhecimento, inteligência e aprendizagem; Os estádios do desenvolvimento cognitivo; Estádio sensório-motor; Estádio pré-operatório; Estádio das operações concretas; Estádio das operações formais; Atividade prática – aplicação dos experimentos piagetianos; UNIDADE III – DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO Wallon e o desenvolvimento emocional da criança; A teoria das múltiplas inteligências de Howard Gardner; Superdotação na escola; Adolescência e processo de escolarização; Álcool e drogas na escola; Distúrbios de aprendizagem.					
Bibliografia Básica FREITAS, Lia. A moral na obra de Jean Piaget: um projeto inacabado. São Paulo: Cortez Editora, 2003. MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Psicologia histórico-cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. VYGOTSKY, L. S. Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.					
Bibliografia Complementar CAMPOS, Herculano Ricardo. Formação em psicologia escolar: realidades e perspectivas. Campinas, SP: Alínea, 2007. CÉSAR, Maria Rita de Assis. A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico. São Paulo, SP: Ed. da UNESP, 2008. KUPFER, Maria Cristina Machado. Freud e a educação: o mestre do impossível. 3. ed. São Paulo, SP: Scipione, 2004. GOULART, Íris Barbosa. Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. LA TAILLE, Y. De. Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1998. MACHADO, Adriana Marcondes; SOUZA, Marlene Proença Rebello. Psicologia escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: Caso do Psicólogo, 1997. VIGOTSKY, L. S.; LURIIA, A. R.; LEONT'EV, Aleksei Nikolaevich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 8. ed. São Paulo, SP: Ícone, c2003.					

QUINTO PERÍODO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PRÁT.	PCC	TOT.
GDE199	GESTÃO EDUCACIONAL: COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO	4	2	2	0	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Gestão e Projeto Pedagógico da escola e organização do trabalho escolar. A gestão democrática no interior da escola: princípios, valores e prioridades. Os elementos do processo de gestão democrática: autonomia, participação, clima e estrutura organizacional. O projeto político-pedagógico das instituições educativas: dimensões e os fundamentos teórico-práticos para sua realização. Agentes organizacionais e os instrumentos de gestão. A questão das parcerias entre as instituições educacionais e outros setores da sociedade.						
Conteúdo Programático Unidade 1 – Estrutura e coordenação do trabalho escolar Estrutura e funcionamento do cotidiano escolar; O sistema de coordenação e gestão da escola: teoria e prática; Áreas de atuação da organização e da gestão da escola para melhor aprendizagem dos alunos; Unidade 2 – Gestão democrática na escola pública Preceitos legais da Gestão democrática; Fundamentos, elementos e mecanismos do processo de Gestão democrática; Agentes organizacionais e os instrumentos de gestão. Unidade 3 – Planejamento e gestão escolar Planejamento: níveis e relações; Documentos norteadores das práticas nas escolas; Projeto político pedagógico da escola e o trabalho escolar. Esta disciplina possui carga horária de Práticas e, para cumprimento dessa carga horária será realizada uma proposta de intervenção nos Projetos políticos pedagógico já aprovados de escolas da rede pública de Lavras com base nos estudos desenvolvidos ao longo da disciplina, visando contribuir para que as escolas tenham maior subsídio teórico para revisar seus documentos norteadores, dentro dos princípios da Gestão democrática.						
Bibliografia Básica KUENZER, Acacia; CALAZANS, Maria Julieta; GARCIA, Walter. Planejamento e educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 2015. LIMA, Licínio C. A escola como organização educativa. São Paulo: Cortez, 2001. VEIGA, Ilma (Org). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1997.						
Bibliografia Complementar BETLINSKI, Carlos. Práticas e perspectivas da gestão escolar democrática. São Paulo: Paulus, 2013. DALMAS, Angelo. Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 142 p. FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade. São Paulo: Cortez, 1999. PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico. São Paulo: Cortez, 2001. VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. Planejamento participativo na escola um desafio ao educador. São Paulo: EPU, 1986. 118 p.						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT. CC	TOT.
GDE157	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	5	4	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Os aspectos teóricos e históricos sobre a criança e a infância. Concepções teórico-metodológicas da educação infantil. O processo de desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, psicossocial e psicomotor da criança. O ensinar e o brincar na educação infantil.					
Conteúdo Programático Unidade I A construção social da criança e da família - Concepções de crianças e infâncias; - O mito do amor materno; - A relação creche e feminismo. Unidade II – Assistencialismo versus Educação: processos históricos - História do cuidado à infância no Brasil - A indissociabilidade do cuidar e educar - A singularidade e funcionamento das creches Unidade III – Currículo e Educação Infantil - Princípios éticos, políticos e estético; - Noções de Sociologia da Infância; - Desenvolvimento integral da criança. Unidade IV – Projeto integrador – Construindo-se para a docência e a prática pedagógica na Educação Infantil O projeto integrador implica em atividades práticas de sistematização de projetos e apresentação à comunidade UFLA. - Construção do projeto interdisciplinar; - Apresentação em grupos das práticas pedagógicas; - Avaliação coletiva aportada no conceito de avaliação na Educação Infantil.					
Bibliografia Básica BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1999. OLIVEIRA, Zilma de Moraes (Org.). Educação infantil: muitos olhares. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 187 p. OLIVEIRA, Zilma de Moraes. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010.					
Bibliografia Complementar ANGOTTI, M. Educação infantil: para que, para quem e por quê? Campinas: Alínea, 2006. MOYLES, Janet R. Só brincar? Papel do brincar na educação infantil. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002. OLIVEIRA, Zilma de Moraes et al. Creches: crianças, faz de conta & cia. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. ROMAN, Eurilda Dias; STEYER, Vivian E (Org.). A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. 1. ed. Canoas, RS: Ed. ULBRA, 2001. VASCONCELLOS, Vera M. R. de (Org.). Educação da infância: história e política. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2005. 146 p. I					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT. CC	TOT.
GDE209	LINGUAGEM ORAL E ESCRITA	5	4	1	68
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Estuda a capacidade humana de falar e pensar e o processo de desenvolvimento da linguagem oral e escrita das crianças. Discute a linguagem como forma de expressão e de interação social. Estabelece a diferenciação entre linguagem oral e escrita e discute o papel da escola no processo de aquisição da linguagem oral e escrita.					
Conteúdo Programático UNIDADE I – PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM - O desenvolvimento da linguagem na concepção de Jean Piaget; - O desenvolvimento da linguagem na concepção de Vygotsky; - O desenvolvimento da linguagem na concepção de Henry Wallon; UNIDADE II – O DESENVOLVIMENTO DO GRAFISMO INFANTIL - O desenvolvimento do grafismo infantil segundo Luquet; - Atividade Prática: 1. Aplicação de uma atividade de produção de desenho espontâneo com crianças de 0 a 5 anos; 2. Análise dos desenhos infantis. UNIDADE III – LINGUAGEM COMO FORMA DE EXPRESSÃO E DE INTERAÇÃO SOCIAL - A pré-história do desenvolvimento da linguagem escrita, na concepção de Vygotsky; - O papel da educação infantil na pré-história do desenvolvimento da linguagem escrita; - A contação de histórias no desenvolvimento da linguagem oral e escrita. - Atividade Prática: 1. Oficina de contação de histórias. UNIDADE IV – DIFERENCIAÇÕES ENTRE A LINGUAGEM ORAL E ESCRITA - O processo de aquisição da escrita de acordo com Emília Ferreiro; - O papel da escola no processo de aquisição da linguagem oral e escrita da criança. Atividade prática como componente curricular: Projeto interdisciplinar: Construindo a docência e a prática pedagógica na Educação Infantil. Elaboração de um projeto de intervenção de práticas pedagógicas para educação infantil em forma de oficina.					
Bibliografia Básica JOBIM e SOUZA, Solange. Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. Campinas, SP: Papirus, 1994. EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 2008. Volume 1 VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2009.					
Bibliografia Complementar GREIG, Philippe. A criança e seu desenho: o nascimento da arte e da escrita. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. 247 KENT, Ray D.; READ, Charles. Análise acústica da fala. São Paulo: Cortez Editora, 2002. PERRONI, M. C. Desenvolvimento do discurso narrativo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. ROCHA, Maria Sílvia Pinto de Moura Librandi da. Linguagem oral e linguagem escrita na educação infantil: práticas e interações. 1. ed. Brasília, DF: SEB, 2016. 118 p. URBAN, Ana Claudia; LUPORINI, Teresa Jussara. Aprender e ensinar histórias nos anos iniciais do ensino fundamental. São Paulo: Cortez Editora, 2015. VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R; LEONTIEV, A. N. VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. e LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2001. VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo, SP: M. Fontes, 2007. (Psicologia e pedagogia ;). ISBN 9788533622647					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE160	PRÁTICAS EDUCATIVAS EM GESTÃO EDUCACIONAL	2	0	2	34
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Interface entre o campo teórico e as atividades de estágio de gestão das instituições educativas. Discussão das potencialidades e das dificuldades enfrentadas pela gestão escolar diante do cenário educativo contemporâneo. Análise das práticas dos processos de gestão de espaços educativos escolares, com vistas a processos de integração de projetos e experiências de gestão na escola.					
Conteúdo Programático Unidade 1 – Interface entre o campo teórico e o estágio em gestão Gestão escolar – importância no cenário educativo contemporâneo; Impasses e perspectivas da Gestão escolar; Relações entre Estágio e docência – princípios, fundamentos; Ética profissional; Unidade 2 – Análise dos processos de gestão de espaços educativos escolares Debates de situações do campo de estágio; Proposta e encaminhamentos para as situações encontradas no campo de estágio; Socialização das atividades de estágio					
Bibliografia Básica MASSCHELEIN, Jae; SIMONS, Maartem. Em defesa da escola: uma questão pública. São Paulo: Autêntica, 2014. OLIVEIRA, João Ferreira de; LIBANEO, José Carlos Libâneo; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar - políticas, estrutura e organização. Cortez Editora, 2006. PIMENTA, Selma Garrido. Estágio na formação de professores, O - unidade, teoria e prática? São Paulo: Editora Cortez, 1997. Bibliografia Complementar FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e Prática Docente. Cortez Editora, 2011. LUCK Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora positivo, 2009. LUIZ, Maria Cecília; NASCENTE, Renata M. Moschen. Conselho escolar e diversidade: por uma escola mais democrática. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014. OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2005. PINTO, Umberto de Andrade. Pedagogia escolar: Coordenação pedagógica e gestão educacional. São Paulo: Cortez, 2013.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
PRG1036	ESTÁGIO EM GESTÃO EDUCACIONAL	0			50
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa O estágio supervisionado na formação do Pedagogo e a articulação entre teoria e prática. O estágio como meio de interação e apreensão da realidade: campo de prática e da produção de conhecimentos. O trabalho do Pedagogo enquanto articulador e mediador da gestão e planejamento da escola. O planejamento e a avaliação na escola, a construção do projeto político-pedagógico e a atuação do Pedagogo nesse processo. Vivência dos desafios e possibilidades da gestão escolar, distinguindo modelos de mediação do processo de gestão e suas dimensões (administrativa; financeira; pedagógica; de pessoas; entre outras). Compreensão da aplicabilidade de normas e regulamentos aos diferentes núcleos de gestão escolar (Núcleo de Direção, Núcleo Técnico-Pedagógico, Núcleo Administrativo, Núcleo Operacional). Participação nas atividades de planejamento, conselho de classe, reuniões pedagógicas com docentes e pais. A construção do projeto de estágio supervisionado e a inserção do Pedagogo em um dos universos da sua prática					
Conteúdo Programático Unidade 1 – Estágio enquanto campo de prática e conhecimento Aspectos práticos e teóricos sobre o estágio em Gestão; Estágio como apreensão da realidade; O trabalho do Pedagogo na escola Unidade 2: Planejamento e avaliação do Estágio Orientações sobre o Estágio em Gestão; Imersão nas escolas públicas; Unidade 3: Vivência e socialização dos desafios e possibilidades da Gestão Escolar Socialização e debate sobre as vivências do Estágio Supervisionado em Gestão, evidenciando aspectos estudados (teoria/prática) nas disciplinas de Gestão fundamentos e Gestão coordenação e planejamento.					
Bibliografia Básica PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008. PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. ZABALZA, Miguel A. Estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez Editora, 2015. Bibliografia Complementar BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Orientação para estágio em licenciatura. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2005. 99 p. BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006. 176 p. ISBN 85-249-0557-3. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. Formação e prática do educador e do orientador: confrontos e questionamentos. Campinas, SP: Papirus, 1994. SILVA, Naura Syria Ferreira Corrêa da (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PRÁT.	PCC	TOT.
GDE159	LINGUAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ARTE, MÍDIA E CORPO	5	2	2	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa A infância e a cultura infantil e as considerações sobre o fenômeno da corporeidade e da experiência estética do corpo em movimento na perspectiva da vivência. As múltiplas linguagens no cotidiano da educação infantil e o processo de aprendizagem. Diálogo entre arte, educação e mídia a partir da consciência corporal e da afetividade.						
Conteúdo Programático Unidade I – Criança, infância e cultura infantil - A criança e a infância: especificidades e elementos contextualizadores - A cultura infantil ao longo do tempo: abordagem histórica e social - O brincar como elemento primordial para o desenvolvimento infantil e possibilidades expressivas Unidade II – Corporeidade e experiência estética na Educação Infantil - Corporeidade: conceituação e relevância - O corpo na Educação infantil e a experiência sensorial e estética - A corporeidade na educação infantil e o desenvolvimento integral da criança - A dimensão afetiva e a corporeidade - Vivência e prática de atividades envolvendo a corporeidade na Educação infantil Unidade III – Linguagens infantis e arte - As linguagens infantis: especificidades e aproximação com as linguagens da arte - A música, as artes-visuais, o teatro e a dança e as possibilidades de conhecimento de si e de mundo pela criança - Elementos midiáticos na constituição das linguagens infantis: a busca pela compreensão e crítica - As linguagens infantis e a organização da ação docente na Educação Infantil: relevância e possibilidades - Vivência e prática acerca das diferentes linguagens infantis Unidade IV – A constituição da docência para a Educação infantil e as linguagens infantis - Análise da ação docente tendo como pressuposto as linguagens infantis e a cultura infantil numa perspectiva crítica acerca da ação docente e da criança nos espaços educadores da primeira infância - Organização e proposição de projetos didáticos comprometidos com o desenvolvimento integral da criança e suas especificidades - Desenvolvimento e aplicação de projetos didáticos que valorizem as experiências de aprendizagem pela criança - Desenvolvimento de Projeto integrador: Construindo-se para a docência e a prática pedagógica na Educação Infantil Atividades Práticas como Componente Curricular Essa disciplina possui carga horária de Atividades Práticas como Componente Curricular, e para cumprimento dessa carga horária, será desenvolvido o Projeto Integrador intitulado “Construindo-se para a docência e a prática pedagógica na Educação Infantil” que implica em atividades práticas de sistematização de projetos e apresentação à comunidade UFLA.						
Bibliografia Básica BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no ensino da Arte. São Paulo: Cortez, 2003. FREIDMANN, Adriana. Linguagens e culturas infantis. São Paulo: Cortez Editora, 2013. FARIA, Ana Lúcia G. de; MELLO, Suely Amaral (Org.). Linguagens infantis: outras formas de leitura. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. 128 p.						
Bibliografia Complementar COSTA, Cristina. Educação, imagem e mídias. São Paulo: Cortez, 2004. LOPES, Ana Cristina Teágnio. Educação infantil e registros de práticas. São Paulo: Cortez, 2016. OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos. Jogos de papéis sociais: um olhar para as brincadeiras infantis. São Paulo: Cortez Editora, 1996. NISTA PICOLLO, VILMA LENÍ; MOREIRA, Wagner Wey. Corpo em movimento na Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2016. PAIVA, Flávio. Eu era assim: infância, cultura e consumismo. São Paulo: Cortez, 2009.						

SEXTO PERÍODO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PRÁT.	PCC	TOT.
GDE161	O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	5	2	1	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa O lúdico no trabalho pedagógico da Educação infantil. A atividade do jogo, do brinquedo e da brincadeira: definições e aplicabilidade. As teorias explicativas do papel do jogo no desenvolvimento e no processo da aprendizagem. A relação entre o jogo e a cultura por meio dos jogos tradicionais infantis. O jogo e a construção de representação na criança. A brincadeira do faz-de-conta, a criação imaginária e noção de atividade na ação pedagógica. O espaço do lúdico e do brincar na educação infantil. A brinquedoteca: elaboração e prática pedagógica.						
Conteúdo Programático Unidade I – Ludicidade e Educação - Conceito de Ludus - Jogos Brinquedos e Brincadeiras - Brincar a principal atividade na Educação Infantil Unidade II – Jogos e Dramaturgia - Imaginação e regras; - O faz de conta; - O papel do adulto no jogo da criança; - Construção coletiva das regras Unidade III – Oralidade e Corporalidade - Movimento e infâncias - Culturas Infantis - Folclore e brincadeiras de Roda Unidade IV – Atividades Práticas Revivendo as brincadeiras As atividades práticas implicam em resgatar com os/as graduandos/as brincadeiras e jogos infantis com ênfase nas práticas dos povos originários e afrodescendentes. - Vivências de jogos e brincadeiras africanas e afro-brasileira; - Vivências de jogos e brincadeiras indígenas e regionais; - Vivências de jogos e brincadeiras regionais.						
Bibliografia Básica ALMEIDA, Telma Teixeira de Oliveira. Jogos e brincadeiras no ensino infantil e fundamental. São Paulo: Cortez, 2006. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. SANTOS, Santa Marli Pires dos (Org.). O lúdico na formação do educador. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 75 p.						
Bibliografia Complementar CUNHA, Nyese Helena Silva. Criar para Brincar: a sucata como recurso pedagógico: atividades para psicomotricidade. São Paulo: Aguariana, 2007. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. MEDEL, Cássia Ravena M. A. Educação Infantil? Da construção do ambiente as práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2011. ROSSETTO JÚNIOR, Adriano José et al. Jogos educativos: estrutura e organização da prática. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2006. ROSSANO, Joan; SHILLER, Pam. Ensinar e Aprender Brincando: mais de 750 atividades para educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE166	PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	2	0	2	34
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Propostas curriculares e pedagógicas para a educação infantil. A organização do espaço e tempo na educação infantil. Ações e relações pedagógicas construídas na educação infantil: professor-aluno, aluno-aluno e professor-família. O trabalho com o corpo, arte e linguagem oral e escrita na educação infantil.					
Conteúdo Programático Unidade I – Princípios orientadores da Educação Infantil - Compreensão dos princípios éticos, políticos e estéticos - Aportes para ser aceita entre as crianças - Cultura de Pares Unidade II – Reflexões didáticas - O ato de avaliar-se - Planejamento com as crianças - Reconhecendo os espaços das instituições Unidade III – Construções coletivas - Caminhos pedagógicos para um reencontro com a sua criança - O papel do pedagogo - Pedagogia de Projetos Unidade IV – Constituição do portfólio e as vivências com as infâncias - Definição da introdução - Desenvolvimento - Considerações					
Bibliografia Básica FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004. 228 p. FARIA, Ana Lúcia Goulart (Org.). Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. Campinas: Autores Associados, 2005. OSTETTO, Luciana. Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão. Campinas: Papirus, 2007. Bibliografia Complementar BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC-SEF, 1998. Vol. 1, 2 e 3. ROCHA, Eloisa Acires Candal (coord.). Educação infantil. Brasília, DF: MEC/INEP, 2000. 161 p. (Serie Estado do Conhecimento, 2). ROMAN, Eurilda Dias; STEYER, Vivian E. (Org.). A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. Canoas: ULBRA, 2001. OLIVEIRA, Zilma Ramos. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007. ZABALZA, Miguel Angel. Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
PRG1136	ESTÁGIO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0			100
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Atividades programadas a serem desenvolvidas em creches e pré-escolas. Observação e docência compartilhada, bem como a análise e discussão coletiva das atividades práticas realizadas, no âmbito das instituições de Educação Infantil. Análise dos documentos norteadores da ação docente e prática pedagógica. Elaboração de relatório e registro reflexivo acerca do estágio.					
Conteúdo Programático Unidade I – ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS Nesta unidade os/as graduandos/as receberão orientações para iniciar o estágio em Educação Infantil, para tanto contarão com o apoio da professora responsável pela disciplina e dos colegas buscando compor grupos para a realização das etapas de observação, participação e regência. - Definição de instituição para estágio; - Cadastro interno a UFLA relativo ao acordo de cooperação; - Definição do cronograma individual de estágio. Unidade II – CONCEITUANDO AS ESPECIFICIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL Na unidade II as especificidades da Educação Infantil são vivenciadas e analisadas coletivamente considerando especialmente as orientações que obtiveram ao longo do curso. - Conceitos de portfólio como relatório para a Educação Infantil; - Observação de currículo e infâncias; - Percepções sobre a indissociabilidade do cuidar e educar. Unidade III – ACOMPANHAMENTO DE REGÊNCIA – atividade prática como componente curricular Esta unidade foca na atividade prática cujo objetivo é experienciar um dia como professor/a responsável por uma das turmas de Educação Infantil observada pelo graduando/a. - Definições da aula prática (regência) com a instituição; - Definições da regência com a professora responsável e os colegas de disciplina - Apresentação da regência (sempre que possível com a assistência da professora da disciplina) Unidade IV – DESENVOLVIMENTO DO REGISTRO REFLEXIVO (PORTFÓLIO) Esta etapa integra a reflexão mais individual das vivências na Educação Infantil e posteriormente a apresentação a um grupo maior na UFLA demais discentes do curso de Pedagogia. - Associação das referências teóricas das outras disciplinas com a experiência de estágio; - Produção dos registros de forma sistematizada (organização do diário de campo); - Apresentação do portfólio para o coletivo.					
Bibliografia Básica ARIÈS, Phillipe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC, 2012. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2013. KRAMER, Sonia et al. (Org.). Infância e educação infantil. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. Bibliografia Complementar BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado. 3. ed. São Paulo, SP: Thomson, 2003. NISKIER, Arnaldo; SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. Educação, estágio & trabalho. São Paulo, SP: Integrare, 2006. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez Editora, 2002. ARROYO, Miguel Gonzales. Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional. In: ARROYO, Miguel G; SILVA, Maurício RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A arte de governar as crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. VILLAS BOAS, B. M. F. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PRÁT.	PCC	TOT.
GDE201	LITERATURA INFANTO-JUVENIL	5	2	2	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Considerações sobre as especificidades da literatura infantil e infanto-juvenil a partir do sincretismo de linguagens. Literatura e performance: inscrição do corpo e da memória nas formas do narrar e do ler, visando a iniciação ao universo da literatura. Reflexão sobre a função pedagógica e o diálogo com outros saberes, bem como sobre questões ligadas à diversidade cultural, presente nos diferentes objetos artístico-literários, visando a experiência estética e a afetividade na infância e na adolescência.						
Conteúdo Programático Unidade I – - Conceitos de literatura e literatura e infanto-juvenil - Literatura e letramento: relação entre texto literário, o leitor e os diferentes contextos - Formação leitora e o texto literário Unidade II – - Conceitos de fantasia e imaginação à luz de Hegel - A criação narrativa na perspectiva da fantasia e da imaginação - A imagem e as ilustrações no texto literário - Início da produção de um livro de literatura infantil a partir das teorias e conceitos apresentados - Unidade III – - Brasil, Portugal e África: literaturas em diálogo - Monteiro Lobato: incursões sobre o fazer literário do autor - Produção do livro de literatura infantil (in progress) Unidade IV - Sincretismo de linguagens na literatura infanto-juvenil - O ensino de literatura infanto-juvenil - Finalização da produção literária Atividades Práticas como Componente Curricular (criação de um livro de literatura infanto-juvenil visando a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental)						
Bibliografia Básica ABRAMOVICH, F. Literatura Infantil: Gostosas e Bobices. São Paulo: Scipione, 2007. ARROYO, Leonardo. Literatura infantil brasileira. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (Orgs.). A Escolarização da Leitura Literária: O Jogo do Livro Infantil e Juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.						
Bibliografia Complementar COELHO, Nelly Novaes. Dicionário Crítico da Literatura Infantil Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. GEABRA, Ana Elvira Luciano. A poesia na escola: leitura e análise de poesia para crianças - Cortez Editora, 2012. HIGUCHI, Kazuko Kojima. Literatura, comunicação e educação: um romance em diálogo com a mídia. São Paulo: Cortez Editora, 2008. MICHELELLI, Guaraciaba. Leitura e Construção do real o lugar da poesia e da ficção. São Paulo: Cortez Editora, 1997. SOUZA, Malu Zoega de. Literatura juvenil em questão: aventura e desventura de heróis menores. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2003. 199 p.						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT. CC	TOT.
GDE164	INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	5	4	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Aspectos históricos da Educação de Surdos, da formação das línguas de sinais e da Libras. Filosofias Educacionais e visões sócio-antropológica e clínica terapêutica da surdez. Aquisição da linguagem em crianças surdas. Ensino de Português como Segunda Língua para surdos. Bilinguismo na Educação de Surdos. O papel do intérprete Educacional. A inclusão do aluno surdo no ensino regular. Desenvolvimento das habilidades básicas para comunicação em Libras.					
Conteúdo Programático Unidade I Libras, Surdez e Surdo Nesse unidade serão trabalhados os conceitos chaves da disciplina no que se refere a comunidade surda, língua de sinais e aspectos referentes a surdez. Visão Clínico terapêutica e Sócio Antropológica dos surdos e a surdez Problematicar os discursos sobre os surdos e a surdez Nada sobre nós sem nós - Lutas da comunidade surda Perceber a partir dos relatos dos próprios surdos questões sobre a comunidade surda e sua cultura. Identificar as nomenclaturas utilizadas para nomear os surdos e as concepções que a permeiam Normalidade x aceitação das diferenças - Debater sobre a surdez pensada como uma diferença Aula Prática Alfabeto Manual Numeros Familias Questões Temporais em língua de Sinais Classificadores em Libras Unidade II A Criança Surda Refletir sobre as crianças surdos, aquisição da língua de sinais desde a infância e refletir sobre a responsabilidade da escola na organização de ações que possibilitem o desenvolvimento linguísticos das crianças. Identificar o acesso a língua de sinais como essencial para o desenvolvimento da criança surda. Criança surda e a família surda/ Criança Surda e família ouvinte/ Criança ouvinte e Família Surda Sublinhar o direito da criança surda de ter acesso a língua de sinais no âmbito familiar. A criança surda e o direito de crescer bilíngue Criança surda e seus brincades Aula Prática Antônimos Alguns Verbos Frases interrogativas e exclamativas Cores Animais Unidade III Educação de Surdos Nesse unidades as estudantes deverão refletir a partir das legislações brasileiras sobre os aspectos da educação de surdos brasileira. Filosofias educacionais - Breve Relato histórico sobre a Educação de Surdos Oralismo Comunicação total Bilinguismo Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva x Decreto 5626/05 Debater a respeito das diferentes visões sobre os direitos educacionais dos surdos brasileiros. Refletir sobre a visão dos doutores e pesquisadores surdos brasileiro sobre a temática. Aula Prática Apresentação pessoal Frases em Libras Parâmetros da Língua de Sinais Atividades Práticas como Componente Curricular Construção de um jogo pedagógico para educação de surdos em parceria com uma instituição educacional pública de Lavras. As estudantes e os estudantes deverão pesquisar essa necessidade e pensar em um jogo (material) específico para esse necessidade real".					

Bibliografia Básica QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008, 1997. GESSER, Audrey. Libras? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. HONORA, Márcia. Inclusão Educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização. São Paulo: Cortez Editora, 2008. Bibliografia Complementar CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina L. Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira: baseado em linguística e neurociências cognitivas: volume 1: sinais de A a H. São Paulo: Edusp, 2009. 1219 p. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina L. Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira: baseado em linguística e neurociências cognitivas: volume 2: sinais de I a Z. São Paulo: Edusp, 2009. p. 1239-2459. GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. São Paulo: Mediação, 2001. REIS, Benedicta Aparecida Costa dos; SEGALA, Sueli Ramalho; SGROI, Fábio. ABC em libras. São Paulo: Panda Books, 2009.
--

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓ R.	PRÁ T.	PCC	TOT.
GDE200	METODOLOGIA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO	5	2	2	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Concepção de Ciências. Percursos da pesquisa em educação: paradigmas e produção de conhecimento. Delimitações do campo de estudo, implicações para a análise de processos educativos. Criatividade e elaboração autoral. Diferentes abordagens de pesquisa em Educação. Métodos de coleta e análise de dados. Elaboração escrita e comunicação de trabalho acadêmico. Projeto de pesquisa.						
Bibliografia Básica ANDRÉ, Marli e LUDKE, Menga. Pesquisa em Educação: abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. FAZENDA, Ivani (Org.) Metodologia de Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 2001. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). A Pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.						
Bibliografia Complementar BOGDAN, R e BIKLEN, S. Investigação Qualitativa em Educação. Porto: Porto Editora, 1994. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org): Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1999. MINAYO, M.C.S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. MIRANDA, Sonia Regina; MARQUES, Luciana Pacheco (Coord.). Investigações: experiências de pesquisa em educação. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009. THIOLENT, Michel. Metodologia de Pesquisa Ação. São Paulo: Cortez, 1996.						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR.	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
PRG336	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I – TCC 01	2	1	1	34
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Definição do tema para a realização do Trabalho de conclusão de curso, sob orientação de um professor do Departamento de Educação da UFLA. Delimitação do objeto de pesquisa e da problematização. Elaboração do projeto de pesquisa que envolva o processo educativo escolar e não escolar, de modo a contribuir para o desenvolvimento de capacidades científicas, artísticas e crítico-reflexivas do futuro pedagogo.					
Conteúdo Programático Unidade I – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC - Esclarecimentos sobre o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC; - Apresentação do Regulamento de TCC do curso de Pedagogia; - Definição do orientador (escolha de um professor do Departamento de Educação da UFLA); - Definição junto ao orientador do tema para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso. Unidade II – A Pesquisa: definição e orientação - Definição do objeto de pesquisa e da problematização; - Definição da metodologia de pesquisa; - Definição da fundamentação teórica da pesquisa. Unidade III – Orientação e Acompanhamento - Encontros de orientação. - Escrita do Projeto de Pesquisa Unidade IV – Projeto de Pesquisa - Socialização dos Projeto de Pesquisa. - Entrega dos Projetos de Pesquisa.					
Bibliografia Básica FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2010. SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sanchez. Pesquisa educacional: quantidade - qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. Bibliografia Complementar CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 23. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro. DP&A, 2002. LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. RUDIO, Franz V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 144 p SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 1999.					

SÉTIMO PERÍODO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT. CC	TOT.
GDE168	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM MATEMÁTICA	3	2	1	51
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa História da Matemática. Construção do Conhecimento Matemático. Conteúdos Matemáticos e Função Social. Matemática na Educação Infantil: jogos e brincadeiras. Formas Geométricas. Quantidades e Medidas. Orientações Espaço Temporais.					
Conteúdo Programático Unidade I – Aspectos Históricos da Formação do Conhecimento Matemático Unidade II – Objetivo Social da Educação Matemática Unidade III – Processo de Ensino-Aprendizagem dos Conteúdos Matemáticos na Educação Infantil Unidade IV – Classificação, Comparação, Conservação, Correspondência, Inclusão, Sequenciação e Seriação Unidade V – Estratégias de Ensino-Aprendizagem: formas geométricas Unidade VI – Estratégias de Ensino-Aprendizagem: quantidades e medidas Unidade VII – Estratégias de Ensino-Aprendizagem: espaço e tempo Atividades Práticas como Componente Curricular: Elaboração de propostas metodológicas para a educação infantil Criação de materiais didáticos para o ensino da matemática Produção de brinquedos pedagógicos na impressora 3D					
Bibliografia Básica LORENZATO, Sergio. Educação infantil e percepção matemática. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. PANIZZA, Mabel (Org.). Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006. REIS, Sílvia Marina Guedes dos. A matemática no cotidiano infantil: jogos e atividades com crianças de 3 a 6 anos para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático. Campinas, SP: Papirus, 2006. (Série atividades). ISBN 9788530808136					
Bibliografia Complementar BRIZUELA, Bárbara M. Desenvolvimento matemático na criança: explorando notações . Porto Alegre, RS: Artmed, 2006. GUELLI, Oscar. Jogando com a matemática. 8. ed. São Paulo, SP: Ática, 2011. SMOLE, Kátia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Ignez de Souza Vieira; CÂNDIDO, Patrícia. Brincadeiras infantis nas aulas de matemática. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006. SMOLE, K.S.; DINIZ, M. I.(Org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática.Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. SMOLE, Kátia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Ignez de Souza Vieira; CÂNDIDO, Patrícia. Figuras e formas. Porto Alegre, RS: Artmed, 2003. (Coleção matemática de 0 a 6 ; 3).					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PR ÁT.	PPC	TOT .
GDE171	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	5	2	2	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Reflexão sobre as diferentes concepções de alfabetização e letramento. Considerações sobre o processo de aquisição da linguagem escrita pela criança. Estudo dos processos cognitivos, sociais e interativos que envolvem o desenvolvimento da competência leitora e escritora nas crianças.						
Conteúdo Programático Unidade I – - Conceito de língua. - Teorias de ensino e aprendizagem da língua materna. Unidade II – - Conceitos de alfabetização e de letramento. - Analfabetismo no Brasil. - Competência leitora e escritora. Unidade III – - Hipóteses de escrita Unidade IV - Dificuldades de aprendizagem na alfabetização. - Métodos de alfabetização. Aulas Práticas: elaboração de jogos de alfabetização Atividades Práticas como Componente Curricular: Sondagem de hipóteses de escritas nas turmas de estágio.						
Bibliografia Básica FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. ROJO, Roxane (org.). Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas. Campinas: Mercado das Letras, 2010. Bibliografia Complementar FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 2010. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. KLEIMAN, Angela. Os significados do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1995. SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2003. TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e alfabetização. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006.						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE170	PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	2		2	34
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Reflexão teórico-prática sobre o processo de ensino e de aprendizagem do sistema de escrita alfabética. Estudo sobre as intervenções pedagógicas e o processo de aquisição da linguagem escrita pela criança. Discute alternativas metodológicas para a prática pedagógica nos processos de alfabetização e de letramento na escola.					
Conteúdo Programático Unidade I – Reflexão teórico-prática: sistema de escrita alfabético - Estágio Supervisionado: orientação e acompanhamento. - Reflexão teórico-prático sobre o processo de aquisição da escrita, segundo Emília Ferreiro; Aula Prática: - Aplicação de testes de escrita para crianças de 6 anos; - Análise das hipóteses de escrita da criança. Unidade II – Alfabetização e Letramento: questões metodológicas - Discussão sobre as possibilidades metodológicas para o processo de alfabetização; - Estágio Supervisionado: orientação e acompanhamento. Aula Prática: - Análise de materiais didáticos para a alfabetização, como livro didático, cartilhas, jogos, materiais de leitura, material apostilado, blogs, etc.; - Estágio Supervisionado: orientação e acompanhamento. Unidade III – Intervenção Pedagógica - Práticas de intervenção pedagógica no processo de aquisição da escrita; - Estágio Supervisionado: orientação e acompanhamento. Aula Prática: Projeto Interdisciplinar: Jogos e atividades lúdicas para alfabetização. Unidade IV – Socialização das atividades práticas - Socialização das atividades e jogos produzidos.					
Bibliografia Básica MASSINI-CAGLIARI, Gladis. O texto na alfabetização: coesão e coerência. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. FERREIRO, Emilia. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez Editora, 2001. SMOLKA, A. L. B. A criança na fase inicial da escrita: alfabetização como um processo discursivo. 12. Ed. Campinas: Cortez, 2008.					
Bibliografia Complementar CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. 1. ed. São Paulo, SP: Scipione, 2010. CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena. Práticas de leitura e escrita. Brasília: Ministério da Educação Básica, 2006. MARQUES, Maria Lucia; AZEVEDO, Maria Amélia. Alfabetização Hoje. São Paulo: Cortez Editora, 1994. LEAL, Telma Ferraz Leal; BRANDÃO, Ana Carolina (Org.). Produção de textos na escola: reflexões e práticas no Ensino Fundamental. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. SHOLZE, Lia; ROSING, Tania Mariza Kuchenbecker. Teorias e práticas de letramento. Brasília: INEP, 2007.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
PRG1236	ESTÁGIO EM ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	0			100
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Processo de alfabetização e letramento: conceitos e concepções teóricas de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. Práticas linguístico-discursivas e formação do leitor e do escritor. Organização e acompanhamento de atividades de leitura e produção textual. Estudos e análises dos níveis de escrita, de situações didáticas com foco de reflexão no sistema alfabético de escrita e em situações discursivas da linguagem. <u>Elaboração do relatório de estágio propostas específicas para alfabetização e recursos didáticos alfabetizadores.</u>					
Conteúdo Programático Unidade I – Estágio em Alfabetização e Letramento - Encontros presenciais de Orientações sobre o Estágio Supervisionado em Alfabetização e Letramento; - Definição da escola em que irá estagiar; - Solicitação de Estágio na PROEC, com preenchimento da “Ficha de Aprovação de Estágio”; - Carta de Encaminhamento de Estágio. - Encontros presenciais de reflexão teórico-prático: O processo de Alfabetização e Letramento: conceitos e concepções teóricas da aquisição da escrita. Unidade II – Acompanhamento do Estágio - Orientações para preenchimento de Ficha de acompanhamento de Estágio; - Orientações para preenchimento de Plano de Estágio. - Encontro presencial de reflexão teórico-prático: Estudos e análises dos níveis de escrita, de situações didáticas com foco de reflexão no sistema alfabético de escrita e em situações discursivas da linguagem. Unidade III – Elaboração do Relatório de Estágio - Orientação sobre o Relatório de Estágio; - Elaboração de propostas específicas para alfabetização e recursos didáticos alfabetizadores.					
Bibliografia Básica BAJARD, Elie. Caminhos da escrita espaço de aprendizagem. São Paulo: Cortez Editora, 2002. SMOLKA, A. L. B. A criança na fase inicial da escrita: alfabetização como processo discursivo. 5ª ed. Campinas: Ed. Cortez; Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1993. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997.					
Bibliografia Complementar FERREIRA, Emília. Passado e presente dos verbos ler e escrever. São Paulo: Cortez Editora, 2002. FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. 24. ed., atual. São Paulo, SP: Cortez, 2001. GARCIA, Regina Leite & EDWIGES, Zacur. Alfabetização: reflexões sobre saberes docentes e saberes discentes. São Paulo: Cortez, 2008. PIMENTA, Selma Garrido. Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999. GOMES, Lenice; MORAES, Fabiano. A arte de encantar o Contador de histórias contemporâneo e seus olhares. São Paulo: Cortez Editora, 2012.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PRÁ T.	Prat. CC	TOT .
GDE202	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	5	4	0	1	68
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Avaliação e medidas: diferentes conceituações e fundamentos teórico-metodológicos. A avaliação como componente do processo de ensino e aprendizagem. As avaliações dos sistemas educacionais, suas dimensões e relações no âmbito nacional e internacional. Políticas educacionais internacionais e sistemas de avaliação (PISA, OCDE). Políticas educacionais nacionais e avaliação: a) avaliação institucional; b) avaliação das condições de ensino; c) avaliação de desempenho (ENADE, ENEM, SAEB, SIMADE, Provinha Brasil). Prática docente e elaboração de instrumentos de avaliação.						
Conteúdo Programático Unidade 1: Introdução ao tema Avaliação Pressupostos epistemológicos da Avaliação; Conceitos e fundamentos da Avaliação; Avaliação Educacional e Avaliação Escolar; Avaliação: aspectos legais e regulamentares - CF/1988; LDB/1996; PNE/2014; DCN's Unidade 2: Avaliação como componente do processo de ensino aprendizagem Formas de Avaliação nas etapas da Educação Básica; Instrumentos, usos, estratégias de Avaliação; Planejamento e Avaliação – Projeto político pedagógico Currículo e Avaliação – Diretrizes curriculares/Base Nacional Comum Curricular; Prática docente e Avaliação; Gestão escolar e Avaliação. Unidade 3: Avaliação de sistemas educacionais Dimensões da Avaliação de Sistemas; Políticas educacionais nacionais e internacionais de Avaliação Educacional; Impasses e perspectivas das iniciativas de Avaliação de Sistemas nacionais e do estado de Minas Gerais; Uso pedagógico dos resultados das Avaliações Essa disciplina possui carga horária de Atividades Práticas como Componente Curricular, e, para cumprimento dessa carga horária será realizada análise de instrumentos avaliativos e construção de propostas de intervenção para melhorá-los. Além disso, os boletins pedagógicos com resultados das avaliações externas serão analisados e debatidos pelo grupo de alunos						
Bibliografia Básica AFONSO, Almerindo Janela; ESTEBAN, Maria Teresa. Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre avaliação. São Paulo: Cortez Editora, 2010. HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática de construção da pré-escola à universidade. 30. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010. 157 p. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 272 p.						
Bibliografia Complementar AFONSO, Almerino Janela. Avaliação educacional - regulação e emancipação. São Paulo: Ed Cortez, 2009. LIMA, Adriana de Oliveira. Avaliação escolar: julgamento ou construção? 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. LORDÊLO, J. DAZZANI, M. (Orgs). Avaliação educacional: desatando e reatando nós [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. PERRENOUD, Philippe. Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens. Reimpressão. Porto Alegre: Artmed, 2007. OECD. Education at a Glance 2013, OECD Publishing, 2013. Disponível em <http://www.oecd.org/edu>						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR.	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
PRG536	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II – TCC 02	2	0	2	34
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Aprofundamento das discussões teóricas a respeito do tema específico do projeto de pesquisa sobre o qual será feito o trabalho de conclusão de curso. Apresentação de relatório das atividades desenvolvidas no período, incluindo parte de material/dados a ser analisado. Cronograma de atividades de pesquisa.					
Conteúdo Programático Unidade I – Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC02 - Aprofundamento das discussões teóricas a respeito do tema específico do projeto de pesquisa sobre o qual será feito o trabalho de conclusão de curso. - Ampliação da fundamentação teórica da pesquisa. Unidade II – Orientação e acompanhamento - Elaboração do Cronograma de atividades de pesquisa. Unidade III – Orientação e acompanhamento - Apresentação de relatório das atividades desenvolvidas no período, incluindo parte de material/dados a ser analisado; - Definição dos procedimentos metodológicos da pesquisa. Unidade IV – Socialização do Projeto de Pesquisa/TCC - Socialização do andamento dos Projetos de Pesquisa; - Entrega do Projeto de Pesquisa com ampliação da fundamentação teórica e definição dos procedimentos metodológicos.					
Bibliografia Básica FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2010. SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sanchez. Pesquisa educacional: quantidade - qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Editora brasiliense, 2001. Bibliografia Complementar DEMO, Pedro. Pesquisa - princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1991. LARROSA, J. Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas. 4ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. MENDONÇA, R. Educador ambiental – 6 anos de experiência e debates. São Paulo: WWF Brasil, 2000. PIMENTA, Selma Garrido. Saberes Pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez Editora, 2007.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PRÁT.	P P C	TOT.
GDE169	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	5	2	2	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Aspectos históricos do ensino de Ciências Naturais. Concepção de Ciência, Ambiente, Tecnologia e Sociedade e suas relações, subjacentes aos principais modelos curriculares de ensino de Ciências. Reflexão sobre o ensino de Ciências Naturais com base nas diferentes visões do processo de aprendizagem e do processo de construção do conhecimento científico. Papel do ensino de Ciências no ensino fundamental e inter-relações com os demais componentes curriculares. Recursos e materiais didáticos para o ensino de Ciências Naturais. Ensino de Ciências como Educação Ambiental.						
Conteúdo Programático Unidade I Aspectos históricos do ensino de Ciências Naturais. Concepção de Ciência, Ambiente, Tecnologia e Sociedade e suas relações, subjacentes aos principais modelos curriculares de ensino de Ciências. Unidade II Reflexão sobre o ensino de Ciências Naturais com base nas diferentes visões do processo de aprendizagem e do processo de construção do conhecimento científico. Papel do ensino de Ciências no ensino fundamental e inter-relações com os demais componentes curriculares. Unidade III Recursos e materiais didáticos para o ensino de Ciências Naturais. Ensino de Ciências como Educação Ambiental.						
Bibliografia Básica BIZZO, Nélío. Pensamento Científico: a natureza da ciência no ensino fundamental. São Paulo: Editora Melhoramentos. 2012. Carvalho, Anna Maria Pessoa de. (Org.). Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Cengage Learning, 2004. POZO, J. I.; CRESPO, M.A.G. A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. Porto Alegre, RS: ARTMED, 2009. Bibliografia Complementar BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. 2ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2002. BIZZO, Nélío. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Editora Biruta. 2006. CACHAPUZ, Antonio; GIL PÉREZ, Daniel; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; PRAIA, João; VILCHES, Amparo. A Necessária Renovação do Ensino de Ciências. São Paulo: Cortez, 2005. DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 364 p. (Docência em formação. Ensino fundamental). ISBN 9788524908583 KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE165	HISTÓRIA E CULTURAS AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENAS	2	0	0	34
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Estudo das relações étnico-raciais e da história e cultura afro-brasileira e indígena. Reflexão sobre concepções de raça e etnia. Discute práticas educativas de promoção da igualdade e respeito à diversidade cultural no exercício da cidadania.					
Conteúdo Programático Unidade I – Educação para e nas relações étnico-raciais - Conceitos de raça e etnia - Lei 10.639/03 - Lei 11.645/08 Unidade II – Valores Civilizatórios de Matriz Africana - Espaço e tempo; - Matriarcado; - Concepção de circularidade; - Ancestralidade e Ubuntu. Unidade III – Os povos originários - Abdaya Ayala; - Noção de tempo e espaço na América; - Histórias infantis na perspectiva dos indígenas brasileiros. Unidade IV – Práticas para equidade - Similaridades nas culturas africanas e dos povos originários; - O papel da escola e o que diz a LDB sobre povos indígenas e afro-brasileiros; - Construção coletiva de práticas de equidade – diferenças não são sinônimos de desigualdade					
Bibliografia Básica KI-ZERBO, Joseph. História Geral da África. São Paulo: Cortez Editora, 1991. VOLUME I GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Preconceito racial - modos temas e tempos. São Paulo: Cortez Editora, 2008. SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora, 2013.					
Bibliografia Complementar BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira para educação das relações étnico-raciais. 2009. DAYRELL, J. (Org.). Múltiplos olhares: sobre educação e cultura. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009. 194p. FILICE, Renísia Cristina Garcia. Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas. São Paulo, SP: Autores Associados, 2011. 339 p. KI-ZERBO, Joseph. História Geral da África. São Paulo: Cortez Editora, 2010. VOLUME V. MONTE, Nietta Lindenbergh. Cronistas em viagem e educação indígena. Belo Horizonte: Autentica, 2008.					

OITAVO PERÍODO						
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PRÁ T.	PCC	TOT .
GDE172	METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	5	2	1	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Discute alternativas metodológicas para o ensino de língua portuguesa, a partir da concepção da linguagem como prática social e do respeito às variações linguísticas. Orienta a ação docente no ensino de língua portuguesa, priorizando o desenvolvimento de práticas de leituras e de produção textual nas séries iniciais do ensino fundamental.						
Conteúdo Programático Unidade I - Conceito de língua e de linguagem. - Teorias de ensino e aprendizagem da língua. - Orientações curriculares. Unidade II - Prática social da leitura e da escrita. - Gêneros textuais - Competência leitora e escritora. Unidade III - Gramática e texto. - Literatura infanto-juvenil. Unidade IV - Sequências didáticas - Avaliação da aprendizagem Aula Prática: Elaboração de atividades didáticas e jogos de Língua Portuguesa Atividades Práticas como Componente Curricular: Oficina de leitura em escolas de ensino fundamental.						
Bibliografia Básica LERNER, Delia. Ler e Escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002. SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artmed, 1998. DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.						
Bibliografia Complementar CITELLI, Adilson. Palavras, meios de comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2006. DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. 45. ed. São Paulo: Cortez, 2003. SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2003. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática na escola. 8. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2007.						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PRÁ T.	Prat. CC	TOT .
GDE203	METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA	3	2	0	1	51
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Princípios metodológicos que nortearão a prática pedagógica a partir da abordagem das concepções da Matemática e das propostas curriculares. A educação matemática nas séries iniciais do ensino fundamental: tendências, pressupostos teóricos-metodológicos e resultados de pesquisas em Educação Matemática. Métodos e técnicas de ensino e aprendizagem da matemática e seus fundamentos filosóficos, metodológicos e científicos. Conceitos e procedimentos pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem referentes aos primeiros anos da Educação Fundamental e suas relações com as demais áreas curriculares. Discussão de temas ligados aos obstáculos epistemológicos e didáticos ligados ao ensino e aprendizagem da matemática das séries iniciais.						
Conteúdo Programático Unidade I – Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática Unidade II – Números e Operações: números naturais e sistema de numeração decimal; operações básicas com números naturais Unidade III – Espaço e Forma: localização no espaço; formas geométricas Unidade IV – Grandezas e Medidas: metros, quilogramas e litros; unidades de tempo Unidade V – Tratamento da Informação: interpretação de tabelas e gráficos Atividades Práticas como Componente Curricular: Elaboração de propostas metodológicas para o ensino fundamental Criação de materiais didáticos para o ensino da matemática Produção de jogos educativos na impressora 3D						
Bibliografia Básica CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do Ensino da Matemática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. CENTURIÓN, Marília. Conteúdo e metodologia da matemática: números e operações. 2. ed. São Paulo, SP: Scipione, 2006. SILVA, Mônica Soltau da. Clube de matemática: jogos educativos. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. Bibliografia Complementar FREITAS, José Luiz Magalhães de; BITTAR, Marilena. Fundamentos e metodologia de matemática para os ciclos iniciais do ensino fundamental. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004. 267 p MACHADO, Nilson José. Matemática e Educação. São Paulo: Cortez, 2002. MUNIZ, Cristiano Alberto. Brincar e jogar: enlaces teóricos e metodológicos no campo da educação matemática. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. 145 p. (Tendências em educação matemática). ISBN 9788575264782 (broch.). NACARATO, Adair Mendes; MENGALI, Brenda Leme da Silva; PASSOS, Carmen Lucia Brancaglion. A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009. PASSOS, Carmen Lucia Brancaglion. A geometria nas séries iniciais: uma análise sob a perspectiva da prática pedagógica e da formação de professores. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2003.						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE175	PRÁTICAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	2	0	2	34
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Propostas curriculares e práticas pedagógicas para as séries iniciais do ensino fundamental. A relação da criança com o sistema de escrita alfabético e conhecimento lógico matemático. O trabalho pedagógico com as ciências sociais e naturais. Apresentação dos temas transversais na prática educativa. O planejamento e propostas de organização das atividades docentes.					
Conteúdo Programático Unidade I: A docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental - Especificidade da ação docente nos anos iniciais e conhecimentos profissionais - A relação professor-aluno - Modalidades organizativas e gestão do tempo e sala de aula Unidade II - A conversão do saber científico em escolar e os conteúdos de ensino - Transposição didática nas diferentes áreas do saber - Tratamento dos conteúdos de ensino e formas de divulgação Unidade III - O aluno e o processo de aprendizagem - O aluno e a aquisição do conhecimento - Implicações do ensino para o processo de aprendizagem - Formas de atuação e participação do aluno na elaboração do conhecimento Unidade IV - O Estágio Curricular Supervisionado e as práticas nos anos iniciais do Ensino Fundamental - Aproximações teóricas e práticas com a vivência no estágio curricular supervisionado: análise, registro e discussão.					
Bibliografia Básica CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. 22. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. GIMENO-SACRISTAN, J; PEREZ GOMEZ, A.I. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. PIMENTA, Selma Garrido. Saberes Pedagógicos e atividades docentes. São Paulo, Cortez, 2007. Bibliografia Complementar BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricéia Ribeiro do. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e prática docente. Cortez: São Paulo, 2015. SHOLZE, Lia; ROSING, Tania Mariza Kuchenbecker. Teorias e práticas de letramento. Brasília: INEP, 2007. VEIGA, I.P.A (Org). Técnicas de ensino: por que não? Campinas: Papirus, 1991. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A prática pedagógica do professor de didática. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
PRG1336	ESTÁGIO EM DOCÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	0			100
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Acompanhamento da organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Observação e análise dos elementos constituintes da ação docente, modalidades organizativas, planejamento, desenvolvimento das ações didático-pedagógicas, relação professor-aluno, avaliação do processo de ensino e de aprendizagem e sua interlocução com a dinâmica escolar. Docência compartilhada. Análise dos documentos norteadores da ação docente e prática pedagógica. Elaboração de relatório e registro reflexivo acerca do estágio.					
Conteúdo Programático Unidade I: O Estágio Curricular supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental - Aproximação com a unidade e contexto escolar - Caracterização da escola e grupo escolar - Análise dos documentos norteadores das ações da escola Unidade II: A docência e a prática pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamental - Caracterização da sala de aula e turma - Observação da prática docente e ações didático-pedagógica. - Análise do planejamento de aula e produção do aluno Unidade III - Docência compartilhada - Organização de proposta de intervenção didática a partir da realidade observada - Registro e sistematização da experiência Unidade IV: Registro e organização do relatório final de Estágio					
Bibliografia Básica CUNHA, M. I. O bom professor e sua prática. Campinas: Papirus, 1995. FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e prática docente. Cortez: São Paulo, 2015. GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. Bibliografia Complementar ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. (org.) Estágio supervisionado na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2014. GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012. ANDRÉ, M. E. D. A. A pedagogia das diferenças na sala de aula. Campinas: Papirus, 1999. PIMENTA, Selma Garrido. Saberes pedagógicos e atividades docentes. São Paulo: Cortez, 2007. VILLAS BOAS, B. M. F. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
GDE174	EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE	2	2	0	34
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Sexualidade como dispositivo histórico. Gênero como categoria analítica e como constituição identitária. Educação para as sexualidades. Gênero e educação: relações e vivências na prática pedagógica.					
Conteúdo Programático Unidade I – CORPO, GÊNERO E EDUCAÇÃO - Gênero como construção histórica, social, cultural, política e discursiva. - As relações de gênero e a pedagogia feminista - O controle dos corpos e o poder-saber-verdade Unidade II – EDUCAÇÃO PARA AS SEXUALIDADES - Interfaces entre educação para as sexualidades, gênero, diversidade, orientação sexual nos limiares da cultura, da sociedade e da identidade - Sexualidades e infâncias - Prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescente, as redes de proteção Unidade III – INTERFACES CONCEITUAIS, POLÍTICAS REGIONAIS, CULTURAIS E MIDIÁTICAS - Juventude, sexualidade e mídia: entre os jogos de poder e a (des)construção de identidades - A teoria queer - Gênero, sexualidade, cinema e educação Unidade IV – INTERFACES PEDAGÓGICAS, EDUCACIONAIS E ESCOLARES - Currículo, gênero e sexualidade: desafios e potencialidades da relação corpo, gênero e sexualidade - A construção escolar das diferenças - Gênero e sexualidade nas brincadeiras infantis					
Bibliografia Básica LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. LOURO, Guacira Lopes (Org.). O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. RIBEIRO, Cláudia Maria (Org.). Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da educação infantil. Lavras: Editora da UFLA, 2012. Bibliografia complementar CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Coord.). Gênero e diversidade sexual: um glossário: escolas plurais. João Pessoa, PB: Ed. da UFPB, 2009. CESAR, Maria Rita de Assis. A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico. São Paulo: Editora UNESP, 2008. LOURO, Guacira Lopes. Curriculo, gênero e sexualidade. Porto, PO: Porto Ed., 2000. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997. SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPOLITO, Rita. Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Seropédica, RJ: EDUR, 2011. XAVIER FILHA, Constantina (Org.). Sexualidades, Gênero e Diferenças na Educação das Infâncias. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR.	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
PRG736	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III – TCC 03	2	0	2	34
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Redação do trabalho de conclusão de curso. Descrição dos procedimentos metodológicos utilizadas. Revisão da fundamentação teórica. A disciplina poderá ser oferecida por orientadores individuais ou por grupos de estudo e/ou de pesquisa. Para atender às necessidades serão abertas tantas turmas quanto sejam os agrupamentos feitos. Cada aluno/a se matriculará na oferta (turma) de seu orientador/a.					
Conteúdo Programático Unidade I – Educação formal e não-formal - Conhecimento teórico-prático para diferenciar entre a educação não-formal e a formal; Unidade II – Ação docente e instituições educativas - A realidade escolar e o campo de ação profissional docente (Pedagogia Empresarial, Pedagogia Hospitalar, Pedagogia Institucional) Unidades III – Fundamentação teórico e práticas - Fundamentação teoria e prática nas dinâmicas e práticas pedagógicas. Atividade Prática como Componente Curricular: - Mapeamento das diferentes possibilidades de atuação do pedagogo na região mineira. - Entrevistas com pedagogos que atuam em diferentes áreas, espaços educacionais.					
Bibliografia Básica FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2010 212 p. ISBN 9788524916380. SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sanchez. Pesquisa educacional: quantidade - qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013. LUDKE, Menga. O que conta como pesquisa? São Paulo: Cortez Editora, 2009. Bibliografia Complementar BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 23. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2009. BARBOUR, Rosaline S. Grupos focais. Porto Alegre, RS: Bookman, Artmed, 2009. 216 p. FAZENDA, Ivani. Enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez Editora, 2001. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. GAMBOA, Silvio Sánchez; FILHO, José Camilo dos Santos. Pesquisa educacional - quantidade e qualidade. São Paulo: Cortez Editora, 2002.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PRÁT.	PPC	TOT.
GDE204	PEDAGOGIA EM AMBIENTES NÃO-ESCOLARES	3	2	0	1	34
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Conhecimento teórico-prático para diferenciar entre a educação não-formal e a formal. Discute a realidade escolar e o campo de ação profissional docente, para conhecer e refletir sobre as dinâmicas institucionais e educativas. Reflete a fundamentação teoria e prática nas dinâmicas e práticas pedagógicas.						
Conteúdo Programático Unidade I – Educação formal e não-formal - Conhecimento teórico-prático para diferenciar entre a educação não-formal e a formal; Unidade II – Ação docente e instituições educativas - A realidade escolar e o campo de ação profissional docente (Pedagogia Empresarial, Pedagogia Hospitalar, Pedagogia Institucional) Unidades III – Fundamentação teórico e práticas - Fundamentação teoria e prática nas dinâmicas e práticas pedagógicas. Atividade Prática como Componente Curricular: - Mapeamento das diferentes possibilidades de atuação do pedagogo na região mineira. - Entrevistas com pedagogos que atuam em diferentes áreas, espaços educacionais.						
Bibliografia Básica BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007. MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado de Letras: 2001						
Bibliografia complementar CARBONELL, Sonia. Educação estética para jovens e adultos. São Paulo: Cortez Editora, 2012. DAYRELL, Juarez (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 245 p. LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.). Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2012. UNESCO. Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática. Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2008.						

NONO PERÍODO						
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PRÁT.	PPC	TOT.
GDE205	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3	1	1	1	51
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Análise do percurso histórico, social e ideológico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e das práticas alfabetizadoras de EJA em contextos escolares e não escolares. Estudo das contribuições específicas de Paulo Freire. A alfabetização de jovens e adultos trabalhadores à construção da cidadania como elemento da emancipação.						
Conteúdo Programático Unidade I – A História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil - Estudo e análise do percurso histórico, social e ideológico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil; - Estudo das práticas alfabetizadoras de EJA em contextos escolares e não escolares. Unidade II – Estudos de Paulo Freire - Estudo das contribuições específicas de Paulo Freire; - Contribuições teóricas e metodológicas de Paulo Freire. Unidade III – Alfabetização de jovens e Adultos - A alfabetização de jovens e adultos trabalhadores à construção da cidadania como elemento da emancipação. Atividade Prática: - Produção de atividades para alfabetização de jovens e adultos. Atividade Prática como componente curricular: Oficinas temáticas de atividades de alfabetização para adultos.						
Bibliografia Básica PEREIRA, Marina Lucia. A Construção do Letramento na Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Autêntica, 2004. PICONEZ, Stela C. Bertholo. Educação Escolar de Jovens e Adultos. São Paulo: Papirus, 2005. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.						
Bibliografia Complementar BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Viver, aprender: educação de jovens e adultos 1 : módulos 1 e 2. Brasília, DF: MEC, São Paulo, SP: Ação Educativa, 1998. FONSECA, Maria da Conceição F. R. Educação matemática de jovens e adultos: especificidades, desafios e contribuições. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005. 118 p. (Tendências em educação matemática; 5). ISBN 85-7526-056-1. MOURA, Tania Maria de. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuição de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió, AL: EDUFAL, 1999. REIS, Renato Hilário dos. A constituição do ser humano: amor-poder-saber na educação/alfabetização de jovens e adultos. Campinas, SP: Autores Associados, c2011. xxiv, 260 p. (Coleção SOARES, Leôncio; GIONANETTI Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Autêntica, 2005.						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR	PRÁT.	PCC	TOT.
GDE179	EDUCAÇÃO DO CAMPO	3	2	0	1	51
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Formação social brasileira. Relações de trabalho e proletariado no século XXI. Trabalho docente precarizado. A questão agrária e os conflitos pela terra no Brasil. Organização e movimentos sociais do campo. Agroecologia e agricultura camponesa. Da educação rural à educação do campo. Turma multisseriada e integração interetária. Políticas públicas de educação do campo. Educação popular e Pedagogia do Movimento.						
Conteúdo Programático Unidade I – Formação social e econômica da nação brasileira - Darcy Ribeiro e a formação do povo brasileiro - Celso Furtado e a a formação econômica do Brasil - Florestan Fernandes e a dimensão libertária da América Latina - Jessé Souza e o culturalismo racista Aula Prática : visita a uma escola da Pedagogia do Movimento Unidade II – Relações entre a classe trabalhadora e patronal historicamente até XXI. O trabalho precarizado na docência hoje - Trabalho assalariado e capital: salário, preço e lucro (Marx) - Terceirização, contratação por produto, contrações temporárias (Antunes) - Trabalho e alienação Unidade III – A questão agrária e os conflitos pela terra no Brasil. - A criação da ideia de propriedade - O uso social da terra - Ocupação; acampamento; assentamento; desenvolvimento territorial - Aula Prática : vivência em área de acampamento ou assentamento Unidade IV – Movimentos sociais do campo e a disputa dos espaços da sociedade civil e do governo. - Sociedade civil (Gransci) - O Estado no centro da mundialização (Osório) - Escola e movimento social (Arroyo) Unidade V – Agroecologia e agricultura camponesa. - Sementes crioulas - O Veneno está na mesa: Campanha Permanente Contra os Contra os Agrotóxicos e Pela Vida - Conhecimento de comunidades tradicionais e quilombolas - Trabalho cooperativo como instrumento de cultura e coesão social. - Aula Prática: Produção de compostagem, muda e cultivo Unidade VI – Da educação rural às políticas de educação do campo. - I Ender e criação do Pronex - DCNs - Diretrizes mineiras - Aula Prática: Visita a escola em área rural Unidade VII – Turma multisseriada e integração interetária. Educação popular e Pedagogia do Movimento. - organização da aula com integração multietária - educação popular - Pedagogia do Movimento - Aula Prática: Visita à Escola Nacional Florestan Fernandes Atividades Práticas como Componente						
Bibliografia Básica ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão M. (Org.). Escola de direito: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 2). CALDART, Roseli S. (org.). Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo. Expressão Popular, 2011. 248p. VENDRAMINI, Célia R.; AUED, Bernadete W. (Org). Temas e problemas no ensino em escolas do campo. São Paulo: Outras expressões, 2012.						
Bibliografia Complementar ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. Articulação Por Uma Educação do Campo -A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 1999. Vol.2 BENJAMIM, César; CADART Roseli Salete. Articulação Por Uma Educação do Campo - Projeto Popular e Escolas do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2000. Vol.3 KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CADART, Roseli Salete (Orgs.). Articulação Por Uma Educação do Campo - Educação do Campo, Identidade e Políticas Públicas. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2000. Vol.4 MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). Articulação Por Uma Educação do Campo– Educação do Campo: Contribuições para a Construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004. Vol.5. SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Articulação Por Uma Educação do Campo - Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação. Brasília: Incra; MDA, 2008. Vol.7						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR.	PRÁT.	PCC	TOT
GDE176	METODOLOGIA DO ENSINO DO MOVIMENTO CORPORAL	5	2	2	1	85
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Diferentes concepções de corporeidade ao longo da história. O corpo como fonte de compreensão do sujeito. O desenvolvimento da motricidade: elementos perceptivos, esquemáticos, tônus, lateralidade, orientações temporais e espaciais. Os movimentos do corpo como recurso para externalização de sentimentos, emoções e estados íntimos.						
Conteúdo Programático Unidade I Diferentes concepções de corporeidade ao longo da história. O corpo como fonte de compreensão do sujeito. Unidade II O desenvolvimento da motricidade: elementos perceptivos, esquemáticos, tônus, lateralidade, orientações temporais e espaciais. Unidade III Os movimentos do corpo como recurso para externalização de sentimentos, emoções e estados íntimos.						
Bibliografia Básica ARTAXO, Inês; MONTEIRO, Gizele Assis. Ritmo e movimento: teoria e prática. 5. ed. São Paulo, SP: Phorte, 2013. FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1992. FREIRE, João Batista. De corpo e alma: o discurso da motricidade. São Paulo: Summus, 1991. Bibliografia Complementar BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: educação física. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. MATTOS, Mauro Gomes de; NEIRA, Marcos Garcia. Educação física infantil: construindo o movimento na escola. 6. ed. São Paulo: Phorte, 2006. SÁ, Ivo Ribeiro de; GODOY, Kathya Maria Ayres de. Oficinas de dança e expressão corporal para o ensino fundamental. São Paulo: Cortez Editora, 2009. SANDERS, Stephen W. Ativo para a vida: programas de movimento adequados ao desenvolvimento da criança. Trad. Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2005. STOKOE, Patrícia; HARE, Ruth. Expressão corporal na pré-escola. Trad. Beatriz A. Cannabrava. São Paulo: Summus, 1987.						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA			
			TEÓR	PRÁT.	PCC	TOT
GDE206	PRÁTICAS EDUCATIVAS EM EJA OU EM AMBIENTES NÃO-ESCOLARES	3	1	1	1	34
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:						
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA						
Ementa Busca a reflexão entre teoria e prática pedagógica em EJA e em ambientes não escolares. Analisa o espaço da educação escolar e não escolar, no 1.º segmento do Ensino Fundamental. Aborda os atuais desafios educacionais em ambientes escolares e não-escolares e busca soluções para questões que repercutem na qualidade da educação oferecida.						
Conteúdo Programático Unidade I – Prática Pedagógica em EJA - Busca a reflexão entre teoria e prática pedagógica em EJA e em ambientes não escolares; Unidade II – Espaços escolares e não escolares em EJA - Analisa o espaço da educação escolar e não escolar, no nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Unidade III – Os desafios Educacionais em EJA - Aborda os atuais desafios educacionais em ambientes escolares e não-escolares e busca soluções para questões que repercutem na qualidade da educação oferecida. Atividade Prática: - Produção de atividades para alfabetização de jovens e adultos Atividade Prática como componente curricular: Oficinas temáticas de atividades de alfabetização para adulto						
Bibliografia Básica CARBONELL, Sonia. Educação estética para jovens e adultos. São Paulo: Cortez Editora, 2006. LEITE, Sergio Antonio da Silva. Afetividade e letramento da educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez Editora, 2013. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. Educação de Jovens e Adultos: teoria prática e proposta. São Paulo: Cortez Editora, 2005. Bibliografia Complementar ALVARES, Sonia Carbonell. Educação estética na EJA: a beleza de ensinar e aprender com jovens e adultos. São Paulo, SP: Cortez, 2012. DUARTE, Newton. O ensino da Matemática na alfabetização de Jovens e Adultos. São Paulo: Cortez Editora, 1995. LUCKESI, Cipriano C.; PASSOS, Elizete Silva. Introdução à educação: Aprendendo a pensar. São Paulo: Cortez, 2002. PIMENTA, S. G. (Org.). Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002. p. 59-97. STECANELA, Nilda; AGLIARDI, Delcio Antônio; LORENSATTI, Edi Jussara Candido (Org.). Ler e escrever o mundo: a EJA no contexto da educação contemporânea. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2014.						

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
PRG1436	ESTÁGIO EM DOCÊNCIA NA EJA OU EM AMBIENTES NÃO-ESCOLARES	0			50
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Ação do pedagogo na sociedade atual e os múltiplos contextos educativos e sua especificidade: Educação de Jovens e adultos e/ou Espaços não escolares. Ações e projetos em instituições educativas da sociedade contemporânea. Planejamento, execução, controle e avaliação pedagógica de programas e formação profissional continuada. Projetos de educação comunitária e popular em associações, sindicatos, cooperativas, partidos políticos, igrejas e outras organizações sociais. Bases teóricas do mundo do trabalho e sua relação com processos educativos. Análise de processos de ação pedagógica, de relacionamento interpessoal e de dinâmica de grupo em instituições de Educação de Jovens e Adultos e/ou não-escolares. Elaboração de relatório e registro reflexivo acerca do estágio.					
Conteúdo Programático Unidade I – Prática Pedagógica em EJA - Busca a reflexão entre teoria e prática pedagógica em EJA e em ambientes não escolares; Unidade II – Espaços escolares e não escolares em EJA - Analisa o espaço da educação escolar e não escolar, no nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Unidade III – Os desafios Educacionais em EJA - Aborda os atuais desafios educacionais em ambientes escolares e não-escolares e busca soluções para questões que repercutem na qualidade da educação oferecida. Atividade Prática: - Produção de atividades para alfabetização de jovens e adultos Atividade Prática como componente curricular: Oficinas temáticas de atividades de alfabetização para adultos					
Bibliografia Básica ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. (org.) Estágio supervisionado na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2014. CAPUCHO, Vera. Educação de Jovens e Adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez Editora, 2012. PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo: Cortez Editora, 2010.					
Bibliografia Complementar BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Viver, aprender: educação de jovens e adultos: módulos 1 e 2. Brasília, DF: MEC, São Paulo, SP: Ação Educativa, 1998. 111 p. FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade pensar, pesquisar e intervir. São Paulo: Cortez Editora, 2014. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1980. MARCUSE, Herbert. Cultura e Sociedade. Trad. Wolfgang Leo Mar et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.v. II. ROCHA, Raquel da Silva; SOUZA, Solange Gois de. Práticas de alfabetização na Educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez Editora, 2002.					

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR.	CARGA HORÁRIA		
			TEÓR.	PRÁT.	TOT.
PRG936	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO IV – TCC 04	2	0	2	34
OFERECIDA PARA O(S) CURSO(S) DE:					
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA					
Ementa Finalização e revisão da escrita do Trabalho de Conclusão de Curso. Apresentação final do trabalho de conclusão de curso.					
Conteúdo Programático Unidade I – Trabalho de Conclusão de Curso IV – TCC04 - Redação do Trabalho de Conclusão de Curso; - Aprofundamento das discussões teóricas a respeito do tema específico do projeto de pesquisa sobre o qual será feito o trabalho de conclusão de curso. - Refinamento da escrita da fundamentação teórica da pesquisa. Unidade II – Orientação e acompanhamento - Descrição dos procedimentos metodológicos utilizadas. - Análise de dados coletados (em caso de pesquisa de campo); - Revisão da fundamentação teórica. Unidade III – Orientação e acompanhamento - Finalização e revisão da escrita do TCC. Unidade IV – Defesa do TCC - Apresentação final do TCC.					
Bibliografia Básica FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2010. LUDKE, Menga. O que conta como pesquisa? São Paulo: Cortez Editora, 2009. SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sanchez. Pesquisa educacional: quantidade - qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013. Bibliografia Complementar FAZENDA, IVANI. Interdisciplinalidade pensar, pesquisar e intervir. São Paulo: Cortez Editora, 2014. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do Saber. Manual da metodologia da pesquisa em ciência humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999. LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2009. Wachowicz, Lílían Anna. Pedagogia mediadora. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.					



DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA MODALIDADE PRESENCIAL

REGULAMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE PEDAGOGIA

LAVRAS, 2017

CAPÍTULO I

Da natureza

Art. 1.º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia (modalidade presencial), parte integrante da formação de professores da Educação Básica, em Nível Superior, é um ato educativo escolar supervisionado, que consiste na participação do licenciando em atividades que articulem ensino, pesquisa e extensão, buscando proporcionar ao estudante a prática e a vivência no exercício da profissão, conforme regulamenta a Lei n.º 11788/2008.

Art. 2.º O Estágio Supervisionado, de caráter obrigatório para o Curso de Pedagogia, visa propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, iniciando o aluno na vivência profissional.

CAPÍTULO II

Das Competências

Art. 3.º A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia está subordinada à Pró-reitoria de Graduação (PRG) e Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), conforme a Resolução CEPE 191/2011, envolvem no âmbito do Curso:

- I. O professor coordenador de estágio;
- II. O(s) professor(es) orientador(es) da disciplina de estágio;
- III. O(s) professor(es) supervisores do local do estágio;
- IV. A Secretaria do Colegiado do Curso;
- V. A Coordenadoria de Estágio da PROEC.

Art. 4.º São competências do Professor Coordenador de Estágio do Curso de Pedagogia:

- I. Compatibilizar a política, a organização e o desenvolvimento dos estágios curriculares supervisionados da licenciatura juntamente com os professores orientadores e supervisores;
- II. Contatar as instituições que são os Campos de Estágio para análise das condições oferecidas à realização do estágio;
- III. Planejar e coordenar, junto aos Campos de Estágio, a execução e a avaliação das atividades pertinentes, e elaborar ou reelaborar o plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado;
- IV. Promover reuniões com os professores orientadores de Estágio e supervisores para discutir questões relativas ao planejamento, execução e avaliação das atividades, bem como, análise dos métodos, critérios e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento
- V. Retirar junto à Coordenadoria de Estágio (PROEC) os documentos relativos aos estágios e arquivá-los pelo período regulamentar;
- VI. Articular ações e projetos entre o estágio da licenciatura a que está ligado e estágio de outras licenciaturas da UFLA;
- VII. Arquivar documentos finais de estágio;

Parágrafo Único: O coordenador de estágio será eleito pelos professores orientadores de Estágio e homologado pelo Colegiado de Curso de Pedagogia. Deverá possuir formação em áreas específicas ligadas à educação ou ensino, relacionadas ao campo de conhecimento do curso de Pedagogia. Terá contabilizado na sua carga horária do Departamento o número de créditos equivalente a sua atuação na atividade.

Art. 5.º São competências dos professores orientadores de estágio do curso de Pedagogia:

- I. Orientação Metodológica: ações de orientação a serem realizadas nas disciplinas ligadas às Práticas Educativas.
 - a) Direcionar as práticas e metodologias para ensino e avaliação de conteúdos específicos;
 - b) Instruir na construção de planos de ensino ou projetos de intervenção, junto com o licenciando;
 - c) Orientar os estagiários com relação às situações vivenciadas na sala de aula e no espaço escolar.
- II. Orientação Administrativa: ações administrativas para gestão técnica dos estágios.
 - a) Gestão, organização e orientação dos licenciandos na realização de atividades no espaço escolar;
 - b) Supervisionar, avaliar e acompanhar os estagiários durante as intervenções pedagógicas nas escolas;
 - c) Encaminhamento da avaliação final do estagiário para a Coordenadoria de Estágios.

Parágrafo Único: O Professor Orientador será o professor do corpo docente efetivo do Departamento de Educação, responsável pela oferta do componente curricular de Estágio Obrigatório. Esse professor será responsável pela orientação, acompanhamento e avaliação do aluno no mesmo.

Art. 6.º São competências dos professores supervisores do local de estágio:

- I. Prestar acompanhamento no local de estágio;
- II. Orientar o estagiário na elaboração e execução das atividades que atendam ao plano de trabalho proposto;
- III. Analisar e discutir com o estagiário as atividades a serem cumpridas;
- IV. Construir com o estagiário, possibilidades de intervenção que contribuam para a superação de dificuldades encontradas;
- V. Assegurar o processo de autoaprendizagem em um sistema de corresponsabilidade;
- VI. Assinar as fichas de frequência dos estagiários sob sua supervisão, certificando-se de que as atividades foram realizadas;
- VII. Observar e analisar a prática pedagógica dos licenciandos nas atividades didáticas;
- VIII. Participar da avaliação dos estagiários.

Parágrafo Único: O supervisor de estágio é um profissional designado pela parte concedente com capacitação mínima indispensável para orientar o educando em seu desempenho no campo de estágio.

Art. 7.º São competências da Coordenadoria de Estágio na PROEC:

- I. Manter atualizada a lista de escolas conveniadas;
- II. Disponibilizar ao estudante a documentação necessária para a solicitação de estágio;
- III. Receber a documentação necessária para a efetivação do estágio;

Art. 8.º São competências da Secretaria de Colegiado de Curso:

- I. Efetivar e convalidar a matrícula do licenciando no estágio;
- II. Encaminhar para apreciação da Coordenadoria de Estágio as solicitações relativas aos Estágios.

Art. 9.º São competências do licenciando:

- I. Cumprir o previsto no Regulamento Geral de Estágio de Licenciatura da UFLA e no Regulamento específico do curso de Pedagogia, bem como as normas definidas no Plano de Curso do componente curricular específico de seu período de matrícula;
- II. Cumprir as exigências estabelecidas pelo(s) orientador(es) e pelo(s) supervisor(es) de estágio;
- III. Apresentar-se em instituição, devidamente conveniada com a UFLA, para a realização do Estágio Curricular Supervisionado, após indicação ou consentimento do orientador de estágio. Apresentar, na secretaria da escola, a carta de apresentação devidamente preenchida e assinada pelo Supervisor de Estágio;
- IV. Solicitar, caso não haja, a celebração de convênio entre a UFLA e a instituição que pretende realizar estágio. Tal solicitação fica sujeita à avaliação e à aprovação da Coordenadoria de Estágio;
- V. Efetuar matrícula nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado, segundo orientações da PRG;
- VI. Retirar no site da PROEC as cópias dos documentos de estágio, tanto gerais como específicos do curso de Pedagogia;
- VII. Efetuar a entrega dos seguintes documentos na Coordenadoria de estágio no prazo de 15 dias úteis após o início do semestre letivo:
 - a) Carta de apresentação assinada pelo Orientador de Estágio;
 - b) Cópia dos documentos de identidade – RG e CPF;
 - c) Autorização de estágio e Termo de compromisso devidamente assinados;
- VIII. Submeter-se às normas estabelecidas pela instituição onde o estágio estive sendo realizado;
- IX. Entregar, no final do estágio, à Coordenadoria de Estágio os seguintes documentos:
 - a) Comprovação do cumprimento da carga horária obrigatória de estágio, por meio da entrega das fichas de acompanhamento das atividades;
 - b) Relatório semestral final no prazo determinado;
 - c) Carta de avaliação do professor supervisor do local de estágio em envelope lacrado.

CAPÍTULO III

Do funcionamento

Art. 10. A realização do estágio ocorrerá a partir do 5.º período do curso de Pedagogia, contemplando a Gestão Educacional, no 5.º Período; a Educação Infantil no 6.º período, a Alfabetização e o Letramento no 7.º período; os anos iniciais do Ensino Fundamental no 8.º; a Educação de Jovens e Adultos ou a Educação em ambientes não-escolares no 9.º período.

§1.º As disciplinas de Estágio obrigatório estarão associadas às disciplinas de Práticas Educativas e serão desenvolvidas, de forma concomitante, pelo mesmo docente da disciplina vinculada ao Departamento de Educação. E tem por finalidade acompanhar as atividades dos estagiários a partir da reflexão e aprofundamentos teóricos:

- I. A disciplina GDE160 – Práticas Educativas em Gestão Educacional estará associada à disciplina PRG1036 – Estágio em Gestão Educacional acontecerão no 5.º período;
- II. A disciplina GDE166 – Práticas Educativas na Educação infantil e estará associada à disciplina PRG1136 – Estágio em docência na Educação Infantil, no 6.º período;
- III. A disciplina GDE170 – Práticas Educativas em Alfabetização e Letramento estará associada à disciplina PRG1236 – Estágio em Alfabetização e Letramento, no 7.º;
- IV. A disciplina GDE175 – Práticas Educativas nos anos iniciais do Ensino Fundamental estará associada à disciplina PRG1336 – Estágio em docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no 8.º período
- V. A disciplina GDE180 – Práticas Educativas em Educação de Jovens e Adultos ou em ambientes não-escolares estará associada à disciplina PRG1436 – Estágio em EJA ou em ambientes não-escolares, no 9.º período.

Art. 11. O Curso prevê 400 horas de estágio curricular obrigatório, distribuídas da forma abaixo indicada nas áreas de:

Período	Área	Carga horária
5.º	Estágio em Gestão Educacional	50 horas
6.º	Estágio em Docência na Educação Infantil	100 horas
7.º	Estágio em Docência nos Anos iniciais do Ensino Fundamental	100 horas
8.º	Estágio em Alfabetização e letramento	100 horas
9.º	Estágio em EJA ou em ambientes não-escolares	50 horas

Parágrafo único: Dentro da carga horária fixada acima para cada área de estágio curricular obrigatório o licenciando deverá cumprir: no mínimo 50 % da carga horária nas instituições escolares públicas e/ou espaços não escolares, quando for o caso, conveniados com a UFLA; 30% da carga horária com orientações junto ao docente responsável pela disciplina e 20% da carga horária na elaboração de relatórios.

Art. 12. O estágio obrigatório deverá ser cumprido em instituições de ensino conveniadas com a UFLA.

Art. 13. O estágio deverá ter acompanhamento do professor orientador do Departamento de Educação da UFLA e do supervisor do local do estágio.

Art. 14. É obrigatória a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio (TCE) entre a UFLA, a parte concedente do estágio e o estudante.

CAPÍTULO IV

Da Dispensa

Art. 15. Os estudantes que exercem atividade docente em exercício na Educação Básica poderão solicitar, conforme a Resolução CNE/CP 2 de 19/2/2002, a redução da carga horária do estágio curricular na área específica de sua atuação, até no máximo de 200 horas. Para isso, os estudantes deverão se matricular regularmente na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado e apresentar documentos comprobatórios, mediante requerimento de redução de carga horária, protocolado junto à Secretaria do Colegiado do curso, até o dia da matrícula. O resultado final será encaminhado à Secretaria do Colegiado do curso.

Parágrafo único: O aluno poderá obter reconhecimento das horas de estágio mediante apresentação de requerimento e comprovação das horas trabalhadas e da validação pelo Professor Orientador do Estágio.

CAPÍTULO V

Das Dimensões Pedagógico-Metodológicas

Art. 16. O estágio tem como objetivo proporcionar aos estagiários conhecimentos teórico-práticos compatíveis com a realidade científico-profissional e a realidade institucional/social do educador em formação.

Art. 17. O estágio supervisionado obrigatório deverá ocorrer nos cinco últimos períodos do curso, sendo suposto a abrangência de atividades de:

- I. Observação de atividades no contexto escolar;
- II. Orientação teórico-metodológica;
- III. Pesquisas sobre as práticas do trabalho escolar;
- IV. Planejamento e execução de atividades de docência na escola;
- V. Elaboração de relatório.

CAPÍTULO VI

Dos relatórios de estágio

Art. 18. Ao final de cada etapa de estágio, o aluno-estagiário deverá entregar relatórios referentes às etapas cumpridas, que poderá compor a elaboração de um projeto de intervenção.

Art. 19. Os relatórios deverão ser entregues em prazo estipulado pelo Professor Orientador de Estágio.

Art. 20. Os relatórios deverão atender às orientações repassadas pelo Coordenador de Estágio, observando as partes constituintes (comprovantes e relatórios).

CAPÍTULO VII

Da Avaliação

Art. 21. A avaliação do estágio assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art. 22. A avaliação será realizada pelo Professor Orientador de Estágio, que deverá manifestar-se em relação à aprovação do estagiário, mediante a apreciação do cumprimento das atividades prescritas ao licenciado e dos documentos enviados pelo professor supervisor do local do estágio.

Art. 23. O aluno deve cumprir integralmente a carga horária prevista e todas as atividades de Estágio, salvo disposto no art. 15. deste Regulamento.

CAPÍTULO VIII

Do Desligamento

Art. 24. O estagiário será desligado do Estágio:

- I. Ao término do estágio;
- II. Se comprovada insuficiência na avaliação de desempenho;
- III. A pedido do próprio;
- IV. Em decorrência do descumprimento do Termo de Compromisso, por parte do estagiário ou da parte concedente do campo de estágio;
- V. No caso de ele deixar de executar as atividades de estágio, sem motivo justificado, será considerado inabilitado e terá que realizar todas as atividades novamente.

CAPÍTULO IX

Das disposições finais

Art. 25. Os possíveis custos decorrentes do plano sugerido pelo estudante para cumprimento das atividades ficam a cargo do estudante.

Art. 26. Os casos não previstos por essa regulamentação serão resolvidos pela coordenação de Estágio, ouvido o Colegiado de Curso de Pedagogia.

Art. 27. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação e homologação pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

Aprovado pelo Colegiado do Curso de Pedagogia, modalidade presencial, em 9 de março de 2017.



DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA MODALIDADE PRESENCIAL

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

LAVRAS, 2017

INTRODUÇÃO

Como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, os discentes do Curso de Pedagogia, modalidade presencial, da Universidade Federal de Lavras terão de apresentar, até o nono período, um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Entende-se por TCC trabalhos acadêmicos em formatos de monografia ou artigo científico. Este regulamento tem como objetivo a normatização do processo de elaboração, acompanhamento e orientação do TCC sendo o seu cumprimento de responsabilidade, do Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia, dos orientadores e dos estudantes do curso de Pedagogia.

CAPÍTULO I

Dos Objetivos e Definições

Art. 1.º O TCC tem por objetivo principal proporcionar ao discente a reflexão crítica, teórica e metodológica a partir da problematização e estudos, mais aprofundado, de questões referentes à área da educação. O TCC visa criar oportunidade de 1) definir uma temática e problema(s) referentes ao campo do saber da área de formação; 2) desenvolver uma investigação científica, com base teórico-metodológica sobre o tema definido; 2) sistematizar o conhecimento produzido na área acadêmica sobre um objeto de estudo relacionado à área da educação; 3) aprofundar pesquisas realizadas em projetos cadastrados como plano de trabalhos de iniciação científica, como por exemplo os programas PIVIC, PIBIC, PIBID, entre outros.

Art. 2.º O TCC deverá ser desenvolvido dentro dos formatos já indicados e sua elaboração se iniciará a partir do 6.º período, tendo acompanhamento no decorrer dos quatro últimos semestres do curso de Pedagogia.

Art. 3.º O TCC consistirá em trabalho de pesquisa acadêmico-científico, realizado individual ou em dupla, sob a supervisão de um professor orientador, e discorrerá sobre um tema definido de comum acordo, relativo a assunto vinculado à área da educação.

CAPÍTULO II

Das disciplinas e procedimentos necessários

Art. 4.º As disciplinas que constituem, sistematizam e acompanham a produção final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são: GDE162-Metodologia de Pesquisa em Educação (6.º período); PRG336-TCC01 (6.º período); PRG536-TCC02 (7.º período); PRG336-TCC03 (8.º período) PRG336-TCC04 (9.º período).

Parágrafo Único. As disciplinas GDE162 e PRG citadas possuem percurso procedimental e administrativo diferenciados, sendo a primeira configurada de aulas presenciais e as PRG de caráter instrutivo de supervisão e acompanhamento de um professor coordenador, conforme as atribuições explicitadas no art. 7.º.

Art. 5.º No 6.º período do Curso de Pedagogia o estudante deverá matricular-se nas disciplinas GDE162-Metodologia de Pesquisa em Educação e PRG336-TCC01, cujas temáticas embasarão e orientarão os procedimentos normativos para a realização de um projeto de TCC.

Parágrafo único: No projeto de TCC, cada estudante deverá demonstrar domínio significativo dos procedimentos metodológicos e das normas técnicas de elaboração de uma proposta de pesquisa científica. O projeto de pesquisa será redigido com anuência do professor orientador com domínio na área de estudo, que será o responsável por subsidiar a fundamentação teórica e procedimentos de coleta de dados iniciais para a pesquisa. Caso o projeto envolva seres humanos ou animais, o professor orientador deverá submeter o projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa – COEP.

Art. 6.º O curso apresenta quatro disciplinas de supervisão e acompanhamento do TCC: PRG336-TCC01 (6.º Período); PRG536-TCC02 (7.º Período), PRG736-TCC03 (8.º Período) e PRG936-TCC04 (9.º Período), sendo acompanhada por um docente e terá um cronograma de atividades a ser seguido.

§1.º A disciplina PRG336-TCC01 (6.º período) tem como finalidade iniciar o efetivo processo de elaboração do TCC, auxiliando cada estudante na escolha de um docente para orientação na elaboração do projeto de pesquisa. O processo de orientação poderá iniciar-se em concomitância com disciplina GDE162-Metodologia de Pesquisa em Educação e PRG336-TCC01;

§2.º A disciplina PRG336-TCC01 organizará a distribuição de orientandos conforme a disponibilidade dos professores orientadores e coordenará se ocorrerá de modo individual ou em dupla. Como término e validação da disciplina, os estudantes deverão apresentar o projeto de pesquisa com vinculação de um professor orientador e seu devido plano de estudo.

§3.º A disciplina PRG536-TCC02 (7.º período), dará continuidade ao acompanhamento das relações orientando e orientação. Para o término da disciplina os estudantes deverão apresentar o projeto de pesquisa com a redação ampliada na fundamentação teórica;

§4.º A disciplina PRG736-TCC03 (8.º período), dará continuidade ao acompanhamento das relações orientando e orientação, verificando o processo de elaboração do TCC e o cumprimento do plano de estudo. Para o término da disciplina os estudantes deverão apresentar a primeira versão do TCC; em caso de pesquisas completas, pode-se indicar a defesa do trabalho;

§5.º Durante a Disciplina PRG936-TCC04 (9.º período) os estudantes deverão finalizar a pesquisa, escolher os professores para banca de defesa do TCC, preencher os formulários e fazer o agendamento da defesa. A finalização da disciplina PRG936-TCC04 se dará com a defesa do TCC.

CAPÍTULO III

Sobre a Orientação

Art. 7.º A orientação para o desenvolvimento do TCC será assegurada a cada discente do Curso de Pedagogia. A orientação será exercida, preferencialmente, por um docente do curso de Pedagogia pertencente ao Departamento de Educação (DED) ou professor colaborador vinculado ao curso e, em casos excepcionais, o professor coordenador da disciplina de TCC poderá indicar um docente como orientador, caso necessário o Colegiado do Curso poderá ser consultado.

Parágrafo único: No caso de impossibilidade de continuidade da orientação por motivos de quaisquer natureza, o fato deve ser comunicado por escrito, pela orientação ou pelo orientando, ao professor coordenador da disciplina de TCC, com a devida justificativa. Caberá ao professor coordenador da disciplina, em conjunto com o estudante, proceder à substituição do orientador e, se necessário, encaminhar as definições ao Colegiado do Curso de Pedagogia.

Art. 8.º Compete ao professor coordenador da disciplina TCC:

- Cumprir e fazer cumprir no que lhe compete este Regulamento, assim como, divulgar suas disposições e as normas que o completam, sempre esclarecendo aos discentes sua forma de execução;
- Orientar e acompanhar os discentes na escolha de um professor orientador.
- Coordenar e regulamentar as relações orientador e orientando nas práticas investigativas, nas técnicas de elaboração de um trabalho de pesquisa científica e no cumprimento dos prazos de encaminhamento das atividades.

Art. 9.º Compete ao professor orientador:

- orientar e acompanhar a elaboração do projeto de pesquisa e as providências necessárias para o desenvolvimento da pesquisa a ser realizada pelo(s) orientandos;
- submeter, quando necessário, o protocolo de pesquisa à avaliação do COEP/UFLA antes do início das atividades de pesquisa de campo.
- orientar os estudantes nas práticas investigativas e nos procedimentos de elaboração e redação de um trabalho acadêmico-científico, disponibilizando-se a realizar a quantidade de encontros mínimos necessários para o atendimento dos estudantes sob sua orientação;
- estabelecer com cada orientando um plano de estudo, com um respectivo cronograma contendo a demarcação dos prazos para desenvolvimento de atividades de estudo e realização da pesquisa, indicando os locais, os horários de atendimento e outras providências necessárias;
- definir, ao final do processo de elaboração do TCC, se o trabalho está em condições de ser apreciado pelos examinadores, informando seu parecer ao professor coordenador de TCC;
- produzir, juntamente com o orientando, a documentação oficial referente à defesa de TCC e encaminhá-la ao professor coordenador responsável pela disciplina de TCC.

Art. 10 Compete ao orientando:

- desenvolver as atividades de elaboração do TCC de acordo com o plano de estudo, seguindo o cronograma e agenda estabelecidos com o orientador;
- redigir o TCC com clareza, coerência, usar linguagem adequada, seguir a formatação de referências e citações conforme orientações normativas da ABNT, e fazer revisão ortográfica;
- observar rigorosamente os prazos estabelecidos para a inscrição, defesa do trabalho e entrega do TCC na Secretaria da PRG;
- entregar para cada membro da banca avaliadora e para o orientador, uma cópia impressa do trabalho;
- providenciar junto com o orientador os locais, os materiais e/ou equipamentos necessários para a realização da defesa do TCC;
- entregar dentro de 20 dias corridos após a apreciação da banca avaliadora, a versão final do TCC em três vias: duas impressas e encadernadas e uma digital (gravada em dispositivo portátil de armazenamento de dados – CD ou pen drive) já incorporadas e corrigidas, as sugestões da banca examinadora.

CAPÍTULO V

Sobre a Normatização do TCC

Art.11 O TCC deverá ser apresentado conforme especificações vigentes nesta Universidade, em respeito à sua forma e apresentação. Estas normas estão especificadas no documento “Manual de normalização e estrutura de trabalhos acadêmicos: TCC, monografias, dissertações e teses”, disponível no endereço eletrônico da Biblioteca Universitária da UFLA.

CAPÍTULO VI

Sobre a Avaliação do TCC

Art. 12 A banca avaliadora do TCC será indicada pelo professor orientador, em acordo com o orientando, que posteriormente, será encaminhada ao professor coordenador da disciplina de TCC e direcionada ao Colegiado do Curso de Pedagogia para nomeação dos membros, com período de até 30 dias após o início do semestre letivo. Somente após o deferimento da banca pelo Colegiado, o estudante poderá encaminhar à PRG o Registro de Defesa do TCC.

Art. 13 A banca avaliadora do TCC estará composta pelo orientador, como seu presidente, e mais dois membros titulares e um suplente, escolhidos dentre os docentes da área da Educação da UFLA ou profissionais que desenvolvam atividades relevantes na área de conhecimento relativa à pesquisa apresentada no TCC, incluindo mestrandos do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras.

Art. 14 O TCC será entregue pelo estudante em quatro vias: uma ao orientador, duas aos membros titulares da banca e uma ao suplente, durante o 9.º período, observando-se a antecedência máxima mínima de 60 (sessenta) dias (corridos) da data marcada para o fim das aulas do semestre letivo correspondente e com antecedência máxima de 20 dias corridos da data da defesa do TCC.

Art. 15 O TCC será julgado pela banca examinadora mediante defesa oral pública a ser efetivada em data e local interno à UFLA.

Art. 16 Em caso de plágio comprovado o estudante será automaticamente reprovado, mesmo que a constatação e comprovação se dê após a aprovação.

Art. 17 O TCC será avaliado pela banca examinadora, outorgando-se nota na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo exigida a nota mínima 60 pontos inteiros para sua aprovação.

§ 1.º A nota final será calculada pela média das notas atribuídas pela banca examinadora pela escrita do trabalho, apresentação e defesa oral.

§ 2.º Em caso de nota insuficiente, cada estudante poderá reapresentar seu trabalho por mais uma vez, em data a ser fixada pelo professor coordenador da disciplina, observado o calendário escolar.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Art. 18 Os casos omissos neste Regulamento serão apreciados pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

Art. 19 O presente Regulamento poderá ser alterado no todo ou em suas partes mediante aprovação dessa alteração pelo Colegiado do Curso.

Aprovado pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade presencial, no dia 9 de março de 2017.



DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA MODALIDADE PRESENCIAL

**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS-
CULTURAIS DO CURSO DE PEDAGOGIA**

O Colegiado do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Capítulo I

ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

Art. 1.º A presente resolução institui o Regulamento das atividades acadêmico-científico-culturais (AACC) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras.

Art. 2.º As AACC são componentes curriculares enriquecedores do perfil do formando, possibilitando o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do estudante, inclusive adquiridos fora do ambiente acadêmico.

Parágrafo único. AACC não se confundem com Estágio Obrigatório ou Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 3.º As AACC são obrigatórias para integralização do currículo, podendo ser cumpridas pelo estudante desde sua primeira matrícula no curso até, preferencialmente, o encerramento do oitavo período letivo, inclusive durante as férias e os recessos escolares.

§1.º O estudante proveniente de transferência, interna ou externa, fica sujeito ao cumprimento deste regulamento, podendo solicitar o aproveitamento de atividades complementares registradas no curso ou instituição de origem, desde que:

I. As AACC estabelecidas no curso ou instituição de origem sejam compatíveis com as atividades complementares deste regulamento;

II. A carga-horária atribuída pelo curso ou instituição de origem não sejam superiores à carga-horária deste regulamento.

§2.º Não serão computadas como AACC aquelas realizadas pelo estudante antes de sua primeira matrícula no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras, ressalvada a situação prevista no parágrafo anterior.

§3.º Não serão computadas como AACC aquelas realizadas durante o período em que a matrícula do estudante estiver trancada.

Capítulo II

DO CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

Art. 4.º O aproveitamento das AACC obedecerá à avaliação da carga horária obtida pelo estudante em atividades relevantes à sua formação como docente, perfazendo, no mínimo, 200 (duzentas) horas, respeitados os limites estabelecidos neste regulamento.

Art. 5.º As AACC são classificadas em cinco grupos, podendo o estudante obter em cada um dos itens I, II, III e V, o máximo de 70 horas, e, no item IV o máximo de 30 horas.

I. Atividades de ensino;

II. Atividades de pesquisa e publicação;

III. Atividades de extensão, de cultura e/ou de esporte;

IV. Atividades de representação estudantil;

V. Atividades de inserção e capacitação profissional.

§1.º A descrição das AACC admitidas em cada grupo, assim como a documentação comprobatória, os critérios e limites de valoração estão definidos em anexo deste regulamento.

§2.º O exercício de profissão, com ou sem vínculo empregatício, não pode ser considerado para fins de cumprimento de atividades complementares, ressalvados os estágios não-obrigatórios realizados de acordo com o presente regulamento.

Art. 6.º A escolha das AACC é de responsabilidade exclusiva do estudante, cabendo-lhe também reunir os respectivos comprovantes, conforme o disposto neste regulamento.

§1.º Os comprovantes de participação em atividades complementares deverão ser expedidos em papel timbrado da instituição ou órgão promotor, com assinatura do responsável ou código de autenticidade digital e respectiva carga-horária ou programação.

§2.º Na impossibilidade do cumprimento aos requisitos estabelecidos no parágrafo anterior, o Colegiado do Curso de Pedagogia, mediante requerimento do interessado, poderá proceder à avaliação da atividade para reconhecimento e registro.

Capítulo III

RECONHECIMENTO E REGISTRO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

Art. 7.º O pedido de reconhecimento e registro das AACC deverá ser apresentado, mediante protocolo na Secretaria do Departamento de Educação, em formulário próprio, somente quando o estudante considerar atingidos, ao menos, 200 horas, respeitados os limites estabelecidos neste regulamento.

§1.º O pedido de reconhecimento e registro será instruído com cópias simples dos documentos comprobatórios das AACC, devendo o estudante manter os respectivos originais para serem apresentados em eventual diligência para apuração de fidedignidade.

§2.º As cópias dos documentos comprobatórios deverão ser apresentadas em via única, encadernadas em espiral, numeradas sequencialmente e, de preferência, na mesma ordem em que as respectivas AACC foram indicadas no formulário próprio.

§3.º O estudante deverá juntar declaração a respeito da autenticidade dos documentos e veracidade das informações que instruem o pedido de reconhecimento e registro das AACC.

Art. 8.º O Colegiado do Curso de Pedagogia avaliará o pedido de reconhecimento e registro das AACC, apresentado nos termos deste regulamento, no prazo de 90 (noventa) dias úteis.

§1.º Em qualquer hipótese, fica vedado o reconhecimento de AACC sem a entrega de cópia do respectivo documento comprobatório, nos termos deste regulamento.

§2.º Em caso de dúvida sobre a pertinência de atividade ou fidedignidade de documento comprobatório, assim como divergência na contagem de horas, poderão ser solicitados ao estudante outros documentos ou esclarecimentos por escrito.

§3.º No caso de deferimento do pedido, será encaminhado ofício ao órgão competente para proceder o registro das AACC no histórico escolar do estudante.

§4.º No caso de indeferimento do pedido, será expedido relatório fundamentado, podendo o estudante formular pedido de reconsideração perante o Colegiado do Curso de Pedagogia, no prazo de três dias úteis, contados da comunicação da decisão.

Art. 9.º As AACC serão registradas no histórico escolar do estudante somente quando obtidas, no mínimo, as 200 horas exigidas neste regulamento.

Art. 10. O estudante poderá interpor recurso contra decisão do Colegiado do Curso de Pedagogia perante o Conselho de Graduação, nos termos de regulamentação específica.

Capítulo IV

SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

Art. 11. O Coordenador Curso de Pedagogia designará o Supervisor de AACC, escolhido entre os docentes integrantes do Colegiado do Curso.

Art. 12. Compete ao Supervisor de AACC:

I. Difundir o regulamento das AACC;

II. Apoiar e fiscalizar a execução de AACC;

III. Divulgar oportunidades para realização de AACC;

IV. Estimular a integração entre professores e estudantes com vista à organização e participação em AACC;

V. Manifestar, previamente, quando solicitado, sobre possível validação de futura atividade específica a ser desenvolvida pelo estudante como AACC;

VI. Emitir parecer sobre os pedidos de reconhecimento e registro de AACC para fins de deliberação do Colegiado do Curso de Pedagogia.

Art. 13. O Supervisor das AACC deverá representar contra todo aquele que apresentar documentos falsos para cumprimento das exigências do presente regulamento, cabendo à Pró-Reitoria de Graduação determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, assegurando-se ao acusado o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, na forma do disposto no Regime Disciplinar do Corpo Discente e nos preceitos do Regimento Geral da Universidade Federal de Lavras.

Capítulo V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A relação de AACC prevista no anexo deste regulamento poderá ser alterada, mediante proposta do Centro Acadêmico do Curso de Pedagogia ou de qualquer professor lotado no Departamento de Educação, com aprovação do Colegiado do Curso de Pedagogia.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

Art. 16. Esta resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Aprovado pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia, no dia 9 de março de 2017.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) DO CURSO DE PEDAGOGIA

ANEXO ÚNICO: LISTA DESCRITIVA DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO- CULTURAIS (AACC)

Grupo 01 - Atividades de Ensino

Código	Atividade	Comprovação	Limite
1.01	Participação em Programa de Educação Tutorial: PET/MEC e PET/UFLA.	Declaração ou certificado expedido pela PRG/UFLA, contendo nome do estudante, título do projeto, professor responsável, carga-horária ou duração.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
1.02	Participação em Programa Institucional de Mentoria para calouros: PROMEC/UFLA.	Declaração ou certificado expedido pela PRG/UFLA, contendo nome do estudante, título do projeto, professor responsável, carga-horária ou duração.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
1.03	Participação em Programa Institucional de Apoio à Produção de Material Didático: PROMAD/UFLA.	Declaração ou certificado expedido pela PRG/UFLA, contendo nome do estudante, título do projeto, professor responsável, carga-horária ou duração.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
1.04	Participação em Programa Institucional de Aprendizagem: PROAT/UFLA.	Declaração ou certificado expedido pela PRG/UFLA, contendo nome do estudante, título do projeto, professor responsável, carga-horária ou duração.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
1.05	Participação em programa institucional de monitoria, remunerado ou voluntário, devidamente registrado na PRG.	Declaração ou certificado expedido pela PRG/UFLA, contendo nome do estudante, código e nome da disciplina, professor responsável, carga-horária ou duração.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
1.06	Participação em intercâmbio acadêmico, nacional ou estrangeiro, desde que não seja aproveitado para integralização de créditos em disciplinas obrigatórias ou eletivas.	Declaração ou certificado expedido pela instituição onde o intercâmbio foi realizado, contendo o nome do estudante, atividades realizadas, carga-horária ou duração; histórico escolar.	70 horas.
1.07	Aprovação em disciplinas oferecidas por outros departamentos da universidade, mediante análise e aprovação pelo Colegiado do Curso de Pedagogia, e desde que não sejam aproveitados os créditos na integralização do curso.	Histórico escolar.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
1.08	Aprovação em disciplina oferecida por outras instituições de ensino, desde que previamente autorizada pelo Colegiado do Curso de Pedagogia e que não sejam aproveitados os créditos na integralização do curso.	Declaração ou certificado expedido pela instituição de ensino, contendo nome do estudante, nome da disciplina, carga-horária, nota e frequência obtidas; plano da disciplina autenticado pela instituição de ensino, contendo, ao menos, ementa e bibliografia; histórico escolar.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.

Grupo 02 - Atividades de Pesquisa e Publicação

Código	Atividade	Comprovação	Limite
2.01	Participação em grupo de estudo ou pesquisa, coordenado por docente da Universidade Federal de Lavras, devidamente cadastrado no Diretório do CNPq.	Declaração firmada pelo orientador do grupo, contendo o nome do estudante e a carga-horária das atividades realizadas; cópia do registro do grupo no Diretório do CNPq.	20 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
2.02	Participação em programa institucional de iniciação científica, remunerado ou voluntário, devidamente registrado na PRP.	Declaração ou certificado expedido pela PRP/UFLA, contendo nome do estudante, título do projeto, professor responsável, carga-horária ou duração	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
2.03	Apresentação de trabalho, na forma de pôster, em eventos científicos, como congressos, seminários, simpósios, jornadas, oficinas, palestras, debates, mesas redondas ou similar.	Declaração ou certificado expedido pela organização do evento, contendo nome do estudante, título do trabalho, forma de apresentação, data e local do evento.	10 horas por apresentação de pôster, até o máximo de 70 horas.
2.04	Apresentação de trabalho, na forma de comunicação oral, em eventos científicos, como congressos, seminários, simpósios, jornadas, oficinas, palestras, debates, mesas redondas ou similar.	Declaração ou certificado expedido pela organização do evento, contendo nome do estudante, título do trabalho, forma de apresentação, data e local do evento.	20 horas por apresentação de trabalho, até o máximo de 70 horas.
2.05	Publicação de Resumo de trabalho em anais de eventos científicos, como congressos, seminários, simpósios, jornadas, oficinas, palestras, debates, mesas redondas ou similar.	Cópia do trabalho; cópias da capa, ficha catalográfica e sumário do Anais.	10 horas por publicação de resumo, até o máximo de 70 horas.
2.06	Publicação de trabalho completo em anais de eventos científicos, como congressos, seminários, simpósios, jornadas, oficinas, palestras, debates, mesas redondas ou similar.	Cópia do trabalho; cópias da capa, ficha catalográfica e sumário dos anais	20 horas por publicação de trabalho, até o máximo de 60 horas.
2.07	Publicação de artigo científico, resenha ou ensaio em periódico indexado e classificado com <i>Qualis</i> A ou B.	Cópia do trabalho; cópias da capa, ficha catalográfica e sumário do periódico; comprovação da classificação <i>Qualis</i> .	30 horas por publicação de trabalho, até o máximo de 60 horas.
2.08	Publicação de artigo científico, resenha e ensaio em periódico indexado e classificado com <i>Qualis</i> C.	Cópia do trabalho; cópias da capa, ficha catalográfica e sumário do periódico; comprovação da classificação <i>Qualis</i> .	20 horas por publicação de trabalho, até o máximo de 60 horas.
2.09	Publicação de artigo científico, resenha ou ensaio em periódico catalogado (ISSN) e sem classificação.	Cópia do trabalho; cópias da capa, ficha catalográfica e sumário do periódico.	10 horas por publicação de trabalho, até o máximo de 70 horas.
2.10	Publicação de livro por editora registrada e com conselho editorial	Cópias da capa, ficha catalográfica, conselho editorial e sumário do livro.	50 horas por publicação.
2.11	Publicação de capítulo de livro por editora registrada e com conselho editorial	Cópia do capítulo de livro; ficha catalográfica, conselho editorial e sumário do livro.	30 horas por publicação de trabalho, até o máximo de 60 horas.

Grupo 03 - Atividades de Extensão, Cultura e Esporte

Código	Atividade	Comprovação	Limite
3.01	Participação em Programa Institucional de Extensão, remunerado ou voluntário, devidamente registrado na PROEC.	Declaração ou certificado expedido pela PROEC/UFLA, contendo nome do estudante, título do projeto, professor responsável, carga-horária ou duração.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
3.02	Participação em programa de cultura, organizado pela UFLA ou por entidade cultural, como coral, teatro, artes plásticas, oficina literária, atividades musicais e similares.	Declaração ou certificado expedido pelo organizador, contendo nome do estudante e carga-horária ou programação, local e data do evento.	20 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
3.03	Participação em eventos científicos na área de educação, sem apresentação de trabalho, como congressos, seminários, simpósios, palestras, oficinas, debates, mesas redondas e similares.	Declaração ou certificado expedido pelo organizador, contendo nome do estudante e carga-horária ou programação, local e data do evento.	Carga horária do evento, até o máximo de 70 horas.
3.04	Participação como mesário em eleições municipais, estaduais ou nacionais.	Declaração expedida pela junta eleitoral, contendo o nome do estudante, local e data do evento.	10 horas por dia trabalhado, até o máximo de 30 horas.
3.05	Participação em equipe esportiva, devidamente cadastrada junto à LEUFLA.	Declaração expedida pela LEUFLA, contendo o nome do estudante, modalidade esportiva, carga horária ou duração dos treinamentos.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
3.06	Realização de atividade voluntária, nos termos da Lei 9.608/1998.	Termo de adesão entre estudante e entidade beneficiada; declaração de prestação de serviço voluntário, expedida pela entidade beneficiada, contendo o nome do estudante, descrição resumida das atividades e efetiva carga-horária ou duração.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
3.07	Participação em visitas técnicas na área de educação, devidamente registradas na PROEC.	Declaração ou certificado expedido pelo organizador, contendo nome do estudante e carga-horária ou programação, local e data do evento.	Carga horária do evento, até o máximo de 70 horas.
3.08	Divulgação de matéria na área de educação em rádio, televisão, internet, revistas ou jornais de circulação regular.	Cópia da matéria, com identificação do veículo de comunicação.	10 horas por matéria, até o máximo de 30 horas.
3.09	Editoração ou coordenação de periódico de natureza não-pessoal, virtual (blog ou equivalente) ou não.	Cópia do conteúdo da edição, que deverá ter, no mínimo, 5 matérias ou equivalentes.	30 horas por edição, até o máximo de 60 horas.
3.10	Participação na comissão organizadora de eventos científicos na área da educação, como congressos, seminários, simpósios, jornadas, oficinas, palestras, debates, mesas redondas ou similar.	Declaração ou certificado expedido pelo organizador, contendo nome do estudante e carga-horária, local e data do evento.	Carga horária do evento, até o máximo de 70 horas.
3.11	Participação em apresentações artísticas e culturais, tais como: visita a museu, teatro, cine-debate, concertos etc.	Ingressos, folder, exposição, declaração de participação.	2 horas por evento, até o máximo de 10 horas.

Grupo 04 - Atividades de Representação Estudantil

Código	Atividade	Comprovação	Limite
4.01	Atuação como representante estudantil em órgãos colegiados: Conselho Universitário; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Assembleia Departamental; Colegiado de Curso; Conselho de Representantes de Turmas.	Portaria de designação; declaração firmada pelo presidente do órgão, indicando o nome do estudante, duração do mandato e sua assiduidade.	30 horas.
4.02	Atuação como dirigente de entidade estudantil, como Diretório Acadêmico, Centro Acadêmico e Liga Esportiva.	Ata de posse, portaria de designação ou equivalente; declaração firmada pelo presidente da entidade, indicando o nome do estudante, cargo ocupado, duração das atividades e assiduidade.	30 horas.
4.03	Atuação em comissão designada por Reitor, Pró-Reitor, Chefe de Departamento ou Coordenador de Curso com Portaria respectiva.	Portaria de designação; declaração firmada pelo presidente da comissão, indicando o nome do estudante e o número de reuniões realizadas.	2 horas por reunião, até o limite de 30 horas.

Grupo 05 - Atividades de Inserção e Capacitação Profissional

Código	Atividade	Comprovação	Limite
5.01	Realização de estágio não-obrigatório, nos termos da Lei 11.788/2008.	Termo de compromisso firmado entre estudante, universidade e entidade concedente; declaração de realização de estágio, expedida pela entidade concedente, contendo o nome do estudante, descrição resumida das atividades, efetiva carga-horária ou duração e avaliação de desempenho do estudante.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
5.02	Participação em cursos presenciais de formação na área de educação com carga horária mínima de 10 horas.	Declaração ou certificado expedido pelo organizador, contendo nome do estudante e carga-horária ou programação, local e data do evento.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
5.03	Participação em cursos a distância de formação na área de educação com carga horária mínima de 10 horas.	Declaração ou certificado expedido pela instituição onde o intercâmbio foi realizado, contendo o nome do estudante, atividades realizadas, carga-horária ou duração.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
5.04	Participação em Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência: PIBID.	Declaração ou certificado expedido pela PRG/UFLA, contendo nome do estudante, título do projeto, professor responsável, carga-horária ou duração.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
5.05	Atuação como tutor ou professor em disciplina a distância na área de educação.	Declaração ou certificado expedido pela instituição, contendo nome do estudante, código e nome da disciplina, professor responsável, carga-horária ou duração.	35 horas por período letivo, até o máximo de 70 horas.
5.06	Certificação de proficiência em idioma estrangeiro, oficialmente reconhecidos.	Certificado expedido por entidade oficialmente reconhecida: TOEFL, IELTS, ECCE, ECPE, PET, FCE, CAE, CPE (inglês); DELE (espanhol); DALF, DELF, TCF, TFI (francês); CELI, CILS, ROMATRE, PLIDA (italiano); OnDaF, TestDaF, GZ, ÖSD (alemão); HSK (chinês).	30 horas por certificação, até o máximo de 60 horas.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**REGULAMENTO DA
BRINQUEDOTECA**

LAVRAS/ 2017

REGULAMENTO DA BRINQUEDOTECA

Normatiza o uso do espaço da Brinquedoteca

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º O espaço da Brinquedoteca compreende o ato de brincar como um aspecto significativo no processo de formação inicial dos estudantes do curso de Pedagogia (modalidades presencial e a distância) e de formação continuada de professores da educação infantil, visto que pode ser considerado uma importante forma de comunicação, interação, desenvolvimento e de expressão da linguagem artística e criativa.

Parágrafo único: O espaço da Brinquedoteca ficará sob a responsabilidade de um docente do curso de Pedagogia (modalidade presencial), sob a indicação e aprovação do colegiado dos cursos de Pedagogia modalidade presencial e a distância.

Capítulo II DOS OBJETIVOS

Art. 2.º A Brinquedoteca da Universidade Federal de Lavras tem por objetivo geral sediar atividades de formação dos estudantes do curso de Pedagogia nas modalidades presencial e a distância, como também ações de formação continuada de professores da educação infantil em diálogo e integração com a comunidade em atividades de extensão.

Art. 3.º São objetivos específicos da Brinquedoteca:

- I. Adquirir móveis, brinquedos e livros de literatura infantil para comporem o acervo da Brinquedoteca;
- II. Possibilitar a formação inicial dos estudantes dos cursos de Pedagogia presencial e a distância;
- III. Articular a formação inicial dos estudantes em diversas disciplinas dos Cursos de Pedagogia, entre elas: Pedagogia presencial: GDE196-Metodologia do Ensino da arte; GDE2001-Literatura infanto-juvenil; GDE161-Lúdico na Educação Infantil; GDE159-Linguagens na Educação Infantil: Arte, Mídia e Corpo; GDE209-Linguagem Oral e escrita; GDE168-Alfabetização e Letramento na matemática. Pedagogia à distância: Crescimento e Desenvolvimento da criança (I, II, III); Jogos, Brinquedos e Brincadeiras: O Lúdico e o Processo de Desenvolvimento Infantil (I e II); Linguagem Artística, Cultural e Midiática (I e II).
- IV. Propiciar a participação de estudantes e em projetos de extensão relacionados ao uso do espaço da Brinquedoteca;
- V. Propiciar visitas agendadas de instituições de Educação Infantil públicas da comunidade de Lavras e região, acompanhadas de uma programação de atividades;
- VI. Realizar atividades de extensão com professoras e professores da rede pública na temática do brincar e da contação de histórias, como minicursos e oficinas;
- VII. Incrementar o acervo da Biblioteca da UFLA por meio da aquisição de livros teórico-político-metodológicos na temática do brincar e da leitura literária infantil.

Capítulo III DO FUNCIONAMENTO

Art. 4.º A Brinquedoteca tem como primeira instância sediar atividades de formação inicial dos estudantes vinculados ao curso de Pedagogia. Deste modo se fará a articulação com as disciplinas dos cursos de Pedagogia (modalidade presencial e a distância):

- I. Pedagogia modalidade presencial: GDE196-Metodologia do ensino da arte; GDE201-Literatura infanto-juvenil; GDE161-Lúdico na Educação Infantil; GDE159-Linguagens na Educação Infantil: Arte, Mídia e Corpo; GDE209-Linguagem Oral e escrita; GDE168-Alfabetização e Letramento em Matemática.
- II. Pedagogia à distância: Crescimento e Desenvolvimento da criança (I, II, III); e Jogos, Brinquedos e Brincadeiras; O Lúdico e o Processo de Desenvolvimento Infantil (I e II); Linguagem e Pensamento (I, II, III) e Linguagem Artística, Cultural e Midiática (I e II).

Art. 5.º A seleção das disciplinas caberá ao colegiado do curso de Pedagogia (modalidade presencial e a distância). As disciplinas articuladas com o espaço da Brinquedoteca devem apresentar o ementário em proximidade com a etapa da educação infantil, possibilitando o planejamento, elaboração e aplicabilidade de atividades práticas como componente curricular específicas de cada disciplina.

Art. 6.º As atividades de extensão priorizam a organização e oferta de cursos, minicursos e oficinas coordenadas pela Brinquedoteca, podendo ocorrer, mediante envio de projeto e devida avaliação, em parceria com Grupos de Pesquisa e extensão do Departamento de Educação para atender à comunidade acadêmica e a comunidade de professores da rede pública e privada da cidade de Lavras e região.

Capítulo IV DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Art. 7.º O horário de atendimento ao público ocorrerá de modo previsto de segunda-feira à sexta-feira das 14 horas às 18 horas.

Art. 8.º O atendimento às disciplinas do curso de Pedagogia (modalidade presencial e a distância) respeitará agendamentos realizados com antecedência.

Art. 9.º O espaço da Brinquedoteca comportará o acolhimento de 25 crianças para visitas, previamente agendadas, de instituições de Educação Infantil públicas da comunidade de Lavras e região, acompanhadas da uma programação de atividades, durante o período de 1 hora, nas sextas-feiras das 14 horas às 16 horas.

Capítulo V DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 8.º A participação de estudantes em projetos de extensão, devidamente cadastrado na Pró-reitora de Extensão da Universidade, relacionados ao uso do espaço da Brinquedoteca tem como foco disponibilizar 2 bolsistas que cuidem do espaço físico, organizem, do agendamento de atividades programadas e do acompanhamento de visitas da comunidade ao espaço da brinquedoteca.

Capítulo VI DAS RESPONSABILIDADES

Art. 9.º Ao docente responsável pelas disciplinas articuladas ao espaço da Brinquedoteca I, e ao bolsista brinquedista, em um trabalho conjunto, devem:

- I. Zelar pelo espaço, pelos materiais, pelos jogos e brinquedos;
- II. Zelar pelos livros de literatura infantil;
- III. Cuidar do ambiente de forma criativa e construtiva;
- IV. Organizar e classificar os jogos, brinquedos e materiais de leitura;
- V. Organizar os arquivos e registros da Brinquedoteca e Biblioteca infantil;
- VI. Catalogar os materiais de leitura existentes na Brinquedoteca;
- VII. Zelar pela limpeza e assepsia dos jogos e brinquedos;
- VIII. Incentivar sempre o ato de brincar, o ato de ler e a construção do conhecimento;
- IX. Realizar planejamento das atividades semestrais (geral) e semanais; (específicos) para atendimento às visitas agendadas;
- X. Documentar por meio de relatórios as atividades desenvolvidas no espaço;
- XI. Estabelecer regras e normas de funcionamento do espaço;
- XII. Comunicar irregularidades à coordenação do curso e da brinquedoteca;
- XIII. Cuidar da agenda de atividades da Brinquedoteca;
- XIII. Zelar pelo patrimônio da Brinquedoteca.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10.º As alterações deste Regulamento serão realizadas pela Coordenação do Curso de Licenciatura de Pedagogia à medida que se fizer necessário.

Art. 11.º Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pelos docentes responsáveis pela Brinquedoteca, juntamente com os coordenadores do Curso de Licenciatura em Pedagogia (modalidade presencial e a distância), em aprovação ao Colegiado dos Cursos.

Aprovado pelo Colegiado do Curso de Pedagogia (modalidade Presencial e a Distância).